

**O LUGAR DE MORAR: ESTADO, IGREJA E MORADORES NA
PRODUÇÃO DA HABITAÇÃO POPULAR EM BELO HORIZONTE
(O Bairro Dom Cabral, 1959/1981)**

Carla Ferretti Santiago

**Dissertação apresentada à
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
como requisito parcial à obtenção do título de Mestre**

1999

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de História

Dissertação defendida e aprovada, em 19 de novembro de 1999, pela banca
examinadora constituída pelos professores:

Prof^a. Dr^a. Lucília de Almeida Neves Delgado (Orientadora)

Prof. Dr. Sérgio de Azevedo

Prof^a. Dr^a. Regina Helena Alves da Silva

AGRADECIMENTOS

O período de elaboração desta dissertação marcou um momento de grande aprendizagem. A aprendizagem intelectual, da dedicação a um objeto que se pretende conhecer, de confronto e diálogo com as idéias de outros e, especialmente, com minhas próprias limitações. Mas, acima de tudo, a aprendizagem do convívio com aqueles que compartilharam desta minha experiência, e fizeram reforçar em mim os valores da amizade, do companheirismo e da solidariedade. A todas estas pessoas que me fizeram, a cada momento, lembrar e apostar nestes valores, minha profunda gratidão.

Felizmente, são muitas estas pessoas, o que tornaria por demais extenso nomeá-las uma a uma. Mas, dentre elas, gostaria de agradecer especialmente:

À professora Lucília Neves, pela colaboração, amizade e respeito demonstrados na orientação de minha dissertação.

À Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, pelo apoio e financiamento concedido para minha titulação, por meio do Auxílio PUC-Carga Horária.

Aos Diretores do Colégio Santo Antônio, pelo apoio e compreensão demonstrados, imprescindíveis para a viabilização deste trabalho.

À professora Maria Mascarenhas, Chefe do Departamento de História da PUC-MG, amiga e solidária durante toda minha trajetória.

Aos meus colegas, professores do Departamento de História da PUC-MG, pelo compartilhar de minha caminhada.

À Isabela e Cíntia, pelo trabalho de auxílio na coleta dos documentos.

À Alicia, pelo diálogo fraterno e competente.

À Maria Alice, pela gentileza das fotografias.

Aos meus pais, Sebastião e Myriam, pelo carinho e exemplo.

Ao Luiz, Gabriel e Lígia, por terem me feito lembrar, incessantemente, da justa importância de meu trabalho.

SUMÁRIO

Lista de Figuras	5
Resumo	6
Introdução.....	7
Capítulo 1	
O problema da habitação popular em Belo Horizonte: da fundação da cidade à década de 1960.	22
Capítulo 2	
Casas para o Povo: o plano habitacional de Magalhães Pinto (1961-1965)	35
Capítulo 3	
Em busca de Jerusalém: a Igreja Católica diante do problema da habitação popular em Belo Horizonte	56
Capítulo 4	
A ação dos moradores do Dom Cabral: construindo o lugar de morar	80
Considerações Finais	120
Fontes	124
Bibliografia.....	127

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização das favelas de Belo Horizonte	54
Figura 2 - Planta do Bairro Dom Cabral	85
Figura 3 - Projeto do Centro Comunitario do Bairro Dom Cabral.....	86
Figura 4 - Tipos de casas populares	87
Figura 5 - Casas do Bairro Dom Cabral.....	88
Figura 6 - A Caixa D' Água: lugar da memória	99
Figura 7 - Praça da Comunidade	118
Figura 8 - Praça da Comunidade	119

RESUMO

Este trabalho objetiva analisar a produção do espaço da moradia popular em Belo Horizonte. Para tanto, elegeu-se o bairro do Dom Cabral, situado na zona oeste da cidade, como seu objeto, procurando, a partir do estudo da história do bairro, de sua concepção e ocupação, dar visibilidade àquela questão maior. Ao mesmo tempo, a análise da trajetória do bairro, no período situado entre o final da década de 1950 e início dos anos 80, possibilita compreender a atuação de três sujeitos diante do problema da habitação popular, bem como avaliar sua inserção na construção deste lugar da cidade: o poder público estadual, a Igreja Católica e os próprios moradores do Dom Cabral.

ABSTRACT

This work has the purpose to analyse the production of the space of popular house in Belo Horizonte. For this reason, the residential section Dom Cabral was chosen, in the west part of the city, as a main reason, seeking, from the studies of the history of that residential section, its conception and occupation, giving a view of that major question. At the same time, the analysis of the trajectory of the residential section, around the ending of the 1950's and the beginning of the 80's, enables to understand the performance of the three fellows facing the problem of the popular homes, as well as to estimate its insertion in the building of this place in the city: the state public power, the Catholic Church, and the inhabitants themselves of the Dom Cabral residential section.

INTRODUÇÃO

“O primeiro pressuposto de toda história humana é naturalmente a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro estado de coisas a se constatar é portanto a organização corporal desses indivíduos e a relação com a natureza restante que aquela lhes dá. Obviamente não podemos entrar aqui em detalhes sobre a constituição física dos homens mesmos, nem sobre as condições naturais que os homens encontram aí, as condições geológicas, orohidrográficas, climáticas e outras.”
(K. Marx e F. Engels. A ideologia alemã)

Na citação acima, retirada das primeiras páginas de uma das obras inaugurais do pensamento marxista, Marx e Engels postulam uma de suas premissas de compreensão e análise histórica. Para estes autores, o estudo da história humana deve ocupar-se dos homens reais, dos homens que de fato existiram. Desnecessário é ressaltar que este permanece sendo um dos princípios da análise histórica até hoje. No entanto, pode-se ainda perceber que, naquela citação, Marx e Engels operam uma separação no tocante à investigação da história dos homens: a separação entre homens e natureza. Sem desconsiderarem este segundo termo – os autores falam da natureza corpórea humana bem como do meio natural no qual os homens se encontram – Marx e Engels não se dispõem a priorizá-lo para o estudo da história das sociedades.

Esta posição expressa em *A Ideologia Alemã* parece ter tido o efeito, por muitos anos, de um verdadeiro vaticínio para os estudos históricos. Os historiadores – e, especialmente, os historiadores de tradição marxista – se mantiveram afastados das discussões sobre o espaço. Definindo a especificidade de seu campo disciplinar pelo primado do tempo, os historiadores, em sua maioria, acabaram ignorando ou desdenhando o espaço como aspecto essencial da história humana. Disto resulta na ausência da dimensão espacial em boa parte dos estudos históricos. Espaço e tempo se separaram; enquanto este último se converte em matéria-prima do historiador, o espaço tornou-se objeto de uma outra disciplina: a geografia.

Esta separação parece ter nascido mesmo no momento que os estudos sobre as sociedades pretenderam-se tornar ciência, ou seja, já no século XIX. Para a história, o

movimento que pretendeu torná-la ciência – o historicismo – afirmou o tempo como a dimensão essencial desta disciplina que investiga o passado das sociedades humanas. Para o historicismo, é pela apreensão da dimensão temporal que se singulariza o objeto da ciência da história: o evento, único e irrepitível porque submerso em uma temporalidade que lhe é própria. Da concepção que emerge no século XIX, a história é a ciência

“que enfatiza as ‘diferenças humanas no tempo’. (...) Como conhecimento das ‘diferenças humanas’, a história científica dará ênfase ao evento: irrepitível, singular, individual, com seu valor intrínseco, único.”
(REIS, 1996, p. 06)

Pode parecer exagerado afirmar que, no campo dos estudos históricos, houve uma negligência pela questão do espaço. Isto significa ignorar a tradição historiográfica ligada à Escola dos *Annales* que, desde sua fundação em 1929, procurou aproximar-se da geografia humana praticada por Vidal de la Blanche. Especialmente Fernand Braudel, e aqueles historiadores franceses que acabaram por pensar a história sob sua influência, preocuparam-se com o espaço. Nesta tradição dos estudos franceses, o espaço aparece, entretanto, muito mais como um invólucro, um receptáculo das ações humanas e, ao mesmo tempo, um limite e norteador destas ações. O espaço é um continente, uma estrutura que aprisiona os homens, tal como indica Braudel em sua obra *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico à época de Felipe II*. Como afirma Elliott, “*O Mediterrâneo de Braudel é um mundo insensível ao controle humano.*”(citado por BURKE, 1991: 53)

Além de ser matéria inerte, o espaço é tomado por Braudel principalmente como dimensão que abre perspectivas para discutir o tempo. Este autor, dando continuidade e aprofundando a crítica de Febvre e Bloch ao tempo manipulado pela historiografia positivista – tempo breve, ruidoso, preso aos acontecimentos de superfície – vai em busca de outras temporalidades. Especialmente, Braudel preocupa-se com o tempo longo, a longa duração. A estrutura geográfica revela-se importante na medida em que desperta o historiador para as permanências na história. É Braudel quem afirma: “*Meu grande problema, o único problema a resolver, é demonstrar que o tempo avança com diferentes velocidades.*”(citado por BURKE, 1991: 52)

Mais uma vez, enfatiza-se o primado do tempo sobre o espaço.

Contudo, pensar o espaço como uma estrutura, um continente, um palco das ações dos homens não foi privilégio dos historiadores. Mesmo os geógrafos, os sociólogos (especialmente aqueles dedicados à sociologia urbana), economistas, tomavam o espaço

como matéria relativamente inerte, como algo dado, no qual se inseriam as ações sociais, os processos econômicos.

Como afirma SOJA, há nas ciências sociais

“uma inflexível tradição marxista senão, mais genericamente, pós-iluminista, de historicismo, que reduz a espacialidade ao lugar estável e não-problemático da ação histórica, ou à origem da falsa consciência, da mitificação das relações sociais mais fundamentais. (...) a conceituação marxista ocidental de interação entre ação humana e a estrutura social conservou-se essencialmente histórica, definida na práxis da construção da história.” (SOJA, 1993: 159)

Assim, tempo e espaço aparecem não só como separados, mas como substancialmente distintos: o tempo dá a dimensão do processo, das ações humanas, da mudança; o espaço configura como o dado, o permanente, a natureza. Como afirma Foucault

“O espaço foi tratado como o morto, o fixo, o não-dialético, o imóvel. O tempo, ao contrário, foi a riqueza, a fecundidade, a vida e a dialética.”(citado por SOJA, 1993: 11)

Desta visão sobre o espaço desdobra-se outra, a visão sobre as cidades. No que tange a disciplinas acadêmicas, os estudos mais sistemáticos sobre as cidades também datam do século XIX, momento no qual as cidades assumem o caráter de objeto a ser investigado. À medida que se acelerava o processo de urbanização, e com ele se manifestavam, nas cidades, novos e ampliados problemas, como o da moradia e das condições de vida, diferentes áreas do conhecimento acabam por se debruçar sobre o território urbano, sob diferentes perspectivas. (BESCIANI, 1991) Os economistas preocupavam-se em buscar os nexos entre a ordem urbana às necessidades da ordem econômica; os arquitetos discutiam e planejavam a forma e as edificações das cidades; a sociologia passa a discutir as especificidades das relações sociais no meio urbano. Ao mesmo tempo, nasce um saber que se propõe a ser aquele que não só pensa a cidade, mas também se dispõe a planejá-la: o urbanismo.

Nestes estudos nascentes sobre as cidades, estas aparecem como local onde se dão os processos sociais, econômicos e políticos. A temática urbana emerge secundariamente, sendo a preocupação maior dos estudiosos a manifestação de problemas e processos nas cidades. Dito de outra forma, preocupava-se com as condições de vida dos trabalhadores,

os episódios e movimentos políticos, as transformações nos costumes, inseridos no ambiente das cidades. Estas são o local daqueles processos, o espaço que os insere. O foco analítico sobre as cidades é periférico, preocupa-se fundamentalmente com os problemas e questões que têm a cidade como palco de sua ocorrência.

Guardando suas devidas particularidades, pode-se perceber que, do final do século XIX até os anos 60 do século XX, cada um destes campos disciplinares pretendeu construir uma ciência das cidades que teria como objeto o espaço urbano e as relações (econômicas, sociais, etc.) nele inscritas. Com maior ou menor ênfase, aqueles estudos disciplinares, dando inequívocas contribuições para a compreensão da cidade, dispensaram-na um tratamento de mero objeto, como uma “coisa”, uma configuração sócio-espacial dada, pronta para o exame crítico e para as intervenções calcadas nos padrões técnico-rationais. Segundo GOTTDIENER (1993), as análises urbanas convencionais lidavam, assim, com um espaço fetichizado, percebido como receptáculo de processos sociais, que aparecem como desenvolvidos *no* espaço.

Tal perspectiva não escapa aos primeiros estudos sobre história das cidades. Em artigo que procura fazer um breve balanço sobre a historiografia que tem como tema o urbano, RAMINELLI (1997) destaca alguns pensadores que, no final do século XIX e início do XX, começaram a pensar sobre o passado das cidades. Dentre eles, situa-se Foustel de Coulanges, que por sua obra *A cidade antiga* (1864), foi o primeiro historiador moderno a estudar as cidades. Seu estudo “*preocupou-se, antes de tudo, com a organização das cidades-estados, e não com as cidades propriamente ditas.*” (RAMINELLI, 1997: 186)

Assim, nos primeiros estudos sobre a história do urbano, procurava-se compreender as funções assumidas pelas cidades e suas formas de ordenamento, a partir de processos mais globais, como aqueles emanados da esfera econômica ou política. Mais ainda, nestas análises, a cidade era tratada como uma unidade, um espaço global, de características específicas e reconhecíveis ao olhar atento do especialista, características estas que conformam o modo de vida de seus habitantes.

Esta tradição da análise dominou a perspectiva interpretativa dos historiadores por muitos anos. Somente em tempos recentes, especialmente a partir dos anos de 1960, vem vêm se afirmando novas perspectivas nos estudos sobre a história das cidades. Tais iniciativas têm em comum a busca de distintas compressões sobre o espaço urbano e das relações humanas na urbe, alargando o foco de preocupação dos historiadores. As novas interpretações são frutos, especialmente, da ruptura da imagem unitária das cidades.

“As imagens plenas e as representações racionais se esgarçam e deixam entrever territórios, que podem ser espaços, meios geográficos, mas também podem levantar o véu racional que encobre as fugidias subjetividades. Podem ser espaços onde as múltiplas redes de sociabilidade se repetem, diferenciam-se, modificam-se em filamentos imponderáveis.”
(BRESCIANI, 1991:9)

Assim, da cidade surgem as cidades, do espaço urbano os múltiplos espaços, do viver em cidades as múltiplas experiências. Mais ainda, o espaço se amplia, abarcando não só o espaço concreto das urbes, mas suas apropriações, representações, fronteiras materiais e simbólicas. A cidade emerge na sua diversidade; sendo percebida como múltipla, e, desta forma, percebe-se que *“o espaço urbano pode ser suporte de memórias diferentes, espaços contrastados, múltiplos.”* (BRESCIANI, 1991: 10)

Abandona-se, por este novo olhar do historiador, a cidade como um continente no qual se inserem as práticas sociais. São estas últimas que passam a configurar, material e simbolicamente, o espaço das cidades. Subverte-se, assim, a própria concepção de espaço: de um espaço construído, a história passa a buscar a construção do espaço no tempo. Neste movimento de construção do espaço, os homens assumem o papel de **sujeitos** desta história. Seus projetos, expectativas, utopias, ações e conflitos, moldam, ao longo do tempo, o espaço urbano. E estas ações humanas encontram-se, em qualquer cidade, inscritas no próprio tecido urbano. A preocupação dos historiadores passa a concentrar-se, assim, no estudo destas múltiplas experiências dos homens e mulheres na construção do espaço de suas próprias cidades.

Esta renovação dos estudos da história das cidades tem incorporado importantes contribuições de outros campos disciplinares, tornando, na discussão do espaço urbano, as fronteiras entre os campos de saber cada vez mais fluidas.

Uma das disciplinas que tem concorrido decisivamente para a renovação dos estudos históricos sobre as cidades é, sem sombra de dúvida, a sociologia urbana, marcadamente aquela que brotou das convulsões políticas dos anos 60.

Tendo na França o seu pólo mais dinâmico, desenvolve-se, a partir deste momento, uma sociologia urbana marxista, para a qual

“a cidade não é mais definida como um dado da natureza, um conjunto de mecanismos de mercado, um objeto de planejamento ou uma cultura: é o produto da estrutura social em sua totalidade” (TOPALOV, 1988. Grifos nossos)

Abandonando a concepção de cidade como “coisa”, tais análises pretenderam enfatizar o espaço como produto, um produto social que emerge da prática dos atores sociais. Afirma-se, desta forma, uma nova concepção de espaço urbano, e do espaço de uma forma geral, tendo como ênfase não tanto ao espaço já produzido, mas sim ao processo de **produção do espaço**. Nesta perspectiva,

“O espaço em si pode ser primordialmente dado, mas a organização e a o sentido do espaço são produto da translação, da transformação e da experiência sociais.” (SOJA, 1993: 101)

Dentre os mais importantes estudiosos da produção do espaço e, especificamente, do espaço urbano encontra-se Henri Lefebvre. Mantendo a preocupação marxista com os aspectos mais estruturais que atuam na conformação do espaço, Lefebvre procura analisar a organização dos espaços das cidades inserindo-as no quadro estrutural maior – o capitalismo – sem que com isto, a cidade se transforme em mero reflexo das determinações estruturais. Pois, em Lefebvre a construção do espaço urbano é indissociável da ação dos homens como sujeitos deste processo. Para este autor,

“(…) a organização e a fisionomia das cidades são (…) construções; mesmo que os agentes que fazem a cidade sejam múltiplos, são homens que fazem a cidade(…). As modalidades de construção das cidades não são dados, mas resultados de vontades explícitas ou implícitas de indivíduos ou de grupos.” (LEFEBVRE. Citado por CARLOS, 1994: 65. Grifos nossos.)

A cidade aparece, assim, como obra dos homens, agentes históricos e sociais produtores do espaço urbano. A produção das cidades está, contudo, mediatizada pelas condições nos quais estes sujeitos estão inseridos, sem, contudo, limitar-se a elas. Dito de outra forma, a cidade é produção humana, produção que se processa dentro de determinações. No entanto, estas determinações não apagam nem a ação dos homens como sujeitos, nem tampouco fazem da cidade e do urbano meros reflexos de estruturas.

Neste aspecto, Lefebvre afirma que

“a cidade tem uma história; ela é obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas. As condições, que simultaneamente permitem e limitam as possibilidades, não são suficientes para explicar aquilo que nasce delas, nelas, através delas.” (LEFEBVRE, 1991: 47)

Da proposta de Lefebvre pode-se, assim, perceber que a compreensão da produção do espaço urbano demanda, de um lado, a análise das condições históricas que impulsionam e limitam esta produção, e de outro, da ação dos sujeitos históricos na produção deste espaço.

Como as cidades são construídas em sociedades marcadas pelas diferenças e desigualdades entre os indivíduos, a construção do espaço urbano revela, por conseguinte, estas diferenças. Como afirma Lefebvre,

“No espaço se inscrevem, e ainda mais, se ‘realizam’ as diferenças, da menor à mais extrema. Desigualmente iluminado, desigualmente acessível, cheio de obstáculos, obstáculo ele mesmo diante de iniciativas, modelado por elas, o espaço torna-se o lugar e o meio das diferenças (...). Obra e produto da espécie humana, o espaço sai da sombra, como um planeta de um eclipse.” (LEFEBVRE, H. Citado por CARLOS, 1996: 14)

Assim, de uma noção totalizadora de espaço, abre-se caminho para a compreensão da multiplicidade dos espaços, pois diferentes são os sujeitos que o constroem, produzindo diferentes lugares onde antes só se percebia uma única unidade. É assim que se percebe que noções como cidade, metrópole, só parcialmente elucidam a história do urbano, na medida em que são noções universalizadoras, que tendem a apagar as multiplicidades de sujeitos, experiências, ações e apropriações dos espaços nas urbes.

Na investigação desta multiplicidade que constitui a experiência urbana, para os historiadores, descortina-se o campo das ações dos sujeitos sociais que, no passado e no presente, conformaram e organizaram o espaço das cidades. Com isto, os historiadores partem em busca dos sinais deixados, no território urbano, por estes sujeitos e suas práticas sociais. Estes sinais configuram-se como uma escrita, portadora das memórias dos homens e mulheres que habitaram as cidades.

“A escrita da cidade é processo, infundável. Cada novo prédio, cada novo lugar vem acrescentar traços, novas passagens para o seu labirinto; cada demolição, cada espaço desaparecido, ressurgem pela lembrança, ou se revela através de um signo que permanece – capaz de fazer aflorar, de recompor na memória o que foi. Assim, a cidade que se lê nunca é única, mas sim múltipla, vária. Sobreposições de épocas diversas, e de leituras e significações variadas dadas pelos atores incontáveis que a atravessam, que fazem dela o seu cenário.” (SILVEIRA, 1996: 81)

Memória, escrita, leitura, signos, significados. Buscando tais elementos inscritos nas cidades, os historiadores acabam por reportar-se a diferentes suportes teórico-metodológicos extraídos dos contatos interdisciplinares. Na história das cidades, o diálogo com a lingüística, semiologia, antropologia e geografia vai sendo travado, apagando mais ainda as fronteiras construídas entre os campos de saberes.

Os estudos antropológicos, em uma tradição há muito construída, ressaltam a importância do tratamento dado ao espaço pelos grupos sociais. Este tratamento acaba por conferir identidade ao espaço compartilhado e, ao mesmo tempo, este espaço conferir identidade ao grupo ou indivíduos. Assim,

“a organização do espaço e a constituição dos lugares são, no interior de um mesmo grupo social, uma das motivações e uma das modalidades das práticas coletivas e individuais. As coletividades (ou aqueles que as dirigem), como os indivíduos que a elas se ligam, necessitam simultaneamente pensar a identidade e a relação, e, para fazerem isso, simbolizar os constituintes da identidade partilhada (pelo conjunto de um grupo), da identidade particular (de determinado grupo ou determinado indivíduo em relação a outros) e da identidade singular (do indivíduo ou do grupo de indivíduos como não semelhantes a nenhum outro). O tratamento do espaço é um dos meios dessa empreitada.” (AUGÉ, 1994: 50-51)

No estabelecimento de sua identidade, bem como de suas relações, as comunidades humanas transformam e simbolizam o espaço. Há, desta forma, uma dimensão concreta e simbólica do espaço vivido pelos homens. Esta dimensão é o **lugar** que constitui *“simultaneamente princípio de sentido para aqueles que o habitam e princípio de inteligibilidade para quem o observa.” (AUGÉ, 1994: 51)*

Transpondo para as cidades, a noção de lugar

“permite analisar a dimensão concreta na qual a cidade ganha materialidade apontando limites e características distintas. O lugar representa e fixa relações e práticas sociais produzindo uma identidade complexa que diz respeito ao mesmo tempo ao local e ao global.” (CARLOS, 1996:68)

A produção do espaço urbano implica, assim, na instituição de lugares na cidade. Cada cidade, em decorrência desse processo, pode ser percebida como uma totalidade espacial que apresenta uma imensa diversidade de lugares. Esta diversidade é fruto dos

diferentes usos e apropriações que se faz do espaço urbano. Importante é perceber que o lugar não deve ser compreendido

"unicamente em sua materialidade. Mais adequado seria compreendê-lo como o lugar das relações, sejam sociais, sejam culturais, econômicas, de luta, de resistência, etc, que davam suporte à reprodução da existência desses grupos." (PECHMAN, 1994: 29.)

Perceber as cidades a partir de seus lugares é dar, assim, atenção às experiências dos atores sociais enquanto formadoras das próprias cidades. É ficar atento às identidades instituídas no urbano. É ir além da materialidade visível do espaço, sem, contudo esquecer-se dela. É ressaltar as diferentes culturas urbanas, em seus símbolos e representações inscritos na história das cidades. Além disto, na medida em que o espaço urbano é formado e informado dos diferentes atores sociais, a percepção dos lugares das cidades, na sua formação e transformação, lança o foco sobre os conflitos e tensões sociais vividos nas cidades. Estas lutas e conflitos são frutos da divisão e reivindicação do espaço por múltiplos atores.

"A espacialidade concreta (...) é, pois, um terreno competitivo de lutas pela produção e reprodução sociais, de práticas sociais que visam, quer à manutenção e reforço da espacialidade existente, quer a uma reestruturação significativa e/ou uma transformação radical." (SOJA, 1993:158)

Neste conflito, muitas vezes reforça-se o uso do espaço atribuído por determinados atores que, naquela sociedade específica, detêm o poder de decisão em suas mãos. Mas, nem sempre os lugares das cidades, em seu uso e suas funções, são determinados pelos interesses dos proprietários, dos administradores e dos urbanistas. Constantemente, sobre um uso pensado para o espaço se constrói outro, que acaba por se impor sobre o sentido original que se quer atribuir a determinado lugar na cidade. Nesta verdadeira *guerra de lugares*, usos, símbolos, espaços e fronteiras são permanentemente redesenhados, num processo marcado por conflitos. Em síntese, a história das cidades aparece sendo, antes de mais nada, uma história de lutas.

Nas lutas travadas no espaço urbano, os vitoriosos acabam, quase sempre, marcando o cenário urbano com os monumentos e símbolos de sua vitória. Nas cidades, os *lugares da memória* são, de forma mais evidente, aqueles instituídos pelos vencedores. Mas, em nenhum momento, estes sinais da vitória se impõem de maneira a apagar, em absoluto, os outros lugares, os outros usos, os outros significados atribuídos, por outros

atores, à cidade e seus espaços. Cabe ao estudioso das cidades ficar também atento a estes outros sinais, a estas outras experiências, não se deixando cegar pelos sinais evidentes da vitória.

Partindo de tais perspectivas de estudo das cidades, esta dissertação pretende ir em busca destas outras experiências do viver na urbe. Sem querer assumir uma atitude míope, ou seja, substituir o estudo da “cidade dos vencedores” pela exclusividade da “cidade dos vencidos”, almeja-se perceber o diálogo, o confronto, entre estas duas cidades. Quer, assim, ir em busca dos atores-sujeito que constroem o urbano, que deixam nele suas marcas, que projetam nele seus desejos e utopias. Em suma, quer se inserir na discussão sobre a produção das cidades.

Para tanto, faz a opção pelo estudo da história de Belo Horizonte. Esta cidade, assim como qualquer outra, pode ser percebida como uma totalidade espacial que apresenta uma imensa diversidade de espaços: espaços de lazer, de consumo, locais de moradia de luxo, espaços para as indústrias, locais para os trabalhadores, e muitos outros. Dos inúmeros lugares desta cidade, um será o aqui privilegiado: o lugar da habitação popular.

A construção dos lugares de moradia para os setores populares é, em Belo Horizonte, um dos problemas recorrentes na história da cidade. Desde o projeto urbanístico da nova capital, não há uma definição clara da localização da habitação para os pobres que, em número crescente, afluem para a nova cidade. Durante mais de cinquenta anos, nenhuma ação mais efetiva é realizada, por parte do poder público, no sentido de criar condições adequadas à moradia dos setores de baixa renda. Assim, o problema da carência de habitação para os mais pobres avoluma-se, ao longo da história da capital, tendo nas favelas, nos loteamentos clandestinos e nas pressões crescentes dos próprios grupos “excluídos” da cidade, seus sintomas mais evidentes.

Estes sintomas encontram seu momento de maior gravidade, até então, ao final dos anos 50 e início da década seguinte. É este momento crítico que se constitui no marco cronológico inicial deste trabalho. Nele, a crise de moradias está por demais aguda na cidade que força diferentes grupos que nela atuam a assumirem um claro posicionamento ao seu respeito. Neste momento, ainda, as soluções institucionais pensadas, nacionalmente, para a provisão de habitações populares (Fundação da Casa Popular, Carteiras Habitacionais dos IAPs, financiamentos das Caixas Econômicas) davam sinais claros de seu esgotamento. Novas estratégias haviam que ser pensadas.

Um dos setores atuantes em Belo Horizonte, que nesta conjuntura, passa a pensar soluções para carência habitacional na cidade, é a Igreja Católica. Atravessando um

momento de profunda renovação desde o final dos anos 50, a Igreja, ao “abrir-se ao mundo”, passa a demonstrar clara preocupação diante das condições de vida dos setores populares. Dentre estas condições, a carência e precariedade das moradias assustam a instituição religiosa, pelas ameaças que julga representar: ameaça à família, à moral e à ordem. Assiste-se, em decorrência, em Belo Horizonte, a um engajamento do clero católico em torno da questão habitacional, tanto em ações concretas junto à população favelada, quanto na enunciação de um discurso que pretende pensar as raízes do problema, seus efeitos e a urgência de sua solução.

Paralelo a este posicionamento da Igreja Católica, um programa habitacional é elaborado em Minas Gerais. Em resposta à crescente demanda por habitação, o poder público estadual, no início da década de 1960, sob o comando do udenista Magalhães Pinto, institui uma nova estratégia de combate ao problema habitacional do estado. Este programa de governo almeja ser a solução para o problema das favelas, na medida em que promete criar condições para o provimento de “casas para o povo”. A primeira iniciativa concreta do programa habitacional elaborado no governo Magalhães Pinto é, em Belo Horizonte, a construção do Bairro Dom Cabral, na região oeste da cidade.

O bairro Dom Cabral é um grande e arrojado bairro popular, planejado e construído em 1964, em terreno até então pertencente ao Seminário do Coração Eucarístico, instituição de formação sacerdotal da Arquidiocese de Belo Horizonte. Em 1964, a Arquidiocese vende ao governo estadual a área, com a finalidade de se construir ali “casas para o povo”. A transferência para o governo estadual de parte de seu patrimônio imobiliário, na cidade, é atitude que revela os debates e impasses vividos pela Igreja Católica, em Belo Horizonte, desde o final dos anos 50. Igualmente, é uma oportunidade para solidificar seus laços com o poder público, em um contexto de grande crise política. Em suma, o bairro Dom Cabral é a iniciativa concreta para onde se confluem, e onde se encontram, dois projetos de habitação popular: o do poder público estadual e o da Igreja Católica.

Projetado e financiado pela Caixa Econômica do Estado, o Dom Cabral não só é a primeira, mas a única iniciativa, na cidade, de construção de um bairro destinado à habitação das classes populares dentro do programa institucional elaborado por Magalhães Pinto. A excepcionalidade do Dom Cabral não desautoriza a análise de sua história; ao contrário, é reveladora de sua importância, na medida em que permite perceber, em Belo Horizonte, a desmontagem das soluções pensadas para o problema habitacional vindas do período populista, fruto da imposição do sistema centralizador do Banco Nacional de Habitação (BNH), nos primeiros anos da ditadura militar. Sob o comando deste banco, um

novo modelo de habitação popular então se configura, materializando-se nos conjuntos habitacionais padronizados. A este modelo do BNH contrapõem-se a proposta do Bairro Dom Cabral, não um conjunto habitacional, mas um bairro popular. Abandonada pelos planejadores de programas habitacionais para os setores de baixa renda, durante a ditadura militar, a proposta contida no bairro Dom Cabral configura-se, ainda hoje, em uma outra alternativa para a moradia dos setores populares na cidade.

A experiência de habitação popular expressa no bairro Dom Cabral não é a concretização integral da proposta do governo Magalhães Pinto, nem tampouco aquela almejada pela Igreja. O projeto original do bairro não se conclui. Em 1965, ao ser entregue aos moradores, o bairro diferente daquele que havia sido planejado. Somente as casas haviam sido construídas em ruas sem pavimentação, sem rede elétrica, de esgoto ou de água pluvial. Os moradores, endividados com o financiamento da Caixa Econômica Estadual, logo passam a enfrentar os problemas comuns dos bairros sem planejamento. É entregue aos moradores um bairro bastante diferente do que constava nos contratos assinados com a Caixa, criando-se aí um sério ponto de atrito entre ambos. As ruas esburacadas tornavam-se esgotos a céu aberto, a constante falta de água, a ausência de coleta de lixo faz com que este se acumulasse nos lotes vagos e nas ruas. Na área central do bairro, o terreno destinado ao Centro Comunitário torna-se um imenso matagal, deixando o bairro sem qualquer equipamento coletivo e opção de lazer.

Tais problemas levam os moradores do bairro, estimulados pelo pároco local, a se organizarem em uma associação comunitária: o *Conselho da Comunidade do Dom Cabral*, fundado em 12 de julho de 1970. Esta associação passa a funcionar como instrumento de pressão sobre os poderes públicos estadual e municipal, a fim de dotar o bairro dos serviços urbanos previstos em seu projeto original. Ao longo de todo o período da ditadura militar, a associação comunitária do bairro Dom Cabral esteve à frente das lutas dos moradores da região, num momento em que a maioria das organizações populares sofre um refluxo em sua organização e mobilização diante da repressão imposta pelo regime autoritário.(POMPERMAYER, 1987)

O Conselho da Comunidade do Bairro Dom Cabral mantém, desde sua criação em 1970, fortes vínculos com a Igreja. Em 1981, há um rompimento, no nível da organização dos moradores, com o pároco local, sendo então fundada a *Associação dos Moradores do Bairro Dom Cabral e Vila 31 de Março*, que procura cortar os laços entre a associação e a Igreja. Neste momento, assiste-se, ainda, a uma reorientação da política estadual acerca de sua relação com os movimentos comunitários, num movimento simultâneo de seu

reconhecimento pelo Estado, por um lado, e de sua instrumentalização e desmobilização, por outro.(SOMARRIBA e AFONSO, 1987)

Este momento de alteração do perfil do movimento comunitário do bairro, bem como de mudanças na relação entre o movimento social e o poder público, dá o corte temporal final desta dissertação, pois a análise destas alterações, por si só, demandaria um novo e exaustivo esforço de investigação.

Nesta trajetória de embates e lutas, vai se formando o bairro. Mais ainda, vai se constituindo a solidariedade e a identidade de seus moradores. Vai se configurando um **lugar**, na cidade, na sua singularidade e em sua expressão das questões mais gerais que envolviam Belo Horizonte e seus moradores.

É sobre este lugar que este estudo pretende tratar. Procurando analisá-lo na sua construção, na relação que guarda com o quadro mais geral da cidade, bem como na sua singularidade. Mais ainda, no estudo sobre a construção deste lugar da cidade, pretende-se ressaltar as ações dos diferentes sujeitos inscritas em sua história. Como já foi exposto, na história do Dom Cabral destacam-se as iniciativas, projetos e ações de três sujeitos, aqui tratados como agentes construtores deste lugar da cidade: o governo estadual, a Igreja Católica e os moradores do bairro. Cada um deles possui uma projeção – explícita ou não – do que deva ser o lugar de moradia dos setores populares. Cada um, a partir de seus respectivos projetos, age no sentido de buscar concretizá-los. E, deste encontro e confronto de projetos e ações, vai se construindo o Dom Cabral.

Na história do bairro Dom Cabral algumas questões são colocadas. Em primeiro lugar, a construção do bairro Dom Cabral, em momento que a questão da habitação popular se torna aguda na cidade, permite perceber como é pensada, no início da década de 1960, a solução para este problema. Particularmente, revelam-se no bairro o posicionamento e os projetos específicos da parte do governo do Estado e da Igreja Católica, existentes nesse contexto, acerca da habitação popular. Cabe investigar os pontos de aproximação e/ou distanciamento existentes entre estes dois projetos, sendo o momento de concepção do bairro revelador neste sentido, tanto no que se refere à sua localização no espaço urbano, quanto ao planejamento de seu próprio espaço.

A análise da ação dos moradores do Dom Cabral, suas reivindicações e a forma que imprimem às suas lutas, coloca a questão da organização popular em Belo Horizonte, durante o período autoritário pós-64. A ação dos moradores permitirá perceber um outro projeto de bairro popular, construído pelos próprios habitantes do bairro, compreendendo-o em suas semelhanças e/ou diferenças com os também ali manifestados, o da Igreja e o do Estado. Por fim, pela atuação fundamental do pároco local na mobilização dos moradores

pela defesa de seus interesses, o estudo do bairro Dom Cabral contribuirá para descortinar a ação da Igreja junto a uma comunidade de bairro, durante a ditadura militar, momento em que as Comunidades Eclesiais de Base assumem papel de destaque como força política de transformação social. (PAIVA, 1987).

Assim, a fim de se perceber a construção do barro, cada um dos sujeitos envolvidos nesse processo será objeto específico de análise, buscando-se captar o movimento que os impele a posicionarem-se diante do problema da habitação popular e, simultaneamente, os configura como sujeitos construtores do espaço.

Dentro desta proposta, inicialmente será discutido, no primeiro capítulo, como se manifestou, ao longo da história de Belo Horizonte, o problema da carência de moradia para os setores populares. Desta forma, pretende-se perceber as raízes do sério problema habitacional manifestado na cidade no início da década de 1960, problema este que almeja a inserção do governo estadual nesta questão.

No segundo capítulo, é privilegiado o programa habitacional elaborado pelo governador Magalhães Pinto, buscando-se perceber seu escopo institucional, seu sentido político, e o projeto nele inscrito sobre a habitação popular.

Na medida em que o terreno onde foi construído o Dom Cabral pertencia à Igreja de Belo Horizonte, pretende-se no terceiro capítulo compreender-se o movimento que a Igreja Católica atravessa, no final dos anos 50 e início dos 60, que a leva a abrir-se para a cidade e, assim, para o problema da habitação popular. Desta forma, quer se investigar a Igreja como um dos sujeitos que participa da construção de Belo Horizonte e, especialmente, de um lugar destinado à habitação popular.

Por fim, no último capítulo, é buscada a ação dos próprios moradores, que em seu cotidiano e suas lutas, re-definem o lugar a eles reservado, inscrevendo no espaço também a sua história.

Para a realização da pesquisa destes três sujeitos-construtores do Dom Cabral, diferentes registros documentais são buscados. Dada a especificidade de cada trajetória, bem como as diferentes formas com que cada instituição ou grupo produz os suportes de sua própria memória, e ainda, em função das questões relativas à preservação destes registros históricos, os documentos aqui analisados diferem de acordo com o sujeito em questão.

Assim, para a análise da política habitacional do governo Magalhães Pinto, as fontes utilizadas são, especialmente, a legislação que leva à definição das instâncias do poder público encarregadas do programa de habitação popular, e fontes jornalísticas, onde se buscam as ações concretas e os pronunciamentos dos responsáveis pela execução de tal

programa. Para a Igreja Católica, a fonte privilegiada para seu estudo é o jornal da Arquidiocese de Belo Horizonte, *O Diário*, em cujas páginas revela-se o posicionamento do clero diante do problema habitacional. No estudo das ações dos moradores, uma outra fonte jornalística assume grande relevância: o jornal *Marco*, do curso de Jornalismo da Universidade Católica de Minas Gerais que, nos anos 70, assume a linha editorial do jornalismo comunitário, pretendendo, desta forma, se constituir em veículo de imprensa da comunidade do Dom Cabral. Dada a pequena produção e conservação de fontes escritas produzidas pelos próprios moradores, o uso da fonte oral torna-se, aqui, elemento precioso de registro da memória e da história do bairro.

A partir destes documentos, postos em diálogo com a produção acadêmica relativa à construção do espaço urbano e à ação dos sujeitos coletivos, esta dissertação, em síntese, vai em busca da construção do lugar da habitação popular em Belo Horizonte. E, neste processo, destaca o papel do Estado, da Igreja e dos moradores como sujeitos-construtores do bairro Dom Cabal, um lugar de moradia popular produzido a partir da década de 60.

CAPÍTULO 1 – O PROBLEMA DA HABITAÇÃO POPULAR EM BELO HORIZONTE: DA FUNDAÇÃO DA CIDADE À DÉCADA DE 1960.

*“Esta cidade é um paradoxo”
(Alfred Agache)*

A avaliação feita acima, pelo urbanista francês Agache, em sua visita à Belo Horizonte em 1940, é reveladora de um dos mais constantes elementos da história da cidade: a existência de duas cidades em uma só. Uma Belo Horizonte é aquela do planejamento, com adequados padrões de urbanidade. Ao mesmo tempo, cresce uma outra cidade, dentro da primeira, cidade carente, deficiente de serviços e equipamentos urbanos. Essa outra cidade é aquela construída como local de moradia dos setores populares. Construção diferente daquela experimentada pela outra Belo Horizonte, pois, via de regra, não segue planos, não é prevista pelos administradores, construtores e urbanistas. A Belo Horizonte “dos pobres” é espontânea, e marcada pelo signo da falta.

Sua história também se delineia sob o signo da perseguição. Pois, ao longo de várias décadas da história de Belo Horizonte, as autoridades públicas defendem que, para que a “verdadeira” Belo Horizonte possa existir, o seu avesso tem que ser eliminado. Elaboram, assim, inúmeras iniciativas de desmontagem da cidade indesejável, as quais ensejam confrontos, fruto da reação daqueles que buscam, insistentemente, afirmar-se não como o avesso da cidade, mas como parte integrante da mesma.

É esta trajetória histórica de Belo Horizonte, marcada pela falta, pela exclusão e por confrontos, que este capítulo pretende perseguir. Para tanto, fundamentalmente, será feito o recurso à bibliografia que tem com objeto a história da cidade. Nela privilegiar-se-á os elementos que possibilitem perceber como se colocou, em diferentes momentos, o problema da habitação popular na cidade. Nesta perspectiva, procurar-se-á compreender, ainda, a posição que assumiu o poder público (estadual e municipal) diante do problema, bem como as formas encontradas pelos setores populares, na cidade, para garantir uma moradia digna.

O problema da habitação popular está colocado desde o início da história de Belo Horizonte. Concebida no final do século XIX como um símbolo dos novos tempos abertos com a República, a nova capital de Minas Gerais é pensada dentro dos padrões de racionalidade e funcionalidade típicos do nascente urbanismo do período:

“Seu alto grau de abstração e seu rigor geométrico professavam a utopia de se traçar com a régua e o compasso uma ordem social harmônica, unitária, onde não haveria lugar para a chamada desordem urbana. O planejamento, de um só golpe, procurava aprisionar a realidade a um modelo de cidade, no qual o imprevisível e a atuação conflitante dos atores urbanos deveriam ser inibidos por uma gestão técnico-racional do espaço.” (JULIÃO, 1996:56)

A partir destes pressupostos, o engenheiro-chefe da Comissão Construtora da Nova Capital, Aarão Reis, elabora um projeto modernizante, determinando o tamanho, o traçado e as destinações do espaço. Assim, na Planta Geral da Nova Capital, a cidade é dividida em três zonas: a urbana, delimitada pela Avenida do Contorno, destina-se ao aparato burocrático e à residência de funcionários públicos; a zona suburbana é pensada como região para sítios e chácaras; a zona rural, concebida para ser o cinturão verde da cidade, onde se localizariam Colônias Agrícolas. Em função desse planejamento, Belo Horizonte

“nasce com seus espaços previamente definidos, com lugares previamente determinados e que possuem um único significado. (...) Seu próprio plano já se constitui como uma leitura – coercitiva; funciona como uma escrita que, de antemão, determina um sentido, um caminho único que olhos e consciência hão de percorrer para compreender suas mensagens.” (SILVEIRA, 1996:84. Grifos da autora)

Além disto, o projeto de Aarão Reis é marcado pela prioridade dada às questões de caráter técnico (acessos, fornecimento de água, eletricidade, esgotos sanitários), ficando em segundo lugar as questões de natureza estética. Desta forma, nas ações e projetos da Comissão Construtora, negligencia-se o aspecto social (GUIMARÃES, 1991)

Esta negligência já se expressa no próprio projeto da cidade, pois Belo Horizonte foi idealizada para ser sede do governo estadual, uma cidade meramente administrativa. Desta maneira, os espaços de moradia na nova capital são previstos para abrigar uma população de funcionários públicos, principalmente. Por este motivo, na Planta da Nova

Capital "os operários (...) não têm espaço para morar."(AFONSO e AZEVEDO, 1987: 111)

A ausência de preocupações sociais está presente, ainda, no momento de edificação da nova cidade. De um lado, evidencia-se nas atitudes da Comissão Construtora em relação à população residente no Arraial do Curral d'El Rey, local escolhido para, sobre ele, se erigir a nova capital. Para Aarão Reis, a população do arraial não deveria permanecer na futura cidade, uma vez que ela é tida como incapaz de se integrar na proposta progressista da nova capital. Para o engenheiro-chefe da Comissão Construtora, "*os habitantes do velho arraial não pertencem 'ao novo projeto de cidade' e portanto devem ser expulsos do lugar; na verdade é como se eles não existissem.*" (SILVA, 1998: 14) Suas residências deveriam ser demolidas. Todas as marcas deixadas pelos antigos moradores tinham que ser apagadas. Para realizar este propósito, o Estado adquire 428 propriedades no Curral d'El Rey, a maior parte por meio do pagamento de uma indenização em dinheiro, de valor insignificante. Quando houve permuta, esta não é feita trocando-se a antiga edificação por uma nova, mas uma simples permuta de propriedade (edificação e/ou terreno) por lote. Como o valor pago nas indenizações é irrisório, os moradores do antigo arraial não conseguem adquirir propriedades na zona urbana, restando-lhes a alternativa de se retirarem de seu antigo local de moradia. (PENNA, 1997)

Ao mesmo tempo, no momento da edificação da nova cidade, nem mesmo para os trabalhadores construtores da nova capital, prevê-se um espaço para localização de suas residências. A Comissão Construtora limita-se a construir uma hospedaria provisória, na realidade, "*um grande barracão de madeira, sem conforto, cujos cômodos eram insuficientes para abrigar os trabalhadores.*" (GUIMARÃES, 1991:69) Este abrigo improvisado deveria ser demolido tão logo se concluíssem as obras da cidade. Contudo, ao longo das obras de construção da nova capital, inúmeros trabalhadores se dirigem para o local, em busca de melhores oportunidades de emprego e de vida. Sem terem onde morar acabam construindo cafuas e barracos para residirem, em todos os cantos da cidade. A proliferação de moradias improvisadas para os trabalhadores resulta, em 1895, antes mesmo da inauguração de Belo Horizonte, no surgimento de dois aglomerados de cafuas: a do Córrego do Leitão (Barro Preto) e da Favela ou Alto da Estação (Santa Tereza), ambos na zona urbana da cidade. (GUIMARÃES, 1991)

Simultaneamente, coube ao poder público conduzir o processo de ocupação dos terrenos urbanos. Por um lado, o Estado exerce controle direto e rigoroso sobre o acesso à terra urbana, privilegiando-se, inicialmente, os funcionários públicos, os proprietários de Ouro Preto e, excepcionalmente, os antigos moradores do Curral d'El Rey. A partir de

1896, a Comissão Construtora, já sob a direção de Francisco Bicalho, procura estimular a ocupação da nova capital e, para tanto, favorece o comércio de terras urbanas. A aquisição de lotes na cidade passa a se sujeitar à lógica do mercado. Agindo assim, o poder público acaba por estimular o processo de especulação de terrenos e, desta forma, *“ao converter-se o Arraial do Curral d’El Rey em Belo Horizonte, a terra seria convertida em mercadoria: ao figurar, Belo Horizonte já figuraria em cifras.”* (PENNA, 1997: 78)

Por outro lado, controlando a ocupação da cidade, o poder público estabelece, ainda, normas rigorosas de edificação e urbanização, especialmente para a zona urbana. Em 1898, com a promulgação do primeiro código de posturas de Belo Horizonte, as exigências de infra-estrutura são bastante rigorosas para a zona urbana, em clara diferenciação com as demais zonas da cidade. Nos primeiros vinte anos de Belo Horizonte

“toda a atenção do poder público voltou-se para a zona urbana da cidade, enquanto a periferia era ocupada de forma desordenada e sem controle. Embora existissem leis e regulamentos relativos à ocupação e às características das construções esses não eram respeitados e muito menos fiscalizados, o que levou ao surgimento da desordem urbana, especialmente na região fora da avenida do Contorno, ou seja, na da zona nobre da cidade.” (GUIMARÃES, AZEVEDO e ROCHA, 1995: 8)

A decorrência deste processo, aliado ao do surgimento do mercado de terras, é a elevação do preço dos lotes na zona urbana, forçando os segmentos mais empobrecidos a se fixarem fora dos perímetros da Avenida do Contorno. Nestas áreas, o processo de adensamento populacional é mais expressivo que na zona urbana, contrariando o planejamento de Aarão Reis, que previa um crescimento da cidade do centro para a periferia. Ao mesmo tempo em que agregam um maior número de pessoas, as zonas suburbana e rural sofrem com a ausência de investimentos públicos, tornando-a carente de serviços e equipamentos coletivos.

“Para o poder público, a provisão desses serviços nas regiões demandadas era altamente onerosa, pois exigia que a infra-estrutura atravessasse zonas despovoadas, de escasso rendimento fiscal, para atender a núcleos de população disseminados principalmente pela área suburbana.” (AFONSO e AZEVEDO, 1987: 112)

Nesta região, concentra-se a população de trabalhadores que se dirige à cidade. Muitos destes homens e mulheres, em função da precariedade dos transportes e da

distância em relação aos seus locais de trabalho, rompem com o controle pretendido pelo poder público, e passam a invadir terras vazias na área urbana para edificarem aí seus locais de moradia. Proliferam, desta maneira, favelas na região central da cidade, em locais igualmente desprovidos de qualquer assistência por parte dos administradores da cidade.

Expressivos são, a este respeito, os dados do Censo de 1912. Belo Horizonte contava, no momento, com uma população de 39 mil habitantes. Destes, 68% residiam em fora da zona urbana (38% na zona suburbana e 30% na zona rural). Quanto às habitações, 25% eram precárias, 27% eram barracos, 15% não tinham energia elétrica, 36% não possuíam abastecimento de água e 24% eram desprovidas de sistema de esgotos. (MOURA, 1994)

Percebe-se que o desdobramento de todo esse processo é, desde os primeiros anos da história de Belo Horizonte, o surgimento de duas cidades em uma só: uma oficial, planejada, e bem equipada em termos de serviços e equipamentos, mas com uma população rarefeita; outra, populosa, concentrando a pobreza e a carência. Nesta segunda cidade, molda-se uma *arquitetura silenciosa*, fruto da exclusão e da impossibilidade de acesso pleno à cidade pelos canais formais (públicos ou privados) (COSTA e BAPTISTA, 1998)

Esta cidade que teima em se insurgir contra o planejado é vista com profundo desprezo e desconfiança pelos mandatários do poder público. Para eles, essa cidade não poderia subsistir, sob pena de se colocar em xeque todo o moderno projeto de Belo Horizonte. Em função deste posicionamento, inúmeras estratégias passam a ser adotadas, na cidade, visando eliminar esta *cidade perigosa*.

Desta maneira, os olhares vigilantes do poder se orientam para os lugares da cidade ocupados pelos setores populares, que dada a ameaça que representavam, exigiam “*um conhecimento e controle permanentes, capazes de adequar aquele mundo alheio e caótico aos padrões desejados de uma ordem urbana moderna.*” (JULIÃO, 1996: 84) Os espaços de moradia, lazer e trabalho dos segmentos socialmente mais pobres são submetidos a um controle e repressão sistemáticos, não só por meio de ações policiais, como também mediante as iniciativas da Seção de Higiene e da Polícia Sanitária da Prefeitura. Criadas em 1900, estas duas agências públicas encarregam-se de determinar os padrões de moradia operária, visando criar um modelo homogêneo de urbanização. Moradias coletivas e cafuas são condenadas pelo poder público, em nome da higiene e da modernidade.

O controle e as iniciativas de eliminação da cidade indesejável também se orientam no sentido da remoção das habitações tidas como inadequadas pelo poder público. Data de 1900 a primeira iniciativa, em Belo Horizonte, neste sentido, quando o então prefeito

Bernardo Pinto Monteiro determina a demolição de cafuas no Córrego do Leitão. A população ali residente deveria ser removida para o Barro Preto (zona urbana) e Santa Efigênia (zona suburbana), iniciativa dissonante em relação às grandes cidades do país, onde simplesmente fazia-se a remoção das favelas, sem o reassentamento de sua população. A política de “vanguarda” da Prefeitura de Belo Horizonte justifica-se pelo interesse do poder público em garantir um contingente de trabalhadores na cidade, necessária à continuidade de sua construção. (GUIMARÃES, 1991)

Ao longo de quase todo o período aqui focado, esta política de eliminação das favelas por meio da remoção de seus moradores para regiões mais distantes da cidade, dá a tônica das iniciativas do poder público em relação ao problema da habitação popular.

“Foi prática comum na história de Belo Horizonte o poder público permitir que as pessoas ocupassem uma área, até o momento em que se torna necessária sua desocupação, em decorrência do processo de crescimento da cidade e da valorização do terreno. A população expulsada invadia áreas mais distantes; anos depois era novamente removida.” (GUIMARÃES, 1991: 158)

Pelo menos até o final dos anos de 1940, não se destaca nenhuma reação mais explícita dos moradores de favela quanto à sua transferência no território de Belo Horizonte. No entanto, as reações dos excluídos do direito à cidade ocorrem, já a partir dos primeiros anos do século XX, principalmente por aqueles residentes em bairros periféricos, que reclamam publicamente – por meio de assembléias nos bairros, abaixo-assinados e denúncias na imprensa – da falta de transporte, iluminação, água, esgoto e limpeza pública. Assim, em 1902 é organizada a União dos Moradores de Santa Efigênia que reivindica melhorias urbanas e se mobiliza para construir a capela local. Na mesma década, a reivindicação por abastecimento de água é explicitada pelos moradores da Floresta e da Lagoinha, ao mesmo tempo em que os do Calafate reivindicam a extensão da linha de bonde até esse ponto da cidade. (SOMARRIBA, VALADARES e AFONSO, 1984) Essas demandas expressam *“uma luta por um lugar no interior de uma ordem que os excluía; por um direito do cidadão, em sua acepção primária – o de ser habitante da cidade.”* (JULIÃO, 1996: 91)

Mediante a pressão popular, a Prefeitura vê-se forçada a alterar o que havia sido inicialmente planejado para a cidade, incorporando núcleos populacionais que cresciam à revelia do controle do Estado. Este é o caso do Barro Preto, que em 1902, por decreto municipal, é reservado como espaço de residência operária, oficializando-se uma situação já existente. Neste local, a partir de 1909, exige-se, como condição para obtenção do título

definitivo do terreno, que os moradores cumpram certas exigências, destacando-se aquelas que incidem sobre seu cotidiano, querendo-se, com isto, moldar-se um comportamento de “bom operário”. Pouco depois, a Prefeitura continua designando novas áreas para se constituírem como espaços de moradia operária. Como exemplos, em 1913, é autorizada a construção da primeira Vila Operária em Belo Horizonte, por iniciativa de particulares, no Calafate. Ainda neste sentido, em 1919, é instalada a primeira Vila Proletária, na Lagoinha, com seus lotes vendidos pela própria Prefeitura.

Estas iniciativas guardam importância fundamental, entre outras, porque revelam o reconhecimento, pelo poder público, que Belo Horizonte havia se tornado algo diferente de uma cidade administrativa (SILVA, 1998) e que era necessário incorporar à planta da cidade locais para a residência de trabalhadores.

Nos anos de 1920, Belo Horizonte assiste a uma significativa expansão da fronteira urbana que, ao final da década, rompe com os limites previstos no projeto de Aarão Reis. Este crescimento é, em parte, decorrência do incremento da atividade industrial em municípios vizinhos à capital, fazendo com que essa atraia um grande número de atividades financeiras e comerciais. Como resultado deste crescimento econômico, Belo Horizonte passa a figurar-se como o centro urbano da região. Este processo vem acompanhado, já ao final da década, por um *boom* imobiliário, alimentado pelo crescimento demográfico fruto do aumento das migrações de origem rural.

Simultaneamente, o poder público diminui sua gerência na cidade, entregando-a a grupos particulares. (GUIMARÃES, 1991) Com isto, surgem companhias imobiliárias que passam a lotear áreas até então pertencentes às ex-colônias agrícolas, visando a formação de vilas mediante construção de casas a serem comercializadas (vendidas ou alugadas). Desta forma, a cidade alarga ainda mais seu território em direção à periferia, especialmente com a proliferação de loteamentos sem infra-estrutura, aprovados indiscriminadamente pela Prefeitura. (GUIMARÃES, AZEVEDO e ROCHA, 1995) Para estes espaços orientam-se trabalhadores mais qualificados, com renda suficiente para adquirir ou alugar sua residência. Aos trabalhadores com rendimentos ainda mais baixos, resta a opção das favelas, que se expandem ainda mais nas zonas urbana e suburbana. As grandes favelas formadas na zona urbana, especialmente a da Barroca e do Barro Preto, continuam a sofrer com as pressões do poder público no sentido de sua eliminação, através da remoção de seus habitantes para áreas mais afastadas da cidade. Novas favelas acabam surgindo em regiões mais afastadas do centro urbano, como é o caso da Vila dos Marmiteiros, localizada na região oeste em decorrência do processo de remoção da Barroca, iniciado em 1929.

O crescimento econômico da cidade é ainda mais acentuado nas décadas de 30 e 40. Em 1935, assume a Prefeitura Otacílio Negrão de Lima, posicionando-se claramente em favor da industrialização de Belo Horizonte. Para alcançar tal propósito julga-se necessária a remodelação da cidade, com uma determinação de novas funções para seus espaços. Em decorrência, é criada, em 1936, a zona industrial de Belo Horizonte, ao longo da linha ferroviária e do Ribeirão Arrudas, onde se instalam mais de 20 empresas. Simultaneamente, Negrão de Lima procura preencher o vazio da zona urbana, combater a especulação dos terrenos e o crescimento desordenado da cidade. Para tanto, condiciona a compra de lotes à construção de casas e obriga os loteadores a realizarem serviços de infraestrutura.

Tais medidas acabam por ter alcance bastante limitado. Os loteadores burlam as exigências da Prefeitura, levando ao surgimento de loteamentos clandestinos nas zonas suburbana e rural, onde o incorporador se limitava a demarcar os lotes e abrir vias, sem qualquer infra-estrutura. Ao mesmo tempo, continuam as invasões de terrenos públicos em áreas periféricas. A Prefeitura acentua, então, o processo de remoção das favelas, tidas como indesejáveis a uma cidade em processo de industrialização e modernização. Outras vezes, pela pressão das associações de moradores, o poder público municipal se vê forçado a reconhecer as áreas invadidas como Vilas Operárias, vendendo os lotes aos seus ocupantes. Na década de 1930, portanto, as vilas constituem o padrão típico de moradia popular em Belo Horizonte. Na realidade, *“as vilas eram, de fato, vilas-favelas, onde continuavam faltando infra-estrutura e acesso, em consequência da não abertura ou ao mau estado das vias por onde deveriam trafegar ônibus.”* (GUIMARÃES, 1991:195)

Este crescimento desordenado da periferia também faz crescer, nos anos 30, os movimentos de reivindicação das populações das vilas e bairros populares. Decisivos a este respeito são, ainda, a atuação da ANL junto aos trabalhadores da cidade, e a realização de eleições para a Câmara Municipal que promove o surgimento de diretórios políticos de partidos nos bairros carentes, para onde os candidatos se dirigiam em busca de votos.

Com a implantação da ditadura do Estado Novo (1937/45), o associativismo de base local, na cidade, conhece uma fase de refluxo, com a desmobilização das organizações de moradores promovida pelo Estado autoritário. Entretanto, é na década de 1940 que Belo Horizonte se afirma como o principal pólo industrial, financeiro e comercial da estado. O processo de transformação urbana da cidade se acelera, com realizações urbanísticas e arquitetônicas que procuram consolidar o perfil ‘moderno’ da capital. A cidade vive, então, uma nova fase, com uma forte recuperação do discurso da

modernização que já havia se feito presente no momento de sua construção. (FARIA, 1985)

No centro urbano, a modernização era simbolizada pela verticalização das edificações, marcando, na cidade, o ciclo de arranha-céus. *“O ideal desenvolvimentista emergente, que queria indústria, impregnava as pessoas com o entusiasmo dos arranha-céus norte-americanos, símbolos do progresso.”* (PERPÉTUO e CORRÊA, 1987: 36) Momento emblemático destas iniciativas “modernizadoras” é a Prefeitura de Juscelino Kubitschek (1940/45) que implementa várias alterações na cidade visando integrá-la aos “novos tempos” do progresso. Símbolo destinado a perpetuar este movimento pretendido para a cidade é a urbanização da Pampulha, destinando esta região da cidade à habitação e lazer dos setores mais abastados da população. Na Pampulha, os edifícios do Cassino, Casa do Baile, a Igreja São Francisco e do Iate Tênis Clube expressam este desejo de se sepultar o “provincianismo” de Belo Horizonte.

A cidade continua a crescer, sendo irreversivelmente guiada para o norte – em função da Pampulha e da abertura da avenida Antônio Carlos -, e para oeste – pela extensão da avenida Amazonas e construção da Cidade Industrial. (MOURA, 1994) A Prefeitura realiza uma nova planta cadastral (1942), com vistas a um rígido cadastramento dos lotes e construções. O poder público pretende, assim, recuperar o controle sobre a ocupação do solo urbano, refreando o crescimento desordenado da cidade. Para que isto se concretizasse, a equação do problema da moradia para o trabalhador se torna premente, ganhando espaço no discurso oficial e dos empresários. Como decorrência, em 1942 é lançado um grande empreendimento de moradia popular, o Conjunto IAPI, em área da favela da Pedreira Prado Lopes. A população que residia no local é desalojada e, somente depois disto, têm início as obras (1944). Conjunto habitacional vertical, construído por convênio firmado entre a Prefeitura e o Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários, o Conjunto IAPI é a primeira iniciativa do poder público, em Belo Horizonte, de construção de residências para trabalhadores. Iniciativa individualmente arrojada, em tamanho e concepção urbanística, mas em muito insuficiente para suprir a demanda por moradias.

Ao final dos anos 40, e ao longo da década de 50, o déficit habitacional em Belo Horizonte se acentua, à medida que a industrialização se expande, favorecida pela solução de um dos seus mais sérios entraves, ou seja, o de fornecimento de energia. Com a criação da CEMIG, no início da década de 50, indústrias de grande porte de estabelecem na Cidade Industrial, atraindo grandes contingentes de população do meio rural que se dirige à capital em busca de melhores condições de vida. O crescimento populacional é intenso, na cidade,

tendo o número de habitantes em Belo Horizonte praticamente dobrado em uma década. Assim, se em 1950 a população da cidade é de 352.724 habitantes, em 1960 ela passa a ser de 693.328 pessoas, das quais 60% não são nascidas na capital. (MOURA, 1994)

No mesmo período, a especulação imobiliária é ainda mais extrema. As companhias imobiliárias se consolidam e começam a formar seus estoques de terra. Expressivos são, a este respeito, os dados do final da década de 50, que demonstram a existência de 2,5 lotes vagos para cada lote ocupado na cidade. (MOURA, 1994) Igualmente têm atuação significativa as empresas de construção civil que se dedicam, no período, à construção de prédios comerciais e de apartamentos destinados aos setores de renda média e alta. Aos setores de baixa renda, os loteamentos clandestinos e os bairros e vilas operários, sem qualquer infra-estrutura, continuam a ser a alternativa de obterem suas residências baratas. Ou então, para aqueles segmentos ainda mais empobrecidos, a única alternativa continua a ser a favela.

Ao mesmo tempo, crescem os movimentos reivindicatórios em Belo Horizonte.

“As reivindicações urbanas eram conduzidas por dois canais básicos: os chamados Comitês Pró-Melhoramento, que representavam, predominantemente, os bairros de periferia, e as denominadas Uniões de Defesa Coletiva, que agrupavam moradores de vilas e favelas.”
(SOMARRIBA, VALADARES e AFONSO, 1984:39)

Diante deste quadro, a provisão de habitações a baixo custo para trabalhadores torna-se necessidade urgente. Na Prefeitura de Octacílio Negrão de Lima (1947/51) são construídas, na periferia, habitações para populações expulsas das favelas centrais, com participação da Fundação da Casa Popular. Na administração de Américo Gianetti (1951/54), o poder público adota a estratégia de instalar Centros Sociais nos bairros e vilas periféricas, com apoio da Igreja, visando evitar mobilizações populares. Mais uma vez, a ação do poder público se mostrava insuficiente para satisfazer à crescente demanda por moradia.

Em 1955, o poder público municipal toma para si a questão de construir casas para os setores populares. (SILVA, 1998) O então Prefeito Celso Melo Azevedo (1955/59) realiza cadastramento das favelas com o intuito de elaborar estratégia visando minorar o quadro de carência habitacional na cidade. É constatada a existência de 9.343 domicílios com 36.432 moradores (AFONSO e AZEVEDO, 1987) Diante deste quadro, é criado o Departamento Municipal de Habitações e Bairros Populares (1955) destinado a construir bairros populares e moradias baratas a fim de se erradicar o problema das favelas na

cidade. *“A característica mais significativa desse departamento era sua política explícita de só desfavelar após oferecer outra moradia que apresentasse condições de habitabilidade.”* (AFONSO e AZEVEDO, 1987: 117) Contudo, a perspectiva permanece sendo a do desfavelamento, removendo os favelados para conjuntos habitacionais distantes do centro urbano. Os recursos financeiros para as iniciativas do Departamento seriam garantidos por uma taxa de habitação popular, no valor de 3% sobre os loteamentos e construções aprovados pela Prefeitura. Até 1959, aquele departamento municipal cria dois conjuntos habitacionais e constrói, em várias favelas, sedes para as Uniões de Defesa Coletiva.

Ao iniciar-se a década de 60, a crise habitacional é de extrema gravidade, não só em Belo Horizonte, mas em todas as grandes cidades do país.

“A temática social, a preocupação com as condições de vida e de trabalho, a migração rural-urbana, a necessidade de medidas concretas de planejamento são preocupações que aparecem com intensidade nos diagnósticos de então.” (COSTA e BAPTISTA, 1998: 274)

O tema da reforma urbana passa a fazer parte da agenda dos movimentos populares. A reivindicação é pelo acesso à terra para assentamento definitivo da população, por meio da desapropriação de terras não construídas para implantação de unidades habitacionais. (COSTA e BAPTISTA, 1998)

Em Belo Horizonte as invasões de terras e formação de favelas se multiplicam, devido à continuidade do processo migratório e do preço elevado da terra urbana, aliada a pouca expressividade dos programas de habitação popular. O acesso à moradia continua a se dar, basicamente, a partir da lógica do mercado, controlado pelo capital imobiliário. Este capital busca no mercado financeiro taxas mais elevadas de rentabilidade, proporcionadas pela alta inflacionária do período. Conseqüentemente, reduz-se, no início dos anos 60, o número de novos loteamentos. Os empreendimentos imobiliários dessa natureza que são lançados ao mercado localizam-se ou em regiões mais valorizadas da cidade, ou em áreas de expansão do território urbano, nas quais os agentes imobiliários limitavam-se a oferecer a luz e o calçamento da rua de acesso principal. (GUIMARÃES, AZEVEDO e ROCHA, 1995)

Como decorrência desta situação, ao lado da ausência de uma política efetiva de produção de habitações acessíveis a um grande número de trabalhadores, no início da década de 60, durante a gestão de Amintas de Barros (1959/63), crescem as manifestações de favelados, que protestam contra os riscos de expulsão. Os constantes cortes de água e

luz nas favelas, estratégia utilizada pela Prefeitura visando combater a expansão e a ocupação ilegal de terrenos, também são alvos do protesto popular. Constantes assembleias são realizadas nas favelas, reunindo um crescente número de moradores, com o objetivo de obter a legalização da posse dos terrenos e reivindicar melhorias urbanas. (SOMARRIBA, VALADARES e AFONSO, 1984)

Há, também, um grande número de ocupações de terrenos particulares, levando a constantes ações judiciais de reintegração de posse e atritos com a polícia. Ao mesmo tempo, medida em que se agrava o problema das favelas, o poder público municipal assume o discurso do desfavelamento como obrigação do Estado, alimentando e fazendo multiplicarem-se as Uniões de Defesa Coletiva que reivindicam soluções para seus problemas. Estas Uniões reúnem-se, então, para formar a Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte que, em 1964, já conta com 55 associações filiadas. (SOMARRIBA, VALADARES e AFONSO, 1984)

É neste contexto de crise habitacional aguda, em Belo Horizonte, que vem acompanhada de uma crescente organização e mobilização dos moradores de favelas, que é lançado um amplo programa habitacional pelo governador Magalhães Pinto. Empossado em 1961, o governador promete, com sua política de “casas para o povo”, resolver o problema das favelas na cidade. Mais uma vez, o poder público elabora estratégias de intervenção no urbano, neste caso, com o claro objetivo (como se verá no próximo capítulo) de conter a crescente agitação dos excluídos à cidade.

Antes de passar-se a investigação deste programa habitacional, objeto do próximo capítulo, fazendo um balanço da história da formação do espaço de Belo Horizonte, pode-se perceber que a fórmula de ação do poder público caracteriza-se, de forma constante, em

“manter o controle do acesso ao espaço urbano e ao mesmo tempo garantir o livre funcionamento das forças do mercado imobiliário, em um contexto de profundas desigualdades sociais e sem políticas públicas urbanas de caráter universalista.” (COSTA e BAPTISTA, 1998: 270)

Em decorrência, desde o início da história da cidade, o problema da falta de habitação e condições dignas de habitabilidade, está presente na vida de uma numerosa e crescente parcela da população de Belo Horizonte. Tal quadro acaba por lançar os moradores de baixa renda em uma crescente atividade reivindicativa, em defesa de melhores condições de vida e moradia. E o poder público não é imune a tais pressões, sendo forçado a tomar iniciativas e adotar políticas no sentido de dar alguma resposta aos

reclames populares. A resposta dada pelo governo Magalhães Pinto (1961/65) é o objeto de investigação do capítulo seguinte.

CAPÍTULO 2- CASAS PARA O POVO: O PLANO HABITACIONAL DE MAGALHÃES PINTO (1961-1965)

“Estamos certos de que, se não fizermos as reformas que o Brasil exige, de cunho cristão e democrático, em breve talvez já não possamos esperar desse povo cristão senão o desespero e a agitação. Não queremos que o povo tenha de ouvir novamente de um governador a frase que ouviu, há pouco mais de 30 anos, de um Presidente de Minas. Refiro-me a Antônio Carlos, quando disse que precisávamos fazer a revolução antes que o povo a fizesse.”
(Magalhães Pinto)

Estas palavras foram pronunciadas pelo governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, em 1962, em um banquete oferecido ao ex-presidente Jânio Quadros. A posição do governador de Minas é reveladora do temor que os segmentos conservadores têm, no momento, da revolução popular. A crise político-econômica do país lançava os setores populares a intensa atividade reivindicativa. Urgia, assim, para conter o ímpeto popular, fazer reformas a fim de se evitar a revolução. Na perspectiva do governador Magalhães Pinto, essas reformas têm como finalidade diminuir o quadro de carência no qual os mais pobres se vêm imersos. E, uma das carências mais sensíveis é a de um lugar digno de se morar. Faz-se necessário, assim, que o Estado assuma, com responsabilidade, a tarefa de oferecer “casas para o povo”, minorando suas condições precárias de vida e, conseqüentemente, combatendo a revolução.

O temor que as péssimas condições de vida dos setores populares, nas cidades, levasse a grandes convulsões e levantes sociais não é elemento que só recentemente passa a povoar o imaginário das elites. É aspecto constante, por exemplo, na avaliação que administradores, políticos, filantropos, entre outros, fazem das cidades européias no século XIX.

Neste momento, as cidades na Europa modificam-se rapidamente. Adquirem novas funções econômicas e, especialmente, passam a apresentar nova configuração social. Quanto a este aspecto, uma grande massa de despossuídos, de trabalhadores pobres, concentra-se no ambiente urbano. Suas condições de moradia são extremamente precárias,

sendo o aluguel de cômodos a alternativa encontrada pela maioria. Esta situação acaba por provocar avaliações sobre as condições de vida da classe operária, muitas das quais tendo como resultado uma imagem de medo à cidade, de um temor que aquelas condições de vida dos pobres resultasse em uma revolução das “classes perigosas”. (HALL, 1995)

Como atitude preventiva, o Estado, em certos países europeus e nos Estados Unidos, inicia, ainda que de forma esporádica e não organizada, algumas iniciativas no campo dos problemas sociais. Mas, é a partir do início do século XX, que se torna parte da agenda dos governos e partidos a elaboração e execução de políticas públicas orientadas para a questão habitacional dos setores sociais de baixa renda.

No Brasil, a elaboração de políticas sociais pelo Estado tem seu início na década de 1930. Até então, o caráter planejado destas iniciativas não existia, ocorrendo apenas ações de caráter esporádico e intermitente. Ampliando sua área de atuação ao longo das décadas, as iniciativas do Estado brasileiro alcançaram, a partir da década de 40, a questão habitacional. Esta passa a ser encarada, pelo poder público, como uma questão de política social, exigindo uma resposta mais clara para o problema. Sem dúvida, o aprofundamento da concentração urbana, a consciência do déficit habitacional, o crescimento das favelas e a pressão social, contribuíram para o novo direcionamento dado pelo Estado à questão habitacional.

O problema da habitação popular, no Brasil, tornou-se agudo nas décadas de 50 e 60. O crescimento vertiginoso dos grandes centros urbanos, a concentração dos terrenos urbanos, a especulação imobiliária deixavam inúmeros trabalhadores e famílias de baixa renda sem acesso a uma moradia digna. O fenômeno da favelização se agrava em todas as grandes cidades brasileiras.

Ao mesmo tempo, politicamente, nestas décadas assiste-se ao fenômeno do populismo no Brasil. Ao longo dos anos 50 e início dos 60, as demandas dos setores populares se tornam mais evidentes na cena pública. O Estado, em sua estratégia de apoio junto às camadas populares vê-se forçado a atender ou, ao menos, levar em consideração as pressões “vindas de baixo”.

É nesse contexto mais amplo que se procurará compreender as iniciativas adotadas pelo poder público estadual relativas ao problema habitacional em Belo Horizonte. Neste capítulo, a investigação tem como objetivo situar o poder público estadual enquanto sujeito atuante na construção do lugar da habitação popular em Belo Horizonte, no início dos anos 60. Para tanto, será investigada a proposta de política habitacional formulada no governo de Magalhães Pinto (1961/1965), buscando compreender seu formato institucional e seu significado político.

Desde já é importante ressaltar o intuito não é proceder a uma avaliação desta política pública, num esforço de relacionar metas e ações concretas. Pretende-se, ao contrário, compreender o sentido da ação do poder público na construção de um lugar da cidade, ação esta que está informada por uma política mais geral de habitação. Na materialização de sua proposta, o governo do estado de Minas Gerais constrói, a partir de 1964, o bairro Dom Cabral, destinado a oferecer “casas para o povo”.

Para realização daqueles propósitos de investigação recorreu-se, fundamentalmente, a duas categorias de fontes: de um lado, buscou-se na legislação do Estado de Minas Gerais o escopo institucional da política do governo Magalhães Pinto no campo habitacional; por outro lado, nos jornais de grande circulação do período foram investigados na busca do debate político que este programa envolve, assim como da sua implementação concreta. Lamentavelmente, devido à precariedade da política de recolhimento, organização e disponibilização pública da documentação produzida pelo governo estadual em Minas Geras, não foram localizados os documentos produzidos pelas agências do Estado encarregadas da elaboração e implementação da política habitacional. Esta lacuna da documentação, assim, é fato que não dependeu do esforço particular desta pesquisa, e espera-se que, em caráter de urgência, esta deficiência possa ser suprida, seja pelos órgãos encarregados da preservação da memória do poder público estadual, seja por novas investigações a serem realizadas.

Ao mesmo tempo, buscou-se na bibliografia relativa às políticas públicas e, em especial, à política habitacional, o quadro mais geral das iniciativas estatais no campo da habitação popular. Quanto à bibliografia consultada, é flagrante a quase ausência de estudos históricos sobre o tema, cabendo a análise das políticas públicas mais aos economistas, cientistas políticos e sociais, preocupados seja nas relações entre o quadro político-econômico e a elaboração de tais políticas, seja na avaliação de sua eficácia frente aos problemas que almejam solucionar. Há, ainda, uma reduzida participação dos arquitetos-urbanistas na discussão das políticas habitacionais, preocupados em compreender a concepção urbanística e o formato arquitetônico presente em iniciativas de produção de habitação popular, no Brasil.

Esta bibliografia é apoio fundamental para se alcançar os propósitos deste trabalho, pois lança questões que possibilitam compreender melhor as iniciativas governamentais no campo das políticas sociais e, especificamente, no campo da política habitacional, tendo em vista os objetivos almejados pelos diferentes governos, bem como o sentido político e social presente nestas iniciativas estatais. Tal quadro mais geral irá proporcionar subsídios

para melhor se compreender a ação do governo Magalhães Pinto, no campo da política habitacional, bem como sua execução na cidade de Belo Horizonte.

A habitação como problema do Estado

As primeiras iniciativas governamentais no sentido de produção de habitações destinadas aos setores populares data dos últimos anos do século XIX, especialmente na Inglaterra. As terríveis condições de moradia das cidades vitorianas, o temor de revoluções das massas “amontoadas” nos cortiços, ao lado da forte pressão operária, fazem com que a solução do problema da habitação para trabalhadores seja encarado como obrigação do Estado. Em Londres, o poder público inicia, a partir dos primeiros anos do século XX, a construção de colônias-satélite para a moradia de trabalhadores e, simultaneamente, realiza iniciativas de eliminação e demolição dos cortiços na área central da cidade.

“Tanto os primeiros conjuntos residenciais periféricos quanto os esquemas, mais numerosos, derruba-cortiço, executados dentro do perímetro urbano, representam alguns dos exemplos mais remotos do planejamento em grande escala praticado na Grã-Bretanha, tendo ambos atingido um alto nível de realização no terreno da arquitetura e do projeto urbano. (HALL, 1995: 62)

No Brasil, no mesmo momento, correspondendo aos primeiros anos da República, o pensamento liberal abraçado pelo Estado faz com que este não assuma uma política efetiva de solução do problema habitacional, já sensível nas grandes cidades brasileiras. Regido pela iniciativa privada e pela lógica do mercado, o acesso à moradia pelos setores populares se dá, na maioria das cidades brasileiras, por meio do aluguel. Os trabalhadores pior remunerados concentram-se nos cortiços, e aqueles com maior qualificação e melhor remunerados alugam suas residências em vilas de casas unifamiliares. Outros, com rendimentos ainda mais reduzidos, só conseguem habitar em favelas. Seja em uma situação ou em outra, as condições de habitabilidade são bastante precárias, ressaltando-se neste aspecto as péssimas condições de higiene. E é em função desta questão da higiene e da salubridade que se assiste às primeiras iniciativas estatais no campo habitacional, motivadas, principalmente em decorrência da preocupação com a questão da saúde pública.

“A (ir)racionalidade da produção capitalista de edifícios, o loteamento indiscriminado e a precariedade dos serviços de água e esgoto, a cargo de empresas privadas, entre outros, passaram a constituir séria ameaça à saúde pública. Por isso, o controle estatal da produção do espaço urbano não só foi aceito como também reivindicado, ainda que predominassem as concepções liberais.” (BONDUKI, 1998: 27)

Desta forma, no geral, a intervenção estatal é indireta, caracterizando-se por medidas de cunho sanitarista (controle sanitário das habitações; legislação e códigos de posturas que tentam coibir a formação de cortiços; obras de saneamento e urbanização; interdição e demolição de moradias insalubres) e por meio do estímulo à construção de “vilas higiênicas” pelo setor privado. A concepção liberal de Estado, vigente até 1930, portanto, leva à rejeição da possibilidade de produção direta de moradia por órgãos governamentais. Da mesma forma, não existem nem mesmo sistemas de financiamento da casa própria, fazendo com que o trabalhador, eventualmente, só consiga tornar-se proprietário de sua própria moradia após anos de trabalho e de poupança.

A mudança deste padrão se dá, de forma bastante visível, a partir de 1930, quando, a partir da superação da lógica liberal, emerge um Estado centralizador e concentrador do poder, dotado de mecanismos que possibilitam elaborar e implementar políticas de cunho social. (DRAIBE, 1994) Ao mesmo tempo, o agravamento das condições habitacionais nos centros urbanos, fruto das altas taxas de urbanização decorrentes da orientação da economia para o setor industrial, aliado ao colapso do modelo de moradias de aluguel (altas taxas de inflação, desestímulo à construção rentista) força a mudança no padrão de intervenção do Estado na questão habitacional.

Além disto, a partir de 1930, realizam-se, nacionalmente, inúmeros eventos e intensa produção intelectual e jornalística que têm como tema a habitação operária, demonstrando a relevância que o tema adquire no período. De questão que interessava primordialmente aos médicos e sanitaristas, como na Primeira República, a moradia para o trabalhador passa a fazer parte das preocupações e indagações de engenheiros, advogados, assistentes sociais, urbanistas, sociólogos, demógrafos, entre outros profissionais. No debate travado entre eles, a questão sanitária passa a segundo plano, em função da emergência de novos temas: o da habitação como condição básica de reprodução da força de trabalho e, assim, elemento primordial para a estratégia de industrialização; e o da habitação como fator fundamental para se forjar um “homem novo”, pois incide sobre a formação ideológica, política e moral do trabalhador. (BONDUKI, 1998)

Por este movimento, vai se formando um certo consenso em torno do problema da moradia popular: faz-se a crítica ao padrão de moradia produzido pelo modelo rentista, e passa-se a reclamar a intervenção de Estado, tanto na produção quanto no financiamento habitacional, de forma a viabilizar o acesso à moradia aos mais pobres.

“Esse consenso respaldou a criação e fortalecimento dos órgãos governamentais encarregados de produzir e financiar a produção de habitações, como as Carteiras Prediais dos Institutos de Aposentadoria e Pensões, e a Fundação da Casa Popular.” (BONDUKI, 1998: 80)

Criados na década de 30, os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) passam a atuar na área habitacional a partir de 1937, quando são autorizados a criar Carteiras Prediais. *“Significa que o Estado pela primeira vez assume a responsabilidade pela oferta de habitações a segmentos da população urbana”* (SILVA, 1989: 38), ainda que limitado aos associados dos institutos de previdência. A prioridade da atuação dos IAPs na área habitacional é a construção de grandes conjuntos, com a locação de moradias para seus associados. Essa estratégia visava também a valorização do patrimônio dos institutos por meio da renda gerada pelos aluguéis. Os IAPs igualmente financiam, com prestações fixas, casas para seus associados. No entanto, a alta da inflação a partir dos anos 40, e a Lei do Inquilinato (1942) que congela os aluguéis, fazem com que os recursos aplicados pelas carteiras prediais não tenham retorno lucrativo. Assim, os IAPs vêem suas reservas previdenciárias declinarem nos anos 50, fazendo então a opção de limitar drasticamente seus investimentos em construção para locação e em financiamentos habitacionais.

A partir da segunda metade da década de 40, o aprofundamento da concentração urbana, a desenfreada especulação imobiliária, o alarmante déficit habitacional e a proliferação de favelas, levam à necessidade de uma resposta mais efetiva do Estado ao problema habitacional. Ao mesmo tempo, segundo MOISÉS (1985), o acentuado processo de industrialização verificado no Brasil nos anos 40 e 50, acompanhado da formação das áreas metropolitanas, provoca a emergência de novas necessidades sociais e urbanas, vitais à sobrevivência e integração da população ao ritmo rápido e violento da vida nas metrópoles. O aumento da demanda por serviços de infra-estrutura (água, esgotos, pavimentação de vias, iluminação, etc), por transporte coletivo rápido e eficiente, por sistema educacional e de saúde, por equipamentos sociais e culturais (creches, parques, áreas de lazer, etc), exige, naquele momento, soluções não mais individuais. A satisfação destas demandas *“dependia de soluções globais situadas ao nível das macro-decisões, só passíveis de serem tomadas ao nível do Estado.”* (MOISÉS, 1985: 18)

Neste período, marcado pelos mecanismos políticos do populismo, as demandas sociais urbanas encontram ressonância na ideologia dominante, segundo a qual o Estado é o “provedor” de toda a população, e nesta qualidade, aparece como responsável pela garantia da funcionalidade do sistema urbano. O Estado, no entanto, atende subordinadamente às carências urbanas das populações das grandes cidades em momentos curtos e transitórios, quando buscou obter certo grau de apoio das massas, fazendo, assim, com que estas tivessem algum grau de pressão sobre as elites políticas.

“Nesse sentido, pode-se dizer que o populismo representou, em relação aos movimentos sociais urbanos, a função ambígua de reforçar, por um lado, a legitimidade das reivindicações urbanas; e, por outro, trabalhar a noção de um Estado que deveria atender a todos. Como não era isso que acontecia na prática, o reforço recebido pelos movimentos sociais urbanos representava, de fato, um reforço ao antagonismo entre as massas e o Estado.” (MOISÉS, 1985:.21)

Nesta relação de proximidade e antagonismo entre Estado e classes populares é que se encontram inseridas as políticas públicas para as áreas urbanas, e especialmente dentro do foco de interesse deste trabalho, a política habitacional. Apresentando-se como “provedor” dos meios necessários à vida urbana, o Estado torna-se susceptível às demandas populares, tendo que respondê-las de alguma forma.

Dentre as reivindicações das camadas sociais desprivilegiadas nas grandes cidades, nos anos 50 e início dos 60, ressalta-se à demanda por moradia, não só no que se refere à reivindicação pela casa própria, mas especialmente por condições dignas de habitação.

O crescimento da reivindicação popular por moradia dá-se, ainda, no contexto da Guerra Fria. Neste momento, os grupos conservadores temem que a pobreza e as péssimas condições de vida conduzissem as massas no caminho da revolução. Assim, o problema da carência de moradias passa a ser visto como vital para garantir-se a ordem interna.

É no bojo de todo este processo que, em 1946, é criada, pelo governo Dutra, a Fundação da Casa Popular (FCP). Ligada ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, este é o primeiro órgão federal voltado exclusivamente para a oferta de habitação à população de baixa renda.

Quando de sua criação, a Fundação da Casa Popular objetivava exclusivamente o fornecimento de moradia à população de baixa renda. Ainda em setembro de 1946, suas atribuições são ampliadas, passando a incluir o financiamento de obras de infra-estrutura urbana, da indústria de materiais de construção, estudos dos tipos de habitação urbanas e

rurais. Em outras palavras, suas atribuições convergem no sentido de transformar a FCP em órgão de política urbana *lato sensu*. (AZEVEDO e ANDRADE, 1982).

Contudo, objetivo tão ambicioso não é alcançado. Contando com poucos recursos, com estrutura burocrática inadequada e sem ter respaldo político nos sucessivos governos do período, a FCP limita sua atuação à recepção e distribuição de recursos para a habitação, não tendo se constituído, efetivamente, em órgão de política urbana.

“a ênfase conferida à FCP teve o sentido de constituí-la em órgão de política urbana, de planejamento e de financiamento habitacional. Não tendo havido, no período, formulação de planos para o setor, conclui-se que a atuação desse órgão cingiu-se à concessão de financiamentos.”
(FUNDAÇÃO de Economia e Estatística, 1983: 199)

Ao mesmo tempo, na definição dos candidatos à casa própria e na destinação dos recursos aos municípios, a Fundação da Casa Popular esteve sujeita a pressões de natureza clientelística. Sua ação junto aos moradores das residências construídas é, ainda, bastante autoritária, pois inclui a fiscalização da conservação do imóvel e dos comportamentos sociais e familiares dos moradores.

“Partia-se do suposto de que as classes populares não estavam preparadas para a vida em comunidade. Precisavam ser guiadas para utilizar e conservar as instalações da casa, daí as visitas de inspeção nos primeiros anos (...). A imagem que se fazia era de um caos inevitável, da favelização dos núcleos, não fossem a onisciência e a onipresença da FCP.” (AZEVEDO e ANDRADE, 1982: 31)

É durante o Governo JK que a FCP conhece seu período de maior prestígio, tendo suas ações dinamizadas pelo Estado. Neste momento, mesmo com o crescimento da oferta de moradias, as iniciativas da FCP estão longe de solucionar o problema habitacional do país. Ao contrário, o seu modelo de casa integralmente subsidiada, sem retorno financeiro à instituição, impede a ampliação da oferta de moradias, agravando-se, assim, as pressões sociais por habitação.

Fazendo-se um balanço das ações do Estado no campo habitacional, nas décadas de 40 e 50, percebe-se que ela se deu de forma fragmentária e insuficiente para solucionar o problema da moradia.

“A política habitacional (...) não parte de visão compreensiva do ‘problema urbano’ no País. Ao contrário, desde o início da implantação ela tem caráter nitidamente fragmentário. Privilegia-se o aspecto habitação stricto sensu, e só muito gradualmente anexa novas áreas, tais como água, esgotos sanitários e planejamento das cidades.” (AZEVEDO e ANDRADE, 1982: 16)

Em decorrência da ausência de solução efetiva para o problema de carência de moradias, no início dos anos 60, o quadro nacional é marcado por uma crescente presença dos setores populares na cena política, os quais assumem posições cada vez mais radicalizadas. Neste momento de crise política extremada, mesmo os partidos políticos conservadores, como é o caso da UDN, são forçados a posicionarem-se diante do movimento social e de suas demandas, sob pena de não alcançarem um mínimo de legitimidade. Mas, simultaneamente, para estes grupos conservadores, a incômoda presença dos movimentos sociais representa, cada vez mais uma ameaça, a ameaça da “revolução”.

É neste contexto que, em 1961, Jânio Quadros, ao assumir a Presidência da República, propôs a remodelação da política habitacional, tomando-a como instrumento capaz de deter uma situação de revolução social.

Assim, fundamentando seu plano habitacional, argumentava o governo:

“De revoltado contra a ordem social, o beneficiário passará a ser um sustentáculo dela, um homem que acredita na ascensão social. Há que contar com a mudança da mentalidade que se opera no trabalhador, desejoso de, egresso do inferno, nunca mais a ele retornar.” (“FUNDAMENTOS e bases de um plano de assistência habitacional”, FCP, 1961. Citado por: AZEVEDO e ANDRADE, 1982:45)

Claramente, no discurso governista, o acesso à propriedade tornaria o trabalhador amante e defensor da ordem. A casa própria levaria os trabalhadores a abandonarem definitivamente as posições revolucionárias. Assim, o acesso à moradia é encarado como instrumento essencial da manutenção da ordem social, um instrumento de controle dos trabalhadores.

Na avaliação do governo, o problema habitacional tinha origem no intenso êxodo rural que, ao lado de uma industrialização ainda incipiente, concentrava nas cidades um grande contingente populacional incapaz de se adaptar ao ambiente urbano. Tendo seus

laços comunitários rompidos pela migração para as cidades, os homens egressos do campo necessitavam, para o governo, da tutela estatal, necessária à sua integração à “civilização”. No discurso governista,

“os migrantes seriam marginais em potencial, portadores que eram de uma cultura que não os habilitava à vida urbana e industrial. Cabia, portanto, ao Estado ‘recuperá-los para a civilização’, através de programas sociais dentre os quais se destaca o habitacional.”(AZEVEDO e ANDRADE, 1982:44)

Fruto de uma crise mais geral por que passa o país, no início dos anos 60, o problema habitacional vai merecer especial atenção pelos gestores públicos. A reformulação da política habitacional, no sentido de dinamizá-la, além dos benefícios anteriormente apontados, possibilitaria a adaptação do migrante da área rural ao trabalho urbano e industrial. O crescimento do setor da construção civil seria capaz de promover estes migrantes, inserindo-os no mercado de trabalho nas cidades. Gerando tais benefícios, a política habitacional é, então, encarada como garantia da democracia, evitando-se a convulsão social e a propagação das idéias revolucionárias.

“Com o acirramento das tensões sociais (...) o fornecimento de habitação passou a ser associado, também, às necessidades mais amplas de adaptação das populações recém-migradas para as cidades, à medida que acenava com as possibilidades de, por um lado, ampliar a oferta de empregos de baixa qualificação e, por outro lado, dar-lhes ‘status’ de proprietários, objetivando, assim, transformá-los de potencialmente revolucionários em sustentáculos da ordem estabelecida.” (FUNDAÇÃO de Economia e Estatística, 1983: 208)

Orientado por tais princípios políticos, o governo Jânio Quadros apresenta uma proposta de solução do problema habitacional, com estratégias de curto e médio prazo. Em curto prazo, previa-se o revigoramento da Fundação da Casa Popular, que seria posteriormente seria substituída pelo Instituto Brasileiro de Habitação (IBH). Este passaria a ser o órgão formulador da política habitacional, coordenando os esforços públicos e privados do setor. Também se previa a criação do Banco Hipotecário de Investimento e Financiamento da Habitação Popular, que executaria as políticas estabelecidas pelo IBH. Com esta nova estratégia de se pensar a política habitacional do país, *“abriam-se as trilhas da política mais tarde implementada pelo BNH.”* (AZEVEDO e ANDRADE, 1982: 54)

Tal planejamento não é executado pelo governo federal, em função da inesperada renúncia do presidente em 1961. Entretanto, a política habitacional proposta por Jânio guarda grandes semelhanças com aquela formulada por um de seus aliados políticos, o governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto.

O plano habitacional do Governo Magalhães Pinto

Sendo o aliado de Jânio Quadros em Minas Gerais, ainda durante o momento de gestação de sua candidatura ao governo de Estado, em 1959, Magalhães Pinto procura posicionar-se diante do problema habitacional, mostrando-se favorável às reivindicações populares. Em entrevista concedida ao jornal *O Diário*, o então deputado e já candidato à sucessão estadual Magalhães Pinto afirmava que

“A habitação condigna é uma necessidade fundamental do homem, traduzindo fato de repercussão direta na vida da família, que não poderá desenvolver-se de modo sadio – nem física, nem psicologicamente –, em condições materiais impróprias.” (O Diário, 17 jun. 1959, p. 3)

Reafirmando sua defesa pela família e pelas condições dignas de existência de todos os brasileiros, argumenta o deputado que as causas do problema da habitação e, em particular das favelas, são bastante amplas, relacionando-se com o rápido crescimento demográfico, o êxodo rural, e o preço da rapidez do progresso. Para Magalhães Pinto, o problema não é, por este último motivo, apenas limitado ao Brasil, atingindo “as nações mais prósperas”. Afirma, assim, que

“O favelamento, em princípio, é o resultado da incapacidade material de acesso a uma habitação digna devido ao baixo poder aquisitivo da população. (...) O êxodo rural vem agravar o problema, contribuindo para aumentar as dimensões e dificuldades. Esse e outros dramas sociais que atormentam não só a nós brasileiros, mas também a nações mais prósperas, são identificados por alguns estudiosos como o preço da rapidez do progresso. Nota-se, realmente, cruel inadaptação entre as conquistas da técnica e do progresso e as estruturas econômicas e sociais que não seguem o mesmo ritmo e, portanto, não promovem imediatamente o homem como seu objetivo principal.” (O Diário, 17 jun. 1959, p. 3)

Vê-se no discurso do deputado a associação entre o problema habitacional e o êxodo rural, relação esta que, como referido anteriormente, também orienta o discurso do governo Jânio Quadros, em momento posterior. Em seu pronunciamento, Magalhães Pinto associa o êxodo rural a um progresso desequilibrado. Afirmado o culto do progresso, argumenta que a equação política está em corrigi-lo, promovendo uma distribuição mais equilibrada de seus benefícios. Com estratégia de governo, defende a promoção do

“equilíbrio através de melhor distribuição do progresso, atendendo-se as necessidades de maior assistência ao homem do interior para que ele encontre razões efetivas de fixação em seu meio. Para isso é essencial que a vocação última do desenvolvimento seja uma verdadeira promoção humana, que se afirme como um comportamento social. (O Diário, 17 jun. 1959, p. 3)

Em nenhum momento, o deputado menciona raízes propriamente urbanas para o problema habitacional, tais como a concentração das terras e a especulação imobiliária. Insistindo na dicotomia campo-cidade, atraso-desenvolvimento, ou seja, comungando das interpretações dualistas tão em voga no pensamento social brasileiro do período, o discurso de Magalhães Pinto acaba por deslocar as iniciativas para a solução do problema habitacional para mudanças no meio rural. Afirma, ainda nesta entrevista, que caso fosse eleito governador de Minas Gerais, o problema habitacional e das favelas *“tratando-se de assunto de alta repercussão social, deverá merecer atenção prioritária.”* (O Diário, 17 jun. 1959, p. 3)

Consciente da repercussão social do problema habitacional, como se viu de extrema gravidade em Belo Horizonte no início dos anos 60, e tendo clareza do apelo popular que o tema carregava, o que poderia se traduzir em votos, no calor dos últimos meses da campanha ao governo estadual, é fundado, em 10 de agosto de 1960, em Belo Horizonte, o “Comitê Central da Casa Própria Pró-Jânio-Milton-Magalhães”. Em material de campanha do candidato Magalhães Pinto, a criação do Comitê é justificada diante da falta de atenção que o governo prestava ao problema da moradia. O candidato assume, assim, a defesa das reivindicações populares neste campo e, mais ainda, incorpora em seu discurso não mais a retórica do progresso, mas a da “revolução”.

Assim, lê-se no material de propaganda do candidato:

“Urgia, pois, aparecer alguma coisa de novo e de revolucionário, com base nas próprias forças populares, que tivesse a necessária força para tornar vitoriosas as reivindicações do povo. Inspirados nesse propósito,

elementos da oposição mineira lançaram um grande movimento que, inteiramente inédito no país, está fadado a determinar uma verdadeira revolução no campo da ação do governo em face do programa habitacional no Estado e no País.” (O Diário, 11/08/1960, p.11)

O discurso da “revolução” aparece usado por um candidato de um partido nitidamente comprometido com a ordem, a UDN. Em um momento de profunda polarização política no país, quando os setores organizados da sociedade civil, como sindicatos, movimentos de favelados e movimento estudantil, agitam a bandeira da revolução, vê-se esta palavra ser utilizada por um candidato de um partido que defende “*uma hierarquia de classes própria do capitalismo, sem as distorções introduzidas por um Estado ‘árbitro’.*” (DULCI, 1986: 44)

Claro está que o conteúdo da palavra *revolução* não é o mesmo para Magalhães Pinto e para o movimento social. Mas, ao utilizá-lo, o candidato udenista acabava por atrair para si aqueles segmentos sociais desejosos de mudanças em profundidade.

É possível, assim, qualificar o discurso de Magalhães Pinto como um discurso da contra-revolução. Como afirma Kazumi Munakata, reportando-se a Arno Mayer,

“a contra-revolução, diferentemente do conservadorismo que pretende conservar o existente e do reacionarismo que visa um mito paradisíaco perdido, propõem o novo, uma nova ordenação da sociedade. Nesse sentido, a contra-revolução se apropria dos temas da própria revolução; ela se apresenta, aliás, como revolução.” (MUNAKATA, 1984: 68)

Apresentando-se como o proponente das mudanças almeçadas pela sociedade, e, assim, colocando-se como representante das legítimas aspirações populares, posiciona-se o candidato udenista ao governo de Minas: “*Digo mesmo que me poderão considerar, no campo da questão social, o candidato dos sem casa e sem abrigo, chefes de família, velhos e crianças.*” (O Diário, 11/08/1960, p. 11)

Possuindo um caráter claramente eleitoral, cadastrando interessados na aquisição da casa própria, o Comitê busca, ainda, cooptar lideranças populares para a Candidatura Magalhães Pinto. A identificação deste candidato com aqueles movimentos não tem, ao que parece, o êxito desejado. Tendo sido convidado para dirigir o movimento do Comitê, o líder de favela Benedito Gonçalves dos Santos recusa a função, afirmando ser o Comitê uma iniciativa demagógica, nascida às vésperas das eleições e que agia segundo rumos diversos daqueles da classe operária.

A despeito das críticas, Magalhães Pinto realiza, nos últimos dias de campanha, manifestações e comícios em favelas e vilas operárias, alardeando o apoio que recebia destas comunidades, bem como a fundação de Comitês da Casa Própria em várias destas regiões da cidade.

Vitorioso nas eleições, Magalhães Pinto assume o governo de Minas Gerais em 1961. Já neste mesmo ano, começa a ser esboçado o novo programa habitacional do governo estadual. Entre 1961 e 1963, é intensa a atividade legislativa do governo, demonstrando sua intenção de dar um formato institucional capaz de cumprir, minimamente, o compromisso de campanha.

O primeiro passo foi a criação, em dezembro de 1961, do Conselho de Planejamento de Habitação Popular (Decreto nº 6.451, de 27 de dezembro de 1961). Recebendo inicialmente atribuições que o tornavam um órgão normativo, responsável pelo planejamento e coordenação entre Estado, União e Municípios na busca de uma ação conjunta para solução do problema da habitação popular, o Conselho possui uma composição que procura conciliar representantes de instituições portadoras de um “saber competente” sobre o tema, com uma representação eminentemente política que agrega segmentos organizados da sociedade civil. Desta forma, compoariam o Conselho: o Coordenador dos Assuntos de Previdência, Trabalho e Bem-Estar Social, e representantes do Conselho Regional de Economia e Administração, da Caixa Econômica Estadual, da Escola de Arquitetura da UMG, do Diretório Central dos Estudantes da UMG, do Instituto dos Arquitetos do Brasil (Seção Minas Gerais), do Instituto de Engenharia Sanitária da UMG, e da Federação dos Trabalhadores na Indústria de construção e Mobiliário de Minas Gerais.

Partindo da compressão da questão habitacional inserida em um contexto mais amplo do que a simples aquisição da moradia, o Conselho pretende ser um órgão de elaboração de uma política urbana *lato sensu*. Assim, dentre as atribuições conferidas ao Conselho estão: a elaboração de estudos e projetos urbanísticos e habitacionais para a construção de conjuntos habitacionais populares; sugerir normas e dar incentivos a iniciativas particulares visando o barateamento do material de construção; formular critérios básicos para concessão de benefícios para aquisição de casa própria.

Em fevereiro de 1962 é instalado o Conselho, sob a presidência de Edgar da Mata Machado, Secretário do Trabalho do Governo. Neste momento, é anunciado que o Conselho vai dispor de recursos financeiros estimados em aproximadamente 1 bilhão de cruzeiros, oriundos de 20% dos depósitos populares da Caixa Econômica de Minas Gerais

(em torno de 400 milhões) e de 600 milhões provenientes de empréstimo já concedido pelo BID.

O funcionamento do Conselho é regulamentado em 1962 (Decreto nº 6.522, de 23 de março de 1962), passando a se denominar Conselho Estadual de Planejamento de Habitação Popular (CEPHAP). O CEPHAP é, então, confirmado como uma entidade administrativa vinculada ao Governo do Estado, com a finalidade de elaborar planos para solução gradual do problema da habitação popular em Minas Gerais, supervisionando a execução destes planos. Sua composição é também ampliada, passando a integrá-lo, além dos representantes das entidades já previstas no decreto de sua criação, representantes do Conselho de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais, da Sociedade Mineira dos Engenheiros e da Associação Profissional de Assistentes Sociais.

O Conselho atuaria em conjunto com o *Departamento de Casas para o Povo* da Caixa Econômica Estadual, no sentido de definir a aplicação dos seus recursos, fixar diretrizes para ações deste Departamento, orientando-o na elaboração de projetos, promovendo, em parceria, seminários, congressos sobre habitação e planejamento para “*criar uma consciência pública do problema*” (Decreto nº 6.522, de 23 de março de 1962).

Dentro do planejamento da política habitacional do estado, haveria, portanto, uma divisão do trabalho entre o Conselho e a Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais. A esta caberia planejar, pleitear e aplicar no estado os empréstimos externos e internos com fins de resolução do problema da habitação popular, de acordo com programa habitacional elaborado pelo Conselho. Enquanto este órgão era normativo, a Caixa Econômica estadual se colocava como órgão executivo.

Neste aspecto, o programa habitacional formulado pelo governo de Minas Gerais guarda semelhanças, no plano institucional, com a proposta de política habitacional do governo Jânio Quadros, estando neste prevista a divisão entre a Fundação da Casa Popular (órgão normativo) e o Banco Hipotecário de Investimento e Financiamento da Habitação Popular (executor).

No nível estadual, a Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais deveria ser reformulada a fim de cumprir, com eficácia, a tarefa a ela atribuída. Para tanto, em 1962, é criado o Departamento de Casas para o Povo na Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais (Decreto nº 6.497, de 31 de janeiro de 1962). A tarefa de execução dos programas de habitação para as “*famílias de reduzidos recursos econômicos*”, dentro das diretrizes do Conselho Estadual de Planejamento de Habitação Popular, torna-se de responsabilidade deste departamento. Caberia, também, ao Departamento preparar projetos destinados a obter auxílio técnico e financeiro de organizações nacionais e internacionais.

Pelo Decreto nº 6.586, de 26 de maio de 1962, que estabelece o regimento interno do Departamento de Casas para o Povo, ficava definido que:

“Art. 5º – Casas para o povo são aquelas cuja aquisição e uso não resultem por demais onerosos às famílias de reduzidos recursos econômicos e que tenham a área fixada em projetos do Conselho Estadual de Planejamento de Habitação Popular.”

Definição excessivamente genérica, mas que aponta para um limite na definição dos beneficiários da política habitacional, limite este presente em todas as iniciativas brasileiras, neste campo, no período. Ou seja, somente têm direito à moradia aquelas famílias que, apesar de seus reduzidos recursos econômicos, fossem capazes de arcar com o compromisso de pagamento do financiamento recebido. Em uma sociedade marcada por profundas desigualdades econômicas, com uma imensa massa de pessoas sobrevivendo com salários extremamente baixos, tal definição do perfil do beneficiário dos financiamentos habitacionais acaba por excluir uma boa parcela da população, especialmente aquela residente em favelas. Por outro lado, a compatibilização entre os baixos salários existentes no Brasil, e a necessidade de viabilizar o pagamento das residências por parte da população de baixa renda, implica, ainda, na redução dos custos de produção. Neste sentido, não só o Conselho Estadual de Planejamento de Habitação Popular, como também o Departamento de Casas Para o Povo têm como função promover estudos e iniciativas no sentido do barateamento dos materiais de construção, e de buscar soluções técnicas de construção menos onerosas.

O problema do financiamento habitacional constitui-se no grande entrave para a efetivação do programa habitacional do governo. A preocupação com sua viabilidade financeira já se explicita em 1962, quando em reunião com seu secretariado, Magalhães Pinto determina a apuração imediata, pelo Departamento Estadual de Estatística, de déficit habitacional do estado e do patrimônio que o poder público estadual pode dispor para construir conjuntos residenciais.

As conclusões demonstram a extrema gravidade do déficit habitacional: em 1963, calcula-se que a população desalojada ou alojada em sub-habitações, em Minas Gerais, totaliza 4 e meio milhões de pessoas. Na zona urbano-suburbana, ao final daquele ano, o déficit é de 636.400 unidades, e na zona rural de 211.541 unidades. O aumento anual deste déficit é estimado em 93.800 unidades. Pelos cálculos do governo, somente em Belo Horizonte, cerca de 100 mil pessoas residem em favelas. (*Estado de Minas*, 01/05/1964, p. 3)

O problema é enorme e sua solução desafiadora. Ao mesmo tempo, outro grande desafio está em equacionar um financiamento habitacional que seja viável em seu pagamento para as famílias de reduzidos rendimentos e, ao mesmo tempo, que garanta sua viabilidade e continuidade financeira diante do quadro de crescente inflação.

A solução financeira implementada pelo governo dá-se por meio da criação, em 1963, do Fundo da Casa para o Povo (Decreto nº 7225, de 21/10/1963), que somente é regulamentado em março de 1964. Este fundo é constituído, principalmente, pelos superávits apurados nos balanços semestrais da Caixa Econômica Estadual. Fica, ainda, definido que a Caixa pode utilizar de até 20% de suas disponibilidades para construção e financiamento de casas populares. Com o intuito de atrair a iniciativa privada para o programa governamental, era estimulada a formação, pelas empresas, de Cooperativas Habitacionais, com um número de cooperados nunca inferior a 12, e que teriam direito ao financiamento para construção de conjuntos habitacionais em áreas previamente urbanizadas por essas cooperativas. Ao mesmo tempo, procura-se garantir a correção da queda do valor da moeda através da obrigatoriedade de o mutuário fazer depósitos, a prazo fixo de 5 anos, junto à Caixa estadual, de parcelas equivalentes à porcentagem do seu rendimento que serviu de base ao financiamento e que foi absorvida pela inflação. Este sistema cumpre, ainda, uma função educativa, pois “*o mutuário de hoje transforma-se em depositante de amanhã*” (Estado de Minas, 01/05/1964, p. 3)

Para garantir recursos a um amplo programa governamental, a Caixa Econômica Estadual é autorizada, ainda, a buscar fontes externas de recursos, especialmente junto às agências financeiras internacionais. A este respeito, o governo Magalhães Pinto procura se beneficiar dos recursos financeiros oferecidos pela *Aliança para o Progresso*. Estruturado no momento da Guerra Fria, este programa norte-americano cria linhas de crédito especiais destinadas a investimentos em áreas socialmente críticas nos países latino-americanos. Com tal estratégia, os Estados Unidos pretendem conter qualquer situação potencialmente geradora de protestos sociais, resguardando, assim, o continente americano do avanço do comunismo.

O governo de Minas Gerais, no início da década de 1960, procurou beneficiar-se deste programa, utilizando de seus recursos no financiamento de seu programa habitacional. É nesta perspectiva que em maio de 1963, o engenheiro-arquiteto Felix Sanchez, coordenador do Setor de Habitações Populares da Aliança Para o Progresso, visita Belo Horizonte. Na cidade, participa do exame do programa de habitações populares do governo estadual, em estruturação neste momento. Planejava-se ações a serem cumpridas em 13 (treze) anos, e a participação das verbas da Aliança Para o Progresso

comporiam 1/3 do total dos recursos previstos. Em momento posterior, em março de 1964, um assessor do Departamento de Desenvolvimento Urbano e Habitacional da USAID-Brasil vem à cidade a fim de dar assistência técnica ao desenvolvimento do programa habitacional elaborado pelo governo estadual. Este aporte externo, financeiro e técnico, procurava-se garantir a viabilidade e continuidade do programa de habitação no estado e, assim, numa comunhão de objetivos – de se deter o “avanço do comunismo” – solucionar o gravíssimo quadro de déficit habitacional.

Com a definição das linhas mestras do programa, o Conselho Estadual de Planejamento de Habitação Popular, em 1963, tem suas atribuições drasticamente reduzidas, passando a se subordinar à Secretaria do Trabalho e Cultura Popular, passando a agir como órgão meramente consultivo. Naquela secretaria de estado é criado o Departamento de Habitação Popular, assumindo o papel normativo dentro da política habitacional do governo. A tentativa é, assim de centralizar as decisões, assumindo o governo estadual o controle integral pela elaboração da política habitacional. O poder de decisão, na elaboração de políticas, dos diferentes segmentos da sociedade, representados no Conselho, é esvaziado.

Na prática, entretanto, as definições mais gerais e a implementação do programa habitacional fica sob a responsabilidade direta do Departamento de Casas para o Povo, da Caixa Estadual. Das iniciativas efetivas realizadas pelo Departamento de Habitação Popular registra-se a consecução de um amplo levantamento da população favelada de Belo Horizonte. Este trabalho é realizado pelo referido departamento a partir de convênio firmado entre a Secretaria do Trabalho e a Caixa Econômica Estadual. Uma ampla coleta de dados é realizada nos últimos meses de 1964 e primeiros de 1965, com vistas a um conhecimento mais preciso da realidade, tido como necessário a um planejamento habitacional mais adequado. Este princípio se explicita no documento final da pesquisa:

“O conhecimento da realidade constitui condição ‘sine qua non’, a pedra básica da planificação. Elaborar projetos em gabinete, desconhecendo-se a realidade que se pretende modificar, não é planejar – pode constituir valioso trabalho de especulação intelectual – jamais planejamento.”(MINAS GERAIS. Levantamento da população favelada de Belo Horizonte, 1966, p. 7)

Em busca deste “conhecimento da realidade”, procede-se a um levantamento quantitativo a respeito à localização (ver Figura I, p. 54) e ao número de favelas, existentes em Belo Horizonte, de seus domicílios e de sua população. Procura-se perceber a

composição da população favelada quanto ao sexo, idade, estado civil, grau de instrução, situação profissional, mobilidade (tempo de residência em Belo Horizonte e na favela), regime de ocupação da moradia e do terreno e, por fim, a capacidade de poupança desta população.

O relatório conclui que, em 1964, 14,75% da população de Belo Horizonte residem em favelas. Afirma, ainda, que este contingente possui uma grande capacidade de construir suas próprias moradias, precárias ou não. O que lhes falta são condições satisfatórias de saneamento e de serviços públicos e, principalmente, condições para adquirir os terrenos. Afirma, assim, o relatório que *“o maior entrave para a solução do problema da casa própria para uma larga parcela da nossa população reside no lote.”* (MINAS GERAIS. *Levantamento da população favelada de Belo Horizonte*, 1966, p. 53) A conclusão final do relatório demonstra, desta forma, uma clara autonomia dos técnicos do Departamento de Habitação Popular em relação ao discurso enunciado pelo governador, no que tange à avaliação do problema do favelamento na cidade. Para os técnicos do departamento a maior razão para o problema não está, simplesmente, no êxodo rural, mas principalmente na concentração da terra urbana. Portanto, afirma-se que *“uma solução ampla para o problema da habitação não pode deixar de incluir uma ação com o objetivo de garantir o acesso a terrenos com localização adequada e provido de serviços públicos.”* (MINAS GERAIS. *Levantamento da população favelada de Belo Horizonte*, 1966, p. 55)

No entanto, como já foi referido, o Departamento de Habitação Popular não é o responsável pela concretização do programa habitacional de Magalhães Pinto. Esta tarefa acabou por ser de responsabilidade da Caixa Econômica Estadual, através de seu Departamento de Casas para o Povo. Sua atuação efetiva data do início do ano de 1964, momento de clímax da crise política nacional. Este contexto é avaliado por Magalhães Pinto como uma fase na qual

“o País vive um momento de crise. De grande crise. (...) Pouco a pouco, os brasileiros se vão dividindo entre as camadas que podem, com realismo, classificar de progressista e reacionária.”

Figura I – Localização das favelas de Belo Horizonte

Insisto na palavra reacionária e não utilizo deliberadamente o termo ‘conservador’. O verdadeiro conservador não se opõe ao progresso. Antes, esforça-se em promovê-lo, conservando as tradições que nos são mais caras, como o eram para os nossos antepassados: a tradição da liberdade, a tradição da paz, a tradição do amor à justiça.” (MENSAGEM do governador Magalhães Pinto *O Diário*, 01 fev. 1964, p. 3)

É notável a mudança do discurso do candidato Magalhães Pinto ao governo de Minas Gerais, em 1960, e do governador que, em 1964, *“manobrava e estimulava, de forma discreta, suas ligações tanto com o complexo IPES/IBAD a nível nacional, quanto com a organização e direção do movimento conservador oposicionista em Minas (...)”* (STARLING, 1986: 135) O discurso que se apropria do signo da revolução transforma-se no discurso conservador. Isto não significa abandonar, entretanto, a retórica do progresso, mas ao contrário, realiza-se uma associação entre ele e a tradição. Esta perspectiva de conciliação da mudança com a conservação, do progresso com a tradição, do moderno com tradicional, como se verá no capítulo 4, se revela na concretização do programa habitacional do governo de Magalhães Pinto, inscrita no bairro Dom Cabral.

O lançamento oficial do plano de “casas para o povo” dá-se em data bastante sugestiva, no dia 1º de maio de 1964. Neste momento, o governador Magalhães Pinto homologa o *Plano de Financiamento e Construção de Casas Populares*, da Caixa Econômica Estadual, em solenidade no Palácio da Liberdade, da qual participam, entre outras autoridades, o Arcebispo Coadjutor de Belo Horizonte, D. João Rezende Costa. Neste momento, é assinada, pelo governo estadual e a Arquidiocese de Belo Horizonte, a escritura de compra de terreno pertencente ao Seminário do Coração Eucarístico, para realização de um loteamento destinado à construção de 1.000 casas populares. Na solenidade, o Presidente da Caixa Econômica do Estado, Nilton Veloso afirma que a política elaborada pelo governo estadual, concretizada, naquele momento, no lançamento do bairro Dom Cabral, é *“a solução do problema das favelas.”* (*O Diário*, 03 maio 1964, p.10)

No lançamento do bairro Dom Cabral estão, assim, inscritos os esforços do governo estadual de implementação de um largo programa habitacional para o estado de Minas Gerais. Nele se revela, ainda, os esforços da Igreja Católica que, desde o final dos anos 50, abraça a solução da questão habitacional como uma de suas principais tarefas na construção de um mundo cristão. Este posicionamento da Igreja é o que se pretende estudar no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3 – EM BUSCA DE JERUSALÉM: A IGREJA CATÓLICA DIANTE DO PROBLEMA DA HABITAÇÃO POPULAR EM BELO HORIZONTE

“Na Bíblia, a cidade é, freqüentemente, com efeito, o lugar do pecado e do orgulho; orgulho de homem que se sente suficientemente seguro para construir sua vida sem Deus e também para afirmar o seu poder contra ele. Mas existe também Jerusalém, a cidade santa, o lugar de encontro com Deus, a promessa da cidade que vem do alto.”

(Paulo VI. Octogésima Adveniens)

Na epígrafe que abre este capítulo, parte da carta de Paulo VI *Octogésima Adveniens*, ressalta-se duas visões que o cristianismo possui sobre a cidade: como o local e símbolo do pecado, ou, ao contrário, como a promessa do paraíso, do encontro com Deus. Para os cristãos, Babilônia e Jerusalém são, respectivamente, expressões de uma e outra representação. Como avalia o teólogo COMBLIN (1991), a imagem da cidade-Babilônia dominou o pensamento cristão, por séculos, fazendo com que o fenômeno urbano ficasse longe das preocupações do catolicismo. Nisto reside uma das razões para a fraca atividade de elementos do clero e leigos no meio urbano e, principalmente, diante de problemas especificamente urbanos, que marca a Igreja católica no mundo inteiro.

Entretanto, a partir da formulação da doutrina social cristã, iniciada em finais do século XIX, progressivamente, o cristianismo vai se abrindo para as cidades. Em parte, tal mudança de atitude se explica pelo quadro de expansão da urbanização que adquire, naquele momento, proporção inédita, impedindo que a Igreja se cegasse diante do problema do crescimento das cidades e daqueles vividos pela população citadina. Até mesmo porque tais problemas são ameaçadores para a própria instituição religiosa, desafiando-a a repensar suas estratégias de ação diante de uma população cada vez mais cosmopolita, cada vez mais “contagiada” por outras correntes de pensamento que não o cristão. A secularização e a descristianização, problemas que afligem os católicos, são fruto, para a Igreja, das cidades. Nas cidades do século XIX, a Babilônia parecia afirmar-se e os católicos são chamados a lutar contra ela, passando assim a se engajar no ambiente urbano, nos problemas propriamente urbanos. Contra a cidade-Babilônia vão procurar abrir o caminho para Jerusalém.

É assim que, de maneira lenta, a Igreja passa a engajar-se no urbano. Desta forma, e de maneira cada vez mais explícita, acaba por assumir-se como agente de sua constituição. É este posicionamento assumido pela Igreja diante das cidades que orienta a investigação deste capítulo. Nele, pretende-se analisar a ação da Igreja, enquanto agente social envolvido e atuante em um espaço urbano específico, o de Belo Horizonte das décadas de 1950 e 1960. Dentre os diferentes engajamentos da Igreja de Belo Horizonte nos problemas vividos pela cidade, chama a atenção o seu posicionamento diante da crise habitacional que se manifesta naquelas décadas. A compreensão deste envolvimento da instituição eclesiástica diante da crise habitacional da cidade é, pois, o objetivo específico deste capítulo. Em relação aos objetivos mais gerais pretendidos por este trabalho, tal análise justifica-se por ter sido em terreno pertencente à Arquidiocese de Belo Horizonte, na vizinhança do Seminário do Coração Eucarístico, que é construído o bairro Dom Cabral. É possível se pensar que, ao vender tal terreno ao governo estadual, a Arquidiocese de Belo Horizonte não só foi partícipe do projeto do bairro, como também colaboradora na materialização da política habitacional do governo Magalhães Pinto. Neste sentido, a Igreja Católica se coloca como agente na construção deste lugar da cidade.

A Igreja abre-se para a cidade

Mesmo sem assumir-se, explicitamente, como agente atuante na estruturação do espaço urbano, desde a construção de Belo Horizonte, a Igreja Católica esteve presente na definição da configuração da cidade. Destacada é, neste sentido, sua participação na definição do local a ser construída a catedral da nova capital (ALMEIDA, 1993). Nos planos da Comissão Construtora, o antigo templo da Boa Viagem, centro da religiosidade da população do Curral d'El Rey, deveria ser demolido. A catedral da nova capital deveria se localizar fora do centro, no Alto do Cruzeiro. Os protestos e a ação decisiva de D. Silvério, bispo de Mariana, impedem a imediata demolição da antiga igreja e, principalmente, acabam por levar o governo a ceder na permanência da catedral na mesma área, central na cidade.

Outro episódio que resulta em ação direta da Igreja na configuração do espaço de Belo Horizonte ocorre quando da realização, na cidade, do II Congresso Eucarístico Nacional, em 1936. Para a realização deste acontecimento de importância fundamental para a Igreja, é construída a Praça Raul Soares, local das manifestações e eventos públicos

que cercaram o Congresso. Ao mesmo tempo, a Avenida Amazonas é estendida até a praça. Ainda em 1936, a Arquidiocese de Belo Horizonte constrói, na Praça da Liberdade, o Palácio Cristo-Rei, ao lado do Palácio da Liberdade, sede do governo estadual. Estes episódios confirmam a posição de MATA, para quem

“o catolicismo mineiro oferece assim alguns exemplos de como o poder eclesiástico buscou, via de regra, colocar-se espacialmente (ou seja, simbolicamente, e, portanto, até certo ponto, como expressão de uma dada realidade social) seja no ‘centro do mundo’, seja – quando isso não for mais possível – ‘ao lado’ do poder secular.” (MATA, 1996:112, grifos do autor)

Além disto, tais episódios atestam a participação da Igreja como agente atuante na configuração do espaço de Belo Horizonte. Os exemplos dados revelam, ainda, a ação da Igreja no sentido de deixar suas marcas na cidade, de marcar explicitamente sua presença no solo urbano. Apesar de agir neste sentido, não se observa, até então, nenhum pronunciamento do clero e intelectuais católicos sobre o fenômeno urbano.

Em uma outra perspectiva, a Igreja também se colocou como agente atuante na cidade ao procurar influir nas ações de outros atores sociais urbanos, que na visão da instituição religiosa constituem-se na comunidade de fiéis. Como já foi dito anteriormente, na perspectiva dos teólogos da Igreja, desde o século XIX, os males do mundo contemporâneo, especialmente a secularização e descristianização, eram oriundos das cidades. Na luta contra estes males, a Igreja de Belo Horizonte, seguindo os influxos de Roma, vai atuar junto a determinados segmentos da população urbana, na tentativa de recuperar sua presença na sociedade.

Um destes segmentos recebeu especial atenção da Igreja de Belo Horizonte: a classe operária. Diagnosticando a influência crescente no meio operário de doutrinas seculares anticatólicas, e mais do que isto, temendo esta influência, já em 1909, é fundada em Belo Horizonte, a União Popular, aclamada pela Igreja como *“a mais perfeita organização dos católicos para a ação social”* (MENEZES, 1936), pois ia além das ações meramente caritativas da Sociedade São Vicente de Paulo. As ações da União Popular, no entanto, não se concentram em questões especificamente ligadas aos problemas operários, tendo uma destacada atuação em debates mais gerais que envolveram a Igreja no período, como é o caso do ensino religioso. Tal orientação reflete a preocupação da Igreja brasileira no período, preocupada com a perda de seus privilégios e posições fruto da instalação do regime republicano e da separação Igreja-Estado dela decorrente. Além disto, seguindo a orientação da Pastoral Coletiva de 1915, *“a insistência recai não tanto na defesa dos*

direitos dos operários quanto por sua condução por parte do clero.” (BEOZZO, 1984: 308)

A partir da década de 1930, com as mudanças ocorridas a nível nacional (consolidação da reaproximação Estado-Igreja sob o Governo Vargas, ação estatal no meio operário, intenso debate ideológico) e internacional (publicação da Encíclica *Quadragesimo Anno* em 1931), a Igreja muda sua estratégia de atuação no meio operário. A partir daí, a Ação Católica e, nela, a Juventude Operária Católica (JOC) passam a assumir posição de destaque. Estas associações católicas têm, até os anos 50, sua atuação marcada pelo modelo da neocristandade (MAINWARING, 1989), o qual enfatiza a separação entre Igreja e mundo, considerando a missão da Igreja a de cristianizar a sociedade. Seguindo a argumentação de Mainwaring, dentro deste modelo, a Igreja assume uma missão triunfalista, pois pretende conquistar o mundo, e neste sentido os movimentos de Ação Católica adquirem importância fundamental. Pode-se concluir, assim, que até os anos 50, a Igreja permanecia preocupada com suas próprias necessidades, sendo sua atuação no “mundo”, e especificamente, no meio operário, apenas instrumentos para realização daquela missão maior.

Em Belo Horizonte, entre as décadas de 1930 e 1960, a mais importante iniciativa da Igreja, neste sentido, é a da Ação Católica, propondo-se a formar elites católicas nos diferentes segmentos da sociedade. (MARQUES, 1986). Na cidade, onde a Ação Católica e a JOC tiveram atuação de destaque, a orientação da hierarquia para a inserção dos católicos no “mundo” seguia a mesma orientação nacional. Desta forma, apesar de manter-se rigidamente subordinada à hierarquia, os movimentos de Ação Católica, ao promoverem a interação dos cristãos com a realidade social, acabam por promover seu engajamento no “mundo”, o que dá ensejo, nos anos 50, a alguns setores leigos e eclesiais a reavaliarem sua ação. (MATA, 1996 e MARQUES, 1986) Também contribui para essa “mudança de rumos” a proximidade, em Belo Horizonte, dos militantes católicos com os problemas vividos nas paróquias. Pela preocupação do Arcebispo D. Antônio dos Santos Cabral em promover uma unidade entre a diocese e a paróquia, os movimentos de Ação Católica, assim como as demais associações católicas, têm forte dimensão paroquial (MARQUES, 1986). Por este motivo, os líderes eclesiais e leigos dos movimentos de Ação Católica mais ligados ao meio operário, em Belo Horizonte, despertam-se rapidamente para os problemas concretos vividos por este grupo social na cidade. Entre estes problemas destacava-se o da carência e precariedade de moradias, bem como de suas péssimas condições de habitabilidade. Em parte, é esta vinculação com as paróquias que

faz com que a Igreja em Belo Horizonte se pronuncie, no final da década de 50, sobre o problema habitacional vivido em Belo Horizonte.

O que se assiste, a partir dos anos 50, é um progressivo deslocamento das preocupações do clero católico, na cidade, dos problemas que propriamente afetavam a instituição religiosa para aqueles vividos pela população. Nas raízes deste deslocamento encontram-se, igualmente, transformações operadas ao nível da Igreja universal, bem como aquelas verificadas na realidade brasileira.

Quanto a este último aspecto, desde o final da década de 1940, no Brasil avança o processo industrial e, com ele, o êxodo rural e o crescimento urbano. A expansão da influência do Partido Comunista, do espiritismo e do protestantismo junto aos setores sociais mais empobrecidos, acompanhada de crescente processo de mobilização popular, faz com que a Igreja brasileira reavalie sua missão. Para amplos setores do clero, a Igreja deveria se dedicar mais ao combate das injustiças sociais que afligiam os mais pobres. Desta forma, se até a década de 40, a Igreja assumia uma atitude de autodefesa, nos anos 50, ela muda de estratégia passando a ir ao encontro das aspirações das camadas populares. (PIERUCCI e outros, 1984) E para tanto, a doutrina social da Igreja expressa em documentos pontifícios dava respostas adequadas no sentido da promoção de mudanças sociais que resultassem no fim das injustiças. Entretanto, nem todos os elementos do clero abraçavam tal perspectiva, persistindo como um grupo importante os tradicionalistas, que permanecem apegados ao modelo da neocristandade. (MAINWARING, 1989) As diferenças internas à Igreja acentuam-se a partir do final dos anos 50.

Simultaneamente, ao final da década de 1950, a Igreja Católica Romana experimenta mudanças significativas que repercutem no Brasil e em Belo Horizonte. Em 1958, tem início o pontificado de João XXIII. Suas encíclicas *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963) modificam o pensamento católico oficial.

“Ambas desenvolveram uma nova concepção de Igreja, mais em sintonia com o mundo secular moderno, comprometida em melhorar os destinos dos seres humanos na Terra e em promover a justiça social.”
(MAINWARING, 1989: 62)

Em síntese, o desafio lançado por João XXIII era o de *Aggiornamento* da Igreja, ou seja, colocá-la em dia com os valores e desafios do mundo moderno para melhor cumprir sua tarefa de evangelização. (GUTIERREZ, 1995) Não que esta perspectiva estivesse por completo ausente entre o clero católico até então. Ao contrário, o que fazem as novas encíclicas é legitimar tendências, propostas e experiências preexistentes entre teólogos,

bispos e movimentos católicos. Importante neste sentido é, igualmente, a abertura do Concílio Vaticano II que, desde o início de suas reuniões, postula a necessidade do diálogo da Igreja com o mundo moderno, no sentido de transformar a religião em um meio de transformar e libertar os homens em sua existência social.

É na confluência destes fatores – internacionais, nacionais e específicos de Belo Horizonte – que se pode compreender a mudança da Igreja¹, em Belo Horizonte, em relação à cidade. De maneira evidente, desde o final da década de 50, a Igreja toma a cidade não apenas como local de sua atuação, mas a politiza, passando a tomá-la em si mesma como objeto de sua preocupação e ação. Desta forma, a Igreja procura elaborar não somente estratégias de atuação na cidade, tomando-a apenas como solo no qual se insere, mas especialmente, sobre a cidade, o que significa encará-la como problema e alvo específico de suas iniciativas. Claramente, a Igreja se assume como agente responsável pela transformação do urbano. A Belo Horizonte-Babilônia poderia se transformar na Belo Horizonte-Jerusalém.

A Igreja abre-se para o problema das moradias

Ao assumir a cidade como alvo de suas preocupações, a Igreja de Belo Horizonte passa a ter, ao final da década de 1950, um claro posicionamento diante de um dos mais sérios problemas vividos pela população da cidade então: o da carência e precariedade de moradias. Tal posicionamento revela-se, de um lado, nas ações de elementos do clero junto à população favelada. Vigários de paróquias localizadas em favelas apóiam as lutas de seus moradores pela melhoria de suas condições de habitação. Ao mesmo tempo, na medida em que se avolumam casos como o de invasões de terrenos, alguns elementos do clero chegam até mesmo a participar ou prestar apoio a tais iniciativas. Sintoma desta participação é o fato de que “*dentre os núcleos habitacionais que surgiram, por esse processo, estavam as favelas que, então, muito expressivamente, se denominaram ‘Frei Josafá’. ‘Padre Alípio’, ‘Padre Lage’, ‘Operário-Estudantil e ‘João XXIII’ .”* (SOMARRIBA, VALADARES e AFONSO, 1984: 43-44. Grifos nossos)

¹ Sem ignorar as divisões internas cada vez mais acentuadas no meio do clero e dos militantes cristãos, será privilegiado, nesta abordagem, as posições assumidas especialmente pela hierarquia religiosa na cidade, uma vez que é dela que emanam as orientações mais gerais para a ação dos católicos, bem como é ela a responsável pela aliança com o Estado para a construção do bairro Dom Cabral.

Não só a Igreja de Belo Horizonte passa, a partir dos anos 50, a se dedicar ao problema das favelas. Outras iniciativas da Igreja no Brasil também revelam uma preocupação mais geral de setores do clero nacional diante do problema. Antes mesmo do período em questão, entre 1947 e 1954, a Fundação Leão XIII, no Rio de Janeiro, contando com o apoio e colaboração do Estado, atuou em 34 favelas da cidade, tanto no sentido de prestar assistência aos seus moradores, como também no sentido de interferir em sua urbanização. (SILVA, 1989) Expressiva é, ainda, no Rio de Janeiro, a criação, em 1955, da Cruzada São Sebastião, liderada por D. Hélder Câmara. Tendo como proposta fundamental promover a urbanização das favelas na cidade, é responsável pela construção do Conjunto da Cruzada São Sebastião, única experiência na capital federal de transferência de populações residentes em favelas para áreas próximas.

Em Belo Horizonte, o contato com os setores populares e, dentre estes, especificamente com a população favelada, acaba por forçar a Igreja a pronunciar-se claramente diante do problema da carência de moradias na cidade. Buscando colocar-se em sintonia com os problemas vividos pela população pobre, adotando cada vez mais uma estratégia de se envolver com as questões do mundo moderno, a Igreja de Belo Horizonte assume atitude explícita contra as arbitrariedades policiais em ações de remoção da população favelada, contra a inoperância dos poderes públicos para dar uma solução ao que considera problema de extrema gravidade, contra a ganância dos especuladores imobiliários.

Nos discursos enunciados pela Igreja da cidade, pode-se apreender o sentido e significado dado pela instituição religiosa à problemática da habitação popular. Tais pronunciamentos encontram um veículo privilegiado de sua enunciação e divulgação: o jornal oficial da Arquidiocese, *O Diário*. A existência de um veículo de imprensa católica, na cidade, desde 1935, demonstra não somente a estruturação de uma corrente de opinião religiosa, mas igualmente a intenção da Igreja de querer fazer sua mensagem penetrar mais amplamente no meio social da cidade. (COUTROT, 1996) Desta forma, este veículo de imprensa pode ser tomado como o porta-voz das posições assumidas pela Arquidiocese de Belo Horizonte.² Constitui-se, assim, em fonte privilegiada na investigação das posições assumidas pela Igreja na cidade. Por isto, são objeto especial desta investigação seus editoriais – editados na coluna *Nossa Opinião* – que versam sobre o tema da habitação popular. Além desta seção, o jornal publica em suas páginas comentários e artigos produzidos por colaboradores católicos, os quais, seguindo orientação expressa desde a sua

² Para uma melhor caracterização do jornal *O Diário* como veículo de imprensa católica ver: TORRES, 1972 e MATOS, 1990.

criação, emitem conceitos e opiniões dentro da doutrina da Igreja. Claro está que este jornal católico não pode ser tomado como fonte de informações neutras sobre o tema, mas ao contrário, na medida em que se constitui em veículo oficial de informações da Igreja na cidade, dele pode-se extrair o posicionamento da hierarquia religiosa sobre a questão da habitação destinada aos setores populares.

É utilizando *O Diário* como veículo de divulgação de suas posições que, em 07 de junho de 1959, parcela de expressivos elementos do clero de Belo Horizonte lança um manifesto sobre o problema das favelas na cidade. A motivação mais imediata para o pronunciamento dos sacerdotes sobre o tema foi a constante ação do poder público, na cidade de então, de remoção de favelas, ações sempre caracterizadas pela violência policial. Alguns padres que tinham sua atuação pastoral em favelas acabam, igualmente, presenciando estes atos de violência e, algumas vezes se tornado alvo deles. Diante desse quadro, trinta religiosos, especialmente elementos intelectuais do clero³ e vigários de paróquias operárias e favelas, uns sensibilizados pelos escritos pontifícios sobre a necessidade de ação da Igreja no mundo, outros já praticando esta orientação, julgam ser necessário um posicionamento explícito da Igreja diante do problema-favela em Belo Horizonte.

Sua inserção diante do problema é assim justificada pelos signatários do manifesto:

“muitos (...) exercem suas funções na direção de paróquias. Alguns se distinguem como especializados em questões sociais; dirigem organizações de operários, têm assento em congressos mundiais de trabalhadores católicos. Finalmente outros têm sob sua orientação obras assistenciais que fundaram ou que são professores de institutos de ensino superior. Trata-se, portanto, de conhecedores do grave mal social, mediante a tomada de contatos diretos.” (AS NOSSAS favelas. *O Diário*, 09 jun. 1959, p. 4)

Como se percebe nas páginas de *O Diário*, a autoridade dos sacerdotes viria, além de sua posição de membros da Igreja, de seu conhecimento direto dos problemas operários. Mais ainda, a pertinência e correção de suas posições são justificadas nos próprios textos religiosos, nos escritos bíblicos e pontifícios, reverenciados como fonte de saber absoluto e

³ Dentre os signatários do manifesto, encontram-se elementos do clero que ocupam posições de destaque na hierarquia instituições eclesiásticas de ensino na cidade: Pe. Arnaldo Ribeiro (Reitor do Seminário do Coração de Jesus), Pe. Orlando Vilela (Reitor da Faculdade de Filosofia Santa Maria), Pe. William Silva, Pe. Luis Megas de Carvalho, Pe. Orlando Machado, Frei Boaventura Chasseriau e Frei Francisco de Araújo (Professores da Universidade Católica)

inquestionável. Munidos de tais argumentos, afirmam inicialmente os sacerdotes no manifesto:

“1º- Existe um princípio de Direito Natural que é facilmente esquecido e por vezes até criminosamente menosprezado. Sobretudo no clima naturalista e burguês dos nossos dias, mas que precisa ser respeitado por todos indistintamente: o direito à vida é anterior ao direito de propriedade particular ou pública.

Ora, os trabalhadores que se recolhem nas favelas, na maioria não o fazem por gosto ou por comodismo, mas coagidos pela necessidade brutalmente trágica da hora atual que os impele, juntamente com suas famílias, a se submeter a este modo desumano de habitação.

Por isso, a nossa consciência sacerdotal nos obriga a apelar para os sentimentos humanos – onde quer que eles se encontrem e se é que ainda existem – dos poderes públicos. Assim fazendo, não nos exorbitamos da nossa função pastoral, mas nos conformamos às diretrizes traçadas por Pio XII em memorável discurso: ‘A palavra de ordem deve ser absolutamente a seguinte:

Para a fé, para o Cristo, em toda a medida do possível, presença em todos os lugares onde estejam em causa os interesses vitais, ou onde se delibere sobre as leis que tangem com o culto de Deus, o casamento, a família, a escola, a ordem social, em suma, sempre onde se procure forjar pela educação a alma do povo. E infelizmente só temos é que deplorar neste particular o absentismo dos católicos.’ (O PROBLEMA das favelas O Diário, 07/06/1959, p. 6.)

Percebe-se, claramente, a quem se endereça o manifesto: aos ocupantes de funções públicas. Antecipando uma possível contra-argumentação de que o assunto das favelas não caberia à Igreja, os autores do manifesto afirmam a necessidade da presença dos católicos no “mundo”. Tal posicionamento reflete, entre o clero da cidade, o abandono do modelo da neocristandade que propugnava a separação Igreja-mundo. Assumindo-se como agentes privilegiados na avaliação dos problemas do mundo, uma vez que são “iluminados” pela revelação da verdade fruto da fé, passam, em seguida, os sacerdotes a se dirigirem às

diferentes instâncias do poder público, envolvidas com o problema das favelas. Para cada uma das instâncias, os sacerdotes fazem uma avaliação de sua conduta e apontam o “verdadeiro” caminho para a solução do problema em questão.

Assim, o poder judiciário é acusado de se pautar pelo texto frio das leis, autorizando ações de despejo em favelas, agindo, desta forma, em nome dos poderosos, não pautando suas decisões pelos princípios de justiça social. Afirma o manifesto:

“2º – Queremos dizer aos meretíssimos juizes que discutam o despejo nas favelas que não duvidamos da fria legalidade de seus atos. Mas consideramos que esses atos fundamentados no positivismo jurídico e por isso julgamos que fogem à finalidade precípua do poder judiciário. Com efeito existe o Poder Judiciário para o bem da pessoa humana e o bem comum da sociedade, e não para a opressão, porquanto a justiça não se realizar nem se justificar na simples aplicação material das leis. Esta pode até ser, como tem sido numerosas vezes, clamorosa injustiça. Já não apregoava o profeta Amós, em nome do Senhor, a condenação daqueles que ‘transformavam o direito em abismo’ e que sob o pretexto da justiça ‘põem por terra a própria justiça’ (cf. Am., 5/7). Neste particular, achamos oportuno lembrar ainda o que ensina Santo Tomás comentando as bem-aventuranças evangélicas: se é verdade que a misericórdia sem a justiça é mãe da dissolução, é também verdade que a ‘justiça sem a misericórdia é crueldade.’ (Comm. in Matth. cap. V)

Eis porque protestamos veementemente contra a lamentável facilidade que se punem os miseráveis sob a alegação de se salvaguardarem direitos legais certos ou, as mais das vezes, pretensos dos poderosos, enquanto por outro lado, permanecem flagrantemente impunes tantos crimes dos potentados econômica e politicamente. É preciso que o Poder Judiciário faça uma revisão urgente dos critérios legais adotados, mormente no que tange à justiça social. ’ (O PROBLEMA das favelas O Diário, 07/06/1959, p. 6.)

Neste trecho do manifesto é evidente a inspiração vinda da doutrina social cristã. Em primeiro lugar, faz-se a acusação do próprio corpo legal, ilegítimo por se basear em uma fonte anticristã: o positivismo jurídico. Desta forma, das leis não se depreende a verdadeira justiça: a justiça social. Como afirma GUTIERREZ (1995), um dos fundamentos da doutrina social cristã é o princípio da justiça social. Esta é compreendida,

pela Igreja, como a vontade de dar a cada um o que lhe é devido, princípio regulador de uma justa distribuição. Desta forma, a justiça social é superior àquela meramente legal. No entanto, os magistrados em Belo Horizonte têm se pautado, nas decisões sobre reintegração de posse sobre terrenos invadidos, apenas levando-se em consideração o frio texto da lei. Para os sacerdotes, ao agirem assim, os juizes não realizam a justiça, mas agem em favor exclusivamente dos proprietários e poderosos.

Em seguida, o manifesto dirige-se aos responsáveis pelas ações policiais no cumprimento de ações de despejo, afirmando serem estas ações atos arbitrários e de odiosa covardia:

“3º – Queremos também admoestar publicamente todos aqueles que, dotados do aparato policial, se esmeram em dar cumprimento, de maneira desumana, a certos mandatos judiciais. É odiosa covardia azucrinar os infelizes e os favelados, assim como importunar as famílias, sobretudo quando o seu chefe está longe, no local de trabalho, e não pode, sem prejuízo do seu orçamento, parar suas atividades um só dia sequer para evitar essas arbitrariedades tão costumeiras.

Continua, ainda hoje, válida a pregação do Batista às margens do Jordão, quando preparava, por sua palavra incandescente, os caminhos do Senhor, e dizia aos mantenedores da ordem pública: ‘A ninguém molesteis; a ninguém denunciéis falsamente e contentai-vos com vosso soldo.’ (Lc 3/4)

Sabemos que há solução para o problema dos favelados em Belo Horizonte e esta solução se concretizará na medida em que todos se irmanarem para dar a estes nossos irmãos um ambiente condigno em que possam dignamente viver com suas famílias.” (O PROBLEMA das favelas ... O Diário, 07/06/1959, p. 6.)

Neste respeito, os sacerdotes apelam para outro princípio fundante da doutrina social da Igreja: o da caridade. Por esta se compreende: considerar o próximo como outro eu. Só por este princípio é possível se irmanar com a população de favelados, considerá-los irmãos, e além disto, julgar as ações policiais como atos arbitrários e desumanos.

O poder executivo – municipal e estadual – também é alvo do manifesto. Contudo, em relação a ele, os sacerdotes elaboram censuras menos severas, depositando nas suas

ações as esperanças de ver cumprido o sentido da justiça cristã. Lê-se, a este respeito, no manifesto:

“4º – Devemos ainda recordar ao Poder Executivo – quer no plano municipal, quer no plano estadual – que a ele pertence em larga escala apressar o advento de uma justiça social mais perfeita, em particular para os favelados. Porquanto o Poder Executivo existe exclusivamente em função do bem comum de todos os cidadãos. Além do mais tem facilidades para impedir e mesmo sustar esses despejos moralmente criminosos. Com nossa admoestação, proclamamos nossa esperança e que o descortino dos homens públicos atualmente à frente do Poder Executivo os leve, em conformidade com a lei natural, a lei da consciência e a lei do Evangelho, a contribuir eficientemente para o advento da justiça social tal qual emana dos desígnios de Deus e a definem as palavras de Cristo: ‘Se vossa justiça não sobrepujar a dos escribas e fariseus, não entrarei no Reino dos Céus.’ (Mat 5/20), o que foi muito bem explicado pelo Apóstolo S. Paulo escrevendo aos Romanos: ‘Menosprezando a justiça de Deus e buscando estabelecer a sua própria justiça, recusaram-se a submeter-se à justiça de Deus. Pois o fim da Lei é o Cristo, para a justificação de todo aquele que crê’. (Rom 10/3-4)” .” (O PROBLEMA das favelas O Diário, 07/06/1959, p. 6.)

Os signatários do manifesto concluem com uma avaliação da origem do problema das favelas e dos riscos que sua persistência acarretaria: o risco da revolução. Contra este risco somente uma transformação social alicerçada na caridade cristã poderá construir uma sociedade verdadeiramente justa.

“5º – ”Por fim, consideramos oportuno lembrar a uns e a outros – aos que detêm o poder, aos que julgam em nome da lei as demandas, tanto quanto aos que instauram processos – que o fenômeno-favela é uma conseqüência da estrutura social contra a natureza em que vivemos atualmente e que foi denunciada tantas e tantas vezes por Pio XII de saudosa memória e por João XXIII gloriosamente reinante. A carestia, a crise generalizada, a desonestidade, a ganância, a impunidade dos crimes, o desmando dos poderes públicos, tudo isso é que gera a divisão de classes e condena toda uma população a viver de modo infra-humano.

Mas, enquanto os agitadores do ódio e revolta fomentam a divisão e alargam os fossos acenando para um nivelamento na esfera material e um paraíso sem Deus e sem esperança, nós levantamos a bandeira do amor fraterno, apontando a caridade sobrenatural como a única fonte de autêntica justiça e da paz social duradoura. Fazemos nossas as palavras do profeta Isaías que condenava aqueles que oprimiam o pobre pelo poderio econômico: ‘Ai daqueles que acrescentam casa a casa, terreno a terreno a ponto de se tornarem os únicos donos da terra.’ (Is. 5/8). Como fazemos também nossas as palavras de esperança n’Aquele que o mesmo profeta apontava como a raiz de toda harmonia e serenidade social: ‘Uma Criança nos nasceu, um Filho nos foi dado: foi Ele quem recebeu o poder sobre os seus ombros: extenso é o império que estabelece e fortalece, no direito e na justiça, numa paz infindável.’ (Is. 9/5-6).” (O PROBLEMA das favelas O Diário, 07/06/1959, p. 6.)

Os argumentos utilizados pelos sacerdotes repousam suas bases, mais uma vez, na doutrina social da Igreja. No fragmento do manifesto citado acima se apreende uma constante do pensamento social cristão: a crítica aos excessos do capitalismo, a crítica e o temor do comunismo (os “agitadores do ódio e revolta” que prometem “um paraíso sem Deus e sem esperança”), e a defesa de uma terceira via, uma via cristã de reforma do mundo. Esta nova ordem social defendida pela Igreja, principalmente a partir de Pio XII, seria “*fundamentada no respeito aos direitos dos pobres e no cumprimento das obrigações de justiça social por parte dos ricos e responsáveis pela sociedade.*” (GUTIERREZ, 1995: 43. Grifos do autor). Na verdade, o que se depreende dos escritos da Igreja quanto à sua proposta de uma “terceira via” de organização social não passa de uma defesa da moralização do capitalismo, de forma a diminuir as suas gritantes desigualdades. (PIERUCCI e outros, 1984)

A repercussão que teve a publicação do manifesto pode ser avaliada pelas manifestações de diferentes segmentos sociais diante do documento. O jornal *O Diário* passa a divulgar estas manifestações, no intuito de reforçar a pertinência e importância do documento dos sacerdotes e do problema que ele aborda.

Na Assembléia Legislativa, o deputado Bonifácio de Andrada, da UDN, ocupando a tribuna em 08 de junho de 1959, solicitou que fosse indicada à Comissão de Trabalho e Ordem Social da casa a

“necessidade de estudar o problema das favelas de Belo Horizonte, consoante à denúncia pública de vários representantes do clero católico (...), devendo aquele órgão parlamentar entrar em entendimento com aqueles sacerdotes e outras autoridades para, nos próximos trinta dias, apresentar relatório a respeito, no qual serão sugeridas medidas ao Governo do Estado, no sentido de planejar normal solução para tão importante questão.” (O Diário, 09 jun. 1959, p. 2)

Lideranças sindicais ligadas à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, em reunião do dia 08 de junho de 1959, decidem enviar *“um ofício de congratulações aos signatários do manifesto e outros dois ao Governador do Estado e ao Secretário de Segurança, solicitando apoio aos termos do mesmo.” (O Diário, 10 jun. 1959, p. 3)*

A opinião do então deputado Magalhães Pinto é colhida pelo jornal católico. A posição do futuro governador de Minas Gerais é de absoluta concordância com os termos do documento, afirmando que

“A habitação indigna é uma necessidade fundamental do homem, traduzindo fato de repercussão direta na vida da família, que não poderá desenvolver-se de modo sadio – nem física, nem psicologicamente –, em condições materiais impróprias. Já estamos assistindo a um espetáculo inquietador: a família vem se degradando perigosamente entre os grupos sociais mal alojados, o que torna ainda mais legítima a momentosa preocupação dos nossos sacerdotes.” (O Diário, 17/06/1959, p. 3)

Chamado a se manifestar, o Secretário de Segurança, José Ribeiro Pena, pronuncia-se nas páginas de *O Diário*, no dia 19 de outubro de 1959, afirmando que

“O Manifesto dos Sacerdotes de Belo Horizonte sobre o problema das favelas impressiona tanto por sua substância humana quanto pela autenticidade de seus conceitos. É um grito que brota dos Evangelhos a alertar as consciências cristãs sobre o grave dever em que se encontram em face de uma grande parcela de seus irmãos que, por circunstâncias ligadas à estrutura econômica vigente, vivem em condições infra-humanas.” (O Diário, 19 jun. 1959, p. 2)

Afirmando estar de pleno acordo com os termos e análises expressas no manifesto, o Secretário de Segurança compromete-se a não utilizar a polícia em medidas que agravem ainda mais a vida dos favelados: “*Em verdade, posso afirmar que a polícia não será instrumento para atormentar a pobre população que vive em condições subumanas nas favelas.*” (*O Diário*, 19 jun. 1959, p. 2)

Na Câmara Municipal de Belo Horizonte, o vereador José Maria Magalhães (UDN), ocupando a tribuna, “*elogiou a campanha encetada pelos sacerdotes a favor dos favelados, tendo apresentado um voto de louvor aos sacerdotes que subscreveram o manifesto em prol dos moradores em favelas.*” . (*O Diário*, 17 jun. 1959, p. 3)

Também na Igreja, em Belo Horizonte, a publicação do manifesto repercute, levando-a a dar a ele prioridade em relação aos outros problemas sociais da cidade, pois “*trata-se de problema de colorido humano e social dos mais vivos, bastando essa circunstância para que mereça tratamento preferencial.*” (DESFAVELAMENTO. *O Diário*, 17 jun. 1959, p. 4)

Esse tratamento pode ser atestado pela publicação de inúmeros editoriais e artigos n’ *O Diário*, onde os argumentos expressos naquele documento de 1959 são reforçados e aprofundados. Neste aspecto, a Igreja esforça-se por fazer um diagnóstico do problema, buscando desvendar suas “verdadeiras” causas. Mais uma vez aqui o “foco iluminador” para a análise da Igreja é a doutrina social cristã, que é aplicada na compreensão da realidade específica de Belo Horizonte. Assumindo o princípio cristão de que a desigualdade entre os homens é um dado natural e que, portanto, deve ser respeitada, princípio este já expresso na Encíclica *Rerum Novarum* (1891), as favelas são, contudo, decorrência necessária desta desigualdade. Ao contrário, para a Igreja, elas se constituem em um sintoma da miséria da classe trabalhadora, resultantes, ambos os fenômenos (as favelas e a miséria) “*das incontáveis injustiças que sempre agravam as naturais e inevitáveis diferenças de classe a classe.*” (AS NOSSAS favelas *O Diário*, 09 jun. 1959, p. 4)

Na visão da hierarquia católica, a origem do problema das favelas é estrutural, portanto. A estrutura econômica injusta daria o contexto mais geral a partir do qual inúmeros homens e mulheres são obrigados a residir em condições de extrema precariedade. As injustiças de natureza econômica, fruto da especulação e da ganância, fazem com que se manifeste, na cidade, uma situação tida pela Igreja como imoral, ou seja, a existência de amplos espaços vazios na cidade, enquanto boa parte da população reside em espaços reduzidos:

“Hoje uns poucos se enriquecem sem esforço, deixando suas terras valorizar-se, enquanto a população em sua quase totalidade sofre as conseqüências da falta de moradia. É um absurdo econômico e uma imoralidade a existência de apartamentos e favelas em Belo Horizonte, quando a imensa área compreendida pela Pampulha e zonas anexas se acha ainda totalmente despovoada.” (A CRISE ... *O Diário*, 02 jul. 1959, p. 4.)

A este quadro mais geral, soma-se o intenso processo de urbanização verificado em Belo Horizonte, que atrai para a cidade centenas de migrantes. Desta forma, as favelas *“são o resultado da urbanização. No sentido sociológico, este termo significa a transferência de populações do campo para a cidade.”* (DIAS, Fernando Correia. Estudos sobre favelas. *O Diário*, 27 nov. 1959, p. 2)

Mais uma vez aqui, como vimos no discurso proferido por Magalhães Pinto, o processo de migração campo-cidade emerge como elemento explicativo para o problema habitacional em Belo Horizonte. A solução para as favelas passaria, então, pela criação de condições de fixação do homem no campo: *“Enquanto não se resolver a questão rural, morar em favelas continuará a ser melhor que morar na roça, esta a triste e dura verdade.”* (A CRISE habitacional. *O Diário*, 18 fev. 1961, p. 4)

Em seu discurso, a Igreja também atribui ao êxodo rural a responsabilidade original sobre os problemas urbanos, especialmente o problema habitacional. Neste sentido, sua avaliação coincide com aquela feita por Magalhães Pinto. Percebe-se uma *sintonia* de opiniões, refletindo as formas de pensar os problemas brasileiros dominantes no pensamento sociológico brasileiro das décadas de 50 e 60.

Seguindo a argumentação da Igreja, a constante e intensa chegada de migrantes a Belo Horizonte, aliada à ganância e concentração de terrenos por poucos na cidade, traria, como conseqüência, de um lado, o alto preço dos aluguéis, fazendo com que as famílias comprometam boa parte de seu orçamento custeando a moradia. Iniciativas do poder público, especialmente a do Governo João Goulart de estabelecer o congelamento dos aluguéis, são encaradas, pela Igreja, como paliativos, incapazes de solucionar verdadeiramente o problema. O poder público é até mesmo acusado de *“criminosa inércia”*, pois *“nada se faz de positivo, além dos discursos e promessas.”* (A QUESTÃO habitacional. *O Diário*, 16 jan. 1962, p. 4)

Por outro lado, e até mais desastroso para a Igreja, a crise habitacional na cidade traz a ameaça à família.

“Podemos pensar em vida de família dentro de certos princípios, em vida de família pura e simplesmente, se as pessoas não têm onde morar? Que espécie de humanidade estamos preparando pelo processo da promiscuidade, em que pais e filhos de todas as idades e ambos os sexos dormem no mesmo aposento?” (CAUSAS da crise... *O Diário*, 18 jul. 1959, p.4)

Portanto, o problema da falta de moradia reverte-se, para a Igreja, também em um problema de natureza moral, comprometendo a integridade familiar pela promiscuidade que as moradias precárias acabam por provocar. Mais ainda, a família estaria ameaçada pois, residindo em casas ou cômodos de reduzidas dimensões, seu crescimento numérico se inviabilizaria. Além do mais, com o alto preço das moradias, as mulheres são forçadas a trabalhar, trazendo o risco de dissolução dos laços familiares. Estes e outros motivos fazem das favelas uma verdadeira tragédia na cidade. Para a Igreja, reforçando os argumentos acima expostos,

“As conseqüências sociais desta tragédia serão funestas, a começar pela redução da taxa de natalidade, a menos que restabeleçamos o sistema indígena de dormir em redes para os filhos caberem nos cubículos e apartamentos. A outra será a intensificação do trabalho da mulher casada (...). A terceira conseqüência, por certo, será o retardamento da época dos casamentos, à espera de salários que permitam pagar aluguéis. Em suma, a família, em Belo Horizonte, está seriamente ameaçada pela crise das moradias.” (A CRISE ... *O Diário*, 02 jul. 1959, p. 4)

Outra grave conseqüência do fenômeno-favela, que reforça sua dimensão trágica, é para a Igreja, a ameaça que ele traz à ordem interna. E, por isto, a erradicação deste problema exige soluções imediatas. Afirma a Igreja: *“Não há tempo a perder. O desconforto da vida gera revolta, difícil de conter.”* (AS NOSSAS favelas. *O Diário*, 09 jun. 1959, p. 4)

Para a Igreja, o problema habitacional agrega, portanto, um conjunto de origens e, ao mesmo tempo, provoca uma série de graves conseqüências, dentre as quais se destaca a ameaça da ordem e a ameaça à família. A solução para tais problemas não pode ser mais enfrentada, como afirma a Igreja, por meio de ações caritativas, mas sim pela mudança de conduta dos responsáveis por tais problemas, que devem se guiar pelos princípios da solidariedade e da fé cristã, promovendo a melhoria das condições de vida dos trabalhadores por meio de uma distribuição de renda mais justa. A posição da hierarquia

religiosa de Belo Horizonte não é, portanto, aquela defendida pelos grupos católicos mais tradicionalistas (ou excludentes), para os quais a caridade é a forma de se atuar diante dos problemas vividos pelas populações carentes. (MAIWARING, 1989; MATA, 1996). Sem a preocupação de enquadrar a Igreja de Belo Horizonte em um “modelo” de conduta ou de identidade, percebe-se, no entanto, que sua posição aproxima-se da tendência denominada por Mainwaring dos “modernizadores conservadores”. Esta tendência, clara desde meados dos anos 50 entre os grupos católicos leigos e eclesiais, manifestava sua posição de preocupação com a justiça social, embora rejeitando soluções radicais. Diante dos problemas sociais, este grupo defende que a Igreja possui uma missão social, que deve estar centrada, principalmente, no trabalho de educação, de transformação das mentalidades individuais de forma que os homens passem a guiar suas ações em conformidade com os princípios da justiça social cristã. Tal posicionamento pode ser percebido no trecho abaixo:

“maior solidariedade, maior compenetração do espírito cristão, entre os particulares, de tal maneira que os mais favorecidos passem a dispensar um pouco dos próprios recursos em obras não de esmolas, o que seria deprimente, mas de socorro. De outro lado, maior liberalidade por parte dos empregadores, traduzida em melhoria direta ou indireta da distribuição dos proventos do trabalho.” (AS NOSSAS favelas. *O Diário*, 09 jun. 1959, p. 4)

Para outros grupos católicos, não há solução para os problemas sociais sem a realização de reformas mais estruturais. Este grupo reformista, ainda seguindo a classificação proposta por Mainwaring, influente nos meios de Ação Católica, também se posiciona sobre o problema das favelas. Diante da gravidade da situação, postulam que os esforços individuais não são suficientes para por fim ao problema.

“O problema da habitação só pode ser resolvido por esforço coletivo. O esforço deve ser da cidade, da região e do país. Proporcionar instalações sanitárias públicas, esgotos, água, luz, etc. Melhorar as condições de vida dos trabalhadores agrícolas para evitar sua evasão para as cidades. Combate aos falsos salários, e, só assim, poderemos diminuir um pouco os problemas da habitação.” (RAMOS, Dalila Flausina. A habitação no mundo. *O Diário*, 04 set. 1959, p. 6)

Guardadas as diferenças entre as duas posições, o que elas possuem em comum é a condenação do imobilismo e a defesa da necessidade urgente de reformas, sejam elas a

nível individual, seja a nível mais estrutural. O discurso da Igreja incorpora, assim, um dos temas que dominou o debate político brasileiro no início dos anos 60: o das reformas urgentes a serem realizadas no país. A hierarquia eclesiástica de Belo Horizonte chega, inclusive, a se manifestar favoravelmente às reformas propostas pelo presidente João Goulart. Neste sentido, segue a tendência hegemônica no seio da Igreja nacional, que via no Estado um agente de promoção da mudança social, posição esta que leva a CNBB a apoiar o reformismo de Jango. (MAINWARING, 1989) Para a Igreja de Belo Horizonte, somente as reformas seriam capazes de evitar, dada a gravidade dos problemas sociais brasileiros, uma revolução nos moldes da ocorrida em Cuba, a qual colocaria tudo a perder. Assim, afirma a Igreja que *“as classes dirigentes precisam capacitar-se de que a aceitação de reformas inadiáveis, mesmo que diminuam as vantagens atuais, impedirá revoluções e catástrofes sociais.”* (REFORMAS para evitar a revolução. *O Diário*, 04 fev. 1962, p. 4)

O imobilismo é, assim, uma ameaça ao país, visto que, por se negar a realizar mudanças que minimizem as injustiças sociais, faz avançar o perigo comunista. O temor de uma revolução de esquerda é o que faz com que a Igreja defenda reformas consideradas inadiáveis. Em 1962, D. João Resende Costa, Arcebispo Coadjutor de Belo Horizonte, faz pronunciamento na TV Itacolomi avaliando a conjuntura nacional como

“uma hora sumamente melindrosa e a ninguém assiste o direito de por em risco a segurança da Pátria. (...) Nenhum de nós, cristãos e brasileiros, poderá concordar com o comunismo. Não é possível ser cristão e comunista, porque o comunismo nega a Deus. E não é possível ser brasileiro e sonhar com o comunismo como solução para o Brasil. Somos um povo que não aceita o suicídio da liberdade e da personalidade.” (ARCEBISPO Coadjutor ... *O Diário*, 12 maio 1962, p. 6)

O Arcebispo reconhece o quadro de graves injustiças sociais que caracteriza o país, e a justiça das reivindicações populares. No entanto, avalia que

“Há uma confusão de fronteiras entre as posições comunistas e movimentos reivindicatórios fundamentalmente justos. Há uma infiltração de agitadores em todos os movimentos de defesa dos interesses os mais legítimos, reclamando por isto o máximo de cautela em todos os que os promovem(...).”(ARCEBISPO Coadjutor ... *O Diário*, 12 maio 1962, p. 6)

Diante do que considera um enorme risco, a Igreja de Belo Horizonte defende a realização de reformas urgentes.

“as reformas, ainda que moderadas, terminam por ser mais positivas do que as revoluções. Estas freqüentemente conduzem à ditadura que ao cabo transforma a luta pelo poder em seu fim único.” (REFORMAS para evitar a revolução. *O Diário*, 04 fev. 1962, p. 4)

Desta maneira, condenando o imobilismo de direita e o radicalismo de esquerda, no início da década de 1960, com o acirramento da crise política no país, a Igreja de Belo Horizonte acaba por assumir uma posição de “reformismo conservador”, ou seja, defendendo a necessidade de reformas como meio de se conservar a ordem. Afirma que *“o imobilismo não é conservador, provoca a revolução; a revolução, por seu turno, não é transformadora porque termina perdendo-se em confusões marginais.”* (REFORMAS para evitar a revolução. *O Diário*, 04 fev. 1962, p. 4)

Como solução aos prementes problemas nacionais, a Igreja defende a realização de reformas capazes de deter o avanço das propostas extremistas e conter o perigo da revolução:

“a experiência, que apenas os cegos voluntários não querem ver, está mostrando que as reformas são necessárias para se evitar a revolução e para se realizarem os ideais de transformação.” (REFORMAS para evitar a revolução. *O Diário*, 04 fev. 1962, p. 4)

Mais uma vez tem-se aqui curiosa aproximação entre o discurso da Igreja e aquele enunciado pelo governador Magalhães Pinto. Para ambos, atitudes imobilistas são as mais perigosas pois, ao se negarem à mudança no intuito de preservarem suas posições e privilégios, podem por tudo a perder. A conservação da ordem exige mudanças. Este discurso, assumido pelo poder público e pela Igreja na cidade, abre espaço para o estreitamento de laços entre ambos, e até mesmo para aliança na busca de iniciativas para transformar os problemas vividos pela população da cidade, a fim de se evitar ameaças maiores. Dentre estes problemas, encontrava-se a carência de moradias.

A Igreja se irmana com o Estado

A identidade de posições políticas e de discursos faz com que a Igreja mantenha, com o governo estadual liderado por Magalhães Pinto, relações de estreita proximidade. Ao mesmo tempo, em relação à Igreja Católica, o governador mantinha relações de

aproximação com as diferentes tendências do clero. Magalhães Pinto *'participa ativamente das manifestações católicas tradicionalistas, mas não elimina o diálogo com o 'outro lado'*" (MATA, 1996.)

Tal proximidade Igreja-Estado não era novidade em Minas Gerais. Mesmo nos primeiros anos da República, com a hostilidade da Igreja em relação ao liberalismo político triunfante, em Minas Gerais *"muita gente chegava a achar meio medieval aquela sempre normal presença do arcebispo ao lado do chefe do poder civil."* (TORRES, 1972: 175) Além disto, importantes sinais de uma crescente proximidade entre Igreja e Estado ocorrem quando, em 1928, o governo de Minas assina decreto facultando o ensino religioso na rede pública de ensino⁴, bem como em 1936, quando o governador Benedito Valadares se faz presente nas grandes manifestações do II Congresso Eucarístico Nacional, realizado em Belo Horizonte. (MATOS, 1990) Esta proximidade entre poder público e eclesiástico não chega ao extremo de confundir as singularidades e diferenças de interesses entre as duas esferas. Ao contrário, a relação entre os dois poderes, em Minas Gerais, desde a década de 1920, pautou-se pela parceria com autonomia (MATA, 1996), num relacionamento caracterizado por Mata como de *Santa Harmonia*, ou seja, *"identidade na alteridade, compromisso com independência"*. (MATA, 1996: 89)

Esta atitude permite que a Igreja assuma, nos anos 60, a posição de aliada do governo estadual, e simultaneamente, de grupo de pressão junto ao mesmo no sentido de verem concretizadas suas propostas de reforma social. Tal é a situação da relação Igreja-Estado em torno da questão habitacional. A Igreja não se cansa de lembrar da promessa de campanha do governador de dar solução a este problema. A medida em que o governo estadual toma iniciativas no campo habitacional, a Igreja empresta seu apoio às mesmas: *"Não há como negar aplausos ao poder público pela coragem com que está encarando o angustiante problema social."* (CASA própria para o povo. *O Diário*, 28 mar. 1962, p. 4).

A este apoio manifesto da Igreja ao governo estadual, este respondia com igual cordialidade. Assim é que, em 1962, a propósito da declaração que Cardeais, Arcebispos e Bispos do Brasil divulgam ao término da V Assembléia da CNBB, o governador de Minas Gerais dirige-se a D. João Rezende Costa, afirmando que

"O documento revela a altruística e patriótica preocupação de criar novo ambiente social, pelo qual, igualmente, nos vimos batendo, em que o homem livre de egoísmos e prevenções, possa viver em clima de cooperação e fraternidade. Que governantes, administradores, líderes e tantos quantos têm

⁴ Uma das mais árduas batalhas da Igreja nacional girava em torno do ensino religioso.

responsabilidade de direção ajudem a criar um novo estilo de vida, liberto dos males do capitalismo explorador e da escravização do comunismo. (...) Irmanados por estes princípios, estou certo de que daremos dignidade às condições de vida de milhões de brasileiros que sofrem, mas que, resignadamente, esperam e confiam no espírito cristão de seus dirigentes.”
(*O Diário*, 08 abr. 1962, p. 3)

A aliança com o poder público não leva a Igreja a abandonar sua atuação como elemento de pressão junto ao governo estadual. Ao contrário, o apoio às iniciativas do poder público estadual autoriza a Igreja a elaborar também propostas e indicações aos órgãos governamentais encarregados da política habitacional. Em 1962, quando o governo estadual instala o Conselho Estadual de Planejamento de Habitação Popular, presidido pelo destacado intelectual católico Edgar Godoi da Mata Machado, a Igreja saúda tal iniciativa, e ao mesmo tempo, enuncia propostas para sua apreciação. Em editorial de *O Diário*, a Igreja dirige-se ao Conselho afirmando que

“somente a edificação em série custeada por um órgão oficial, pode aliviar a pressão da crise habitacional. Os beneficiários necessitam de um prazo mais dilatado para solucionarem seus compromissos, e não podem pagar os juros comuns, senão outros, de taxa reduzida.” (DUAS medidas úteis *O Diário*, 15 fev. 1962, p.4.)

A pressão da Igreja dá-se, fundamentalmente, no sentido de exigir urgência do governo estadual na concretização de suas propostas habitacionais, que as promessas de campanha do governador tornem-se ações efetivas.

A gravidade atribuída pela Igreja à crise habitacional, bem como a cobrança que faz de urgência nas medidas visando resolver o problema, acabam, simultaneamente, por levantar o debate no seio mesmo da instituição religiosa. Membros do clero belorizontino perguntavam-se acerca de qual seria a participação efetiva da Igreja de Belo Horizonte na busca de soluções para o problema de moradias. Assim, alguns elementos do clero passam a lançar dúvidas sobre a existência da propriedade de terrenos ociosos pertencentes à arquidiocese de Belo Horizonte.

Sintomática, neste sentido, é a publicação, nas páginas de *O Diário*, de extenso artigo do Padre Nelson Tafuri, professor da Faculdade de Direito de Juiz de Fora,

intitulado *Usucapião e os imóveis eclesiásticos*⁵. No artigo, seu autor afirma que o usucapião foi instituído com o objetivo de impedir o êxodo rural, visando, portanto, o bem público. Ao fixar o homem no campo, dando-lhe acesso à terra, o usucapião é “*fator de paz social, extermina situações indecisas pela indolência, negligência e incúria do proprietário.*” (TAFURI, Nelson. Usucapião e os imóveis eclesiásticos. *O Diário*, 15 maio 1960, p. 7)

O artigo procura discutir se os bens eclesiásticos, no Brasil, estariam ou não sujeitos à lei do usucapião, concluindo que “*a partir da República, a Igreja tanto pode adquirir, como perder seus bens patrimoniais, pelo usucapião, estejam ou não a serviço e sustento da mesma.*” (TAFURI, Nelson. Usucapião e os imóveis eclesiásticos. *O Diário*, 05 jun. 1960, p. 3).

Em um momento que, em Belo Horizonte, as invasões de terrenos para a construção de moradias por parte dos setores populares é cada vez mais freqüente, a discussão sobre o usucapião em imóveis eclesiásticos interessa à Arquidiocese de Belo Horizonte, tendo em vista a sua propriedade de grande extensão de terras na região noroeste da cidade. Nesta região, em 1927, o então Arcebispo de Belo Horizonte, Dom Cabral, havia adquirido uma área de 37 alqueires para a construção do Seminário de Belo Horizonte. As instalações do Seminário ocupavam uma ínfima parte deste grande terreno e, ao final dos anos 50, sua maior parte encontrava-se desocupada.

Em seus próprios pronunciamentos acerca do problema das favelas, como já foi dito, a Igreja responsabiliza a existência de terrenos vazios na cidade como uma das origens daquele mal. Ao mesmo tempo, a Igreja enfrenta a crise das vocações sacerdotais. Este quadro vinha provocando o esvaziamento do seminário de Belo Horizonte e também dificuldades em sua manutenção.

Neste contexto, inicialmente parte dos terrenos ociosos do Seminário é loteada e vendida para angariar recursos para a manutenção do Seminário. A concretização desta estratégia foi entregue à responsabilidade da Sociedade dos Amigos do Seminário que, em outubro de 1959, lança o loteamento do bairro Coração Eucarístico. Este loteamento consta de 380 lotes com 400 a 600 metros quadrados. A venda de tais imóveis visa angariar recursos para a construção do Edifício Pio XII, cujas lojas e salas seriam alugadas para garantir os recursos financeiros para a manutenção do Seminário. A ocupação do bairro Coração Eucarístico orienta-se para a classe média, com a construção de residências em um loteamento já dotado de todos os serviços de infra-estrutura urbana.

⁵ Este artigo foi publicado na íntegra, subdividido em partes nos dias 01/05/1960, 15/05/1960, 22/05/1960, 05/06/1960, 03/07/1960.

Mas, mesmo com a ocupação deste terreno até então pertencente ao Seminário, uma imensa área desocupada ainda persiste no local. Na medida em que condena a existência de vazios na cidade, como pode a Igreja manter um enorme terreno ocioso? Na medida em que afirma a necessidade de construir conjuntos residenciais que visem dar à população favelada condições dignas de moradia, como justificar, perante seus próprios membros, a construção de um bairro exclusivamente para a classe média? Na medida em que denuncia a inoperância dos poderosos que resistem em não abrir mão de seus privilégios econômicos para por fim aos problemas sociais, ao manter uma grande área desocupada na cidade, a Igreja não estaria tendo igualmente uma atitude de “criminosa inércia”? Assim, por que não utilizar a área ainda ociosa do Seminário para construir um bairro popular?

A aliança Igreja-Estado, encontra, assim, a oportunidade de sua concretização material. Em 1964, a Arquidiocese de Belo Horizonte vende a preço reduzido parte dos terrenos do Seminário. Na opinião do Presidente da Caixa Estadual, Nilton Moreira Veloso, com esta atitude D. João Resende Costa estava “*querendo demonstrar efetivamente a presença da Igreja de Cristo no meio dos trabalhadores.*” (*O Diário*, 03 maio 1964, p. 10) Neste terreno seria construído o Bairro Dom Cabral, que leva o nome do primeiro arcebispo da cidade, marcando a presença da instituição religiosa neste lugar da cidade e na memória de seus moradores.

Sua participação, como aliada do governo estadual, em uma iniciativa habitacional destinada aos setores populares, na cidade, seria a oportunidade da Igreja responder a uma série de desafios por ela mesma lançados: a realização de reformas visando minorar o problema da miséria social; a ação concreta no sentido de se buscar soluções para o que considera o mais grave problema social brasileiro; a solução de sua ambigüidade de condenar, no discurso, a especulação de terrenos, e ao mesmo tempo possuir terrenos ociosos na cidade. E além destes, a Igreja afirmava-se no espaço urbano, imprimindo nele sua presença, participando de sua construção. No bairro Dom Cabral residia a promessa da cidade-Jerusalém.

CAPÍTULO 4- A AÇÃO DOS MORADORES DO DOM CABRAL: CONSTRUINDO O LUGAR DE MORAR

“Nas rebeliões situadas no cotidiano e que têm como suporte o vivido, se defrontam as racionalidades e as irracionalidades: saber e conhecer, facticidade e naturalidade, coisa e signo da coisa... nesse embate existem momentos que permitem apropriações; ganha-se presença. ... Só a prática criadora, comportando relações de criação, tem uma tal potência, contém o sentido da obra.” (Henri Lefebvre)

No bairro Dom Cabral inscrevem-se práticas e sonhos: os daqueles que pretenderam dar solução ao problema das favelas; também daqueles que pretendiam transformar a cidade em uma nova Jerusalém. Na busca da concretização destes propósitos, havia que se dar forma e matéria ao sonho. E, mais uma vez, novos sonhos se inscrevem. Arquitetos e urbanistas projetam o bairro, sonhando com um modelo de bairro popular. E, em direção a este, homens e mulheres, em Belo Horizonte, quiseram realizar seu sonho da casa própria. Do contato nem sempre harmonioso entre estes projetos vai se construindo o Dom Cabral, síntese de projetos, sonhos e ações.

Planejadas as ações do Estado, concretizada a venda do terreno, elaborado o projeto do bairro, a construção do Dom Cabral tem início em 1964. Ao final do ano seguinte, seus primeiros moradores começam a chegar. Encontram espaços demarcados, espaços pensados dentro de um projeto urbanístico que pretende definir o que deve ser o lugar de morar das classes populares. No entanto, este projeto não se efetivou por completo, deixando, assim, lacunas a serem preenchidas. Mais ainda, ao residirem e agirem neste espaço, os moradores o redefinem, atribuem outros significados ao espaço pensado, alteram seu projeto, criam um lugar. Sobre o plano, homens e mulheres agem. E, ao fazerem assim, colocam-se como sujeitos do processo de formação deste lugar da cidade.

Na condição de sujeitos, os moradores do Dom Cabral, acabam por torná-lo não um espaço amorfo, concretização do planejamento, mas um espaço poetizado, re-fabricado, re-significado. Esta apropriação do espaço dá-se, de um lado, no próprio cotidiano daqueles que o habitam. Desta maneira, o bairro é *“esta porção do espaço público em geral (anônimo, de todo o mundo) em que se insinua pouco a pouco um espaço privado*

particularizado pelo fato do uso quase cotidiano desse espaço.” (MAYOL, 1996: 40. Grifos do autor.)

Por outro lado, o cotidiano dos moradores do Dom Cabral é marcado pela luta. Ao chegarem para habitar esse espaço, encontram-no incompleto, deficiente de serviços e equipamentos. Partem, assim, para conquistá-los, organizando-se em uma associação que empreende, ao longo de mais de uma década, uma incansável batalha para reconfigurar o bairro, tornando-o o lugar desejado para morar.

Desta maneira, os moradores do Dom Cabral vão se apropriando do bairro, inscrevendo neste espaço seus hábitos cotidianos, as marcas de suas ações, projeções e lutas. Assim, vão transformando o espaço em **lugar**.

Este capítulo propõe a ir em busca da concretização do bairro, do processo de sua materialização, procurando perceber, no movimento de dar forma aos sonhos, especialmente o papel assumido pelos moradores do bairro na edificação de seu lugar de morar. Para alcançar este objetivo, são utilizadas, fundamentalmente, duas fontes documentais. Uma delas constitui o jornal *Marco*, jornal-laboratório do curso de Jornalismo da Universidade Católica que, a partir de 1972, seguindo a proposta de fazer um jornalismo comunitário, registra em suas páginas os problemas, reivindicações e o cotidiano dos moradores do bairro. Nas páginas do *Marco*, encontram-se, ainda, os registros das “falas” dos moradores, especialmente inscritas nas correspondências e demais materiais (desenhos, poesias, etc.) que enviavam ao jornal.

Ao mesmo tempo, na busca da experiência dos moradores, são utilizadas fontes orais, formadas pelos depoimentos dos primeiros moradores do bairro e que ainda lá residem, como também dos párocos que atuaram no lugar.

A utilização dos registros orais pelos historiadores, apesar de bastante praticada na produção contemporânea, não é atitude consensualmente aceita pelo universo dos pesquisadores da história. Muitos, com um forte apego à objetividade que julgam presente na fonte escrita, acabam desacreditando a utilização da fonte oral por ser esta permeada de subjetividade, afetividade. Mesmo aqueles que defendem o uso da fonte oral na pesquisa histórica alertam para o fato de que desta não se extrai o passado, na sua objetividade, tal como aconteceu. A fonte oral é uma memória e, portanto, um relato emotivo e seletivo do passado. A memória é, assim, reflexão sobre o passado,

“(…) uma forma de ação, uma ação representativa, parte da atividade auto-representativa que uma sociedade, grupo ou indivíduo produzem de si,

para assumirem e defenderem sua identidade e para orientarem sua ação individual ou coletiva.” (GUARINELLO, 1994: 188)

Acentuando o caráter essencialmente memória da fonte oral, alguns historiadores vêm seu uso como pertencente a campo específico do saber histórico, o campo da História Oral. Há aqueles que, ainda, dispensam à fonte oral um tratamento especial, diverso de outras fontes, buscando ver os testemunhos recolhidos a partir das lentes da psicanálise ou da lingüística. Sem negar a importância e validade destes procedimentos, contudo, não é esta a perspectiva que aqui será dada à fonte oral.

A opção feita, neste trabalho, do uso da fonte oral é de tomá-la, sem perder de vista sua subjetividade e seletividade (inerente a qualquer fonte histórica), como uma entre outras possibilidades de registro do passado. Assim, não se pretende uma inserção em um campo disciplinar específico, o da História Oral, mas o uso da fonte oral na investigação do passado. *“Trata-se, portanto, de incorporar tais fontes orais como uma fonte documental a mais.”* (ALCÀZAR E GARRIDO, 1993: 34)

Assumir tal perspectiva não significa eliminar as peculiaridades da fonte oral. Neste aspecto, a fonte oral diferencia-se de outros suportes de memória, antes de mais nada, pelo fato de ser o historiador agente ativo de sua constituição. Ao escolher a quem irá entrevistar, ao elaborar o roteiro de entrevista, ao fazer transcrições e edições dos depoimentos, o historiador está, também, construindo sua própria fonte de pesquisa, sem que com isto se queira dizer que ele está inventando o passado. Na produção da fonte oral há uma interação entre entrevistador e entrevistado, e assim, no depoimento oral *“fala-se de uma outra época através da intermediação do tempo vivido do entrevistador e do tempo presente entre ambos, entrevistado e entrevistador.”* (NEVES, 1993: 96)

Outra peculiaridade da fonte oral, e talvez a sua maior riqueza, está no fato de que, além de ser um registro de memória do entrevistado, ela é também um registro de informações que só se encontram nas lembranças dos homens. *“Há verdades que são gravadas nas memórias das pessoas mais velhas e em mais nenhum lugar; eventos do passado que só eles podem explicar-nos, vistas sumidas que só eles podem lembrar.”* (SAMUEL, 1989-90: 228)

Nesta perspectiva, a fonte oral é de enorme aplicabilidade no estudo das massas anônimas, daqueles que não deixam registros escritos sobre seu próprio passado, ou os que não têm seus registros preservados. Contra uma tradição historiográfica centrada no uso exclusivo da fonte escrita, e muitas vezes sob a perspectiva dos agentes de poder que construíram e preservaram tais fontes, os historiadores que usam a fonte oral abrem espaço

para outros protagonistas da história. Assim, a fonte oral permite recuperar outras experiências históricas na perspectiva daqueles que a viveram. Em síntese

“(...) o uso das fontes orais permite não apenas incorporar indivíduos ou coletividades até agora marginalizados ou pouco representados nos documentos arquivísticos mas também facilita o estudo de atos e situações que a racionalidade de um momento histórico concreto impede que apareçam nos documentos escritos. Assim, portanto, as fontes orais possibilitam incorporar não apenas indivíduos à construção do discurso do historiador, mas nos permite conhecer e compreender situações insuficientemente estudadas até agora.” (ALCÁZAR E GARRIDO, 1993: 36)

Um dos campos de investigação em que tem se mostrado fértil a utilização dos registros orais é o relacionado à história das cidades. Neste campo, o recurso à memória dos homens e mulheres que nela habitaram permite abrir outra visão sobre o próprio urbano, indo além das ações e estratégias implementadas pelos administradores e urbanistas. Sobre estes, os documentos escritos deixaram suas iniciativas inscritas e conservadas. No entanto, para além desta cidade, há outra, aquela vivida por seus próprios moradores, elementos anônimos, mas que reescrevem incessantemente a escrita urbana. O lugar em que se encontram estes registros é, fundamentalmente, na memória. Desta forma, o uso da fonte oral, nos estudos sobre o urbano abre a oportunidade de *“resgatar as estéticas excluídas, anônimas, para além dos grandes planejadores, das grandes propostas estéticas de cidade.” (SILVA, 1993: 57)*

Tal é o propósito do uso da fonte oral neste trabalho. Nela busca-se informações de acontecimentos, experiências e emoções que não se encontram em nenhum outro registro. A memória dos moradores possibilita a obtenção de informações sobre o seu cotidiano, seus encontros, as dificuldades compartilhadas e a formação de laços de solidariedade que tornaram possível sua ação conjunta na busca de soluções para os problemas comuns. Nas lembranças dos moradores do Dom Cabral busca-se o processo de instituição do bairro. Este foi construído a partir de um planejamento urbanístico que, no entanto, se modificou a partir das práticas cotidianas daqueles que o habitam. Interessa, pois, compreender o plano dos seus empreendedores, a forma de sua concretização, e as mudanças que foram se operando em função das práticas daqueles que habitam o bairro.

O Dom Cabral como um plano

O projeto do bairro Dom Cabral é arrojado. Inicialmente por suas dimensões. A área para o qual foi pensado totalizaria 300 (trezentos) mil metros quadrados. Neste terreno é planejada a edificação de mil casas unifamiliares, constituindo-se, desta maneira, em um grande projeto habitacional. Além disto, sua concepção urbanística é inovadora no que diz respeito aos programas de habitação popular em Belo Horizonte.

O bairro, a ser construído em uma colina com grande declividade, tem um traçado que procura respeitar e incorporar os elementos naturais do terreno. Seus limites são dados por duas avenidas: na parte superior a Avenida 31 de março (lembrança necessária ao episódio de 1964 que o governador Magalhães Pinto apoiou), e no limite inferior a Avenida Delta (hoje denominada Vereador Cícero Idelfonso continuando como Santa Matilde). No interior do bairro, existem poucas ruas, e a maior delas, a rua Imbiaçá, segue, em traçado sinuoso, a topografia do próprio terreno, circundando toda a área interna do bairro. Predominam, entretanto, as alamedas, vias estreitas destinadas exclusivamente ao trânsito de pedestres. Há, então, uma nítida separação entre as vias para trânsito de automóveis e trânsito local de pedestres. (Ver Figura 2, p. 85)

Terminando em *cul-de-sac*, quatorze alamedas desembocam em uma ampla área no centro do bairro destinada a ser o centro comunitário do Dom Cabral. Lá estava prevista a construção de três templos religiosos (católico, batista e evangélico), equipamentos coletivos de lazer (cinema, praça de esportes, centro social), um grupo escolar, um centro comercial, posto de saúde e um edifício para a administração do local. Todas as edificações manteriam uma boa distância entre si, com os espaços livres ocupados por gramados e jardins. (Ver figura 3, p. 86)

Quanto às unidades residenciais, o plano inicial previa a construção de 1.000 (mil) casas unifamiliares, em terrenos de 200 metros quadrados. As casas seguiriam quatro modelos, podendo ter de um a três quartos, tendo um núcleo básico constituído de cozinha, banheiro e sala. A menor casa (Tipo A) teria um total aproximado de 20 (vinte) metros quadrados de área construída, e a maior (Tipo D) aproximadamente 50 (cinquenta) metros quadrados. Mesmo as casas menores poderiam ir sofrendo progressiva expansão, e à medida do crescimento familiar, ir aumentando o número de quartos, até alcançar o modelo da casa Tipo D (Ver figura 4, p. 87). Outra diferença entre as residências era a do seu acabamento, que variava de acordo com a capacidade de pagamento de seu comprador: piso de taco ou cimento, cobertura de laje ou telha. (Ver Figura 5, p. 88)

Figura 2 – Planta do Bairro Dom Cabral

Figura 3 – Projeto do Centro Comunitário do Bairro Dom Cabral

Figura 4 – Tipos de casas populares

Figura 5 – Casas do Bairro Dom Cabral

Este curioso plano urbanístico foi elaborado pelos arquitetos e urbanistas do Departamento de Casas para o Povo, da Caixa Econômica Estadual. Dado o processo de liquidação desta instituição financeira, a documentação do referido departamento não foi localizada. Por isto, não se tem exata clareza dos princípios teóricos do urbanismo que se encontram expressos no plano do Dom Cabral. Entretanto, pelo confronto das principais propostas urbanísticas, especialmente aquelas que mais diretamente influenciaram o planejamento urbano no Brasil, com os elementos mais evidentes do plano do bairro, pode-se inferir a concepção de habitação popular que norteou o projeto deste bairro.

Certamente, um dos elementos que influenciou na definição do projeto do bairro foi o intercâmbio entre os urbanistas e arquitetos vinculados ao programa habitacional do governo Magalhães Pinto, com técnicos, engenheiros e arquitetos norte-americanos. Este intercâmbio ocorre em função da estratégia norte-americana da Aliança Para o Progresso, da qual se aproxima o governo de Minas Gerais, como foi visto no capítulo 2. No que se refere ao bairro Dom Cabral é consensual entre os moradores mais antigos a versão de que o bairro teria sido construído com verbas da Aliança Para o Progresso. Esta situação é tida por dona Ida como o que facilitou a aquisição de sua casa no bairro:

“Como o meu marido era mecânico industrial em uma companhia americana, ficou mais fácil adquirir esta casa, já que, na época, os Estados Unidos emprestaram dinheiro para o Brasil para a construção das casas.”

(Depoimento de Ida dos Santos Oliveira, em 20/04/1999)

No entanto, não há outros indícios que permitam conclusões mais seguras sobre o grau de ação e interferência das instituições do governo norte-americano na definição do planejamento do bairro. Para se compreender qual a concepção de habitação popular presente no plano do Dom Cabral, outros caminhos devem ser percorridos.

Importante é, neste sentido, inserir o plano do Dom Cabral em ações de planejamento e construção de bairros populares em curso no Brasil entre as décadas de 1940 e 1960, iniciativas que antecedem ao domínio do modelo dos conjuntos construídos pelo BNH. No exame da bibliografia pertinente ao tema da política habitacional brasileira, para o período focado, ressalta-se a quase total inexistência de análises que privilegiem os aspectos urbanísticos e arquitetônicos dos programas habitacionais, pois se dá maior importância às questões de natureza econômica, social e política. Exceção é, neste respeito, a instigante análise feita por BONDUKI (1998), que busca, a partir do estudo dos mais importantes conjuntos construídos pelos IAPs, perceber a concepção urbanística neles subjacente. Para este autor, no período localizado entre as décadas de 1940 e 1950, no

Brasil, há um grande número de projetos e obras que abordam o problema da habitação social dentro dos princípios da arquitetura e do urbanismo modernos. Tais projetos são resultados de um processo de reflexão e produção coletivas, que tem início na década de 1930, influenciado pelo debate internacional e pelas realizações da social-democracia europeia no período entre guerras.

Na Europa, na década de 1920, em momento marcado pela destruição fruto da Primeira Guerra e pelo avanço da utopia socialista, a proposta da arquitetura e do urbanismo modernos pretendia, mais do que estratégias meramente construtivas, intervir na construção do ambiente a fim de transformar a sociedade. Arquitetura e urbanismo são vistos, assim, como poderosos instrumentos de reconstrução social. Na produção em larga escala de moradias para os trabalhadores

“A busca e investigação de desenhos e projetos capazes de simplificar os processos construtivos – com a incorporação de tecnologias inovadoras, a eliminação de ornamentos, a racionalização do traçado urbanístico e a uniformização de unidades e blocos – não visavam tanto resultados formais e sim a produção em massa de moradias para atender a imensa demanda nas cidades industriais e responder aos anseios dos trabalhadores organizados por melhores condições de vida.” (BONDUKI 1998: 137)

Portanto, a maior parte dos projetos europeus de habitação popular buscava compatibilizar “economia, prática, técnica e estética” com a viabilidade financeira dos mesmos. Desta forma, objetivava-se garantir qualidade arquitetônica e urbanística à habitação dos setores sociais mais pobres. Havia, igualmente, uma nova concepção moderna do modo de morar, com a valorização de uma sociabilidade coletiva e do espaço público.

No entanto, enquanto na Europa a vanguarda da arquitetura moderna está, em boa parte, ligada aos ideais socialistas, no Brasil ela se associou ao desenvolvimentismo. Desta forma, ao serem encampadas no Brasil, estas idéias concretizam-se de forma limitada. *“Houve, assim, uma incorporação apenas parcial dos princípios da arquitetura moderna, perdendo-se os generosos e desafiadores horizontes sociais”* (BONDUKI 1998: 134), levando a um empobrecimento progressivo, em termos arquitetônicos e urbanísticos, dos projetos habitacionais. Ao mesmo tempo, como foi visto no capítulo 2, em sintonia com o modelo nacional-desenvolvimentista, comungava-se com o movimento moderno da proposição de que a habitação social adequada é caminho para modificar-se os padrões “tradicionais” do modo de vida dos trabalhadores, introduzindo novos hábitos e

comportamentos modernos. Desta maneira, pretende-se, pelo planejamento racional do espaço, romper com os valores e atitudes arcaicos dos trabalhadores, fruto de sua origem rural, integrando-o ao Brasil moderno. Nos anos 50, este pensamento é confirmado pela produção isebiana, que passa, inclusive, a associar o moderno ao nacional, colocando o primeiro como condição e garantia para o segundo. A cidade moderna (tendo Brasília como sua mais perfeita síntese) emerge, neste contexto, como essencial para a formação do ideal nacional, pois

“A generalização dos modos de convivência urbana romperiam com o ‘localismo’ incrustado no cotidiano dos pequenos povoamentos, impondo o desenvolvimento de uma percepção social identificada com o nacionalismo, já que constituída dentro de uma escala mais ampla.” (DINIZ FILHO e BESSA, 1991: 109)

Dentro destes pressupostos, a maior parte dos projetos de habitação popular elaborados no Brasil, entre as décadas de 1940 e 1950, procurava romper com o padrão das moradias unifamiliares, projetando blocos de edifícios acompanhados de equipamentos coletivos, portadores de um novo modo de morar que rompe com os hábitos “atrasados” que os trabalhadores trazem do meio rural. Este novo modelo, preocupado com o barateamento da construção através da sua racionalização e verticalização, fazendo a opção pelos blocos multifamiliares, pretendendo criar um núcleo urbano dotado de equipamentos comunitários além da habitação, foi a opção particularmente adotada nas iniciativas habitacionais dos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs).

“Caracterizava-se nesses núcleos o ideal de proteção e controle do trabalhador, com a criação de um espaço totalizador, onde o tempo livre era ocupado em atividades educacionais e recreativas controladas pelo Estado que, ademais, era o locador das moradias. A Imagem paternalista do Estado atingia o seu ápice.” (BONDUKI 1998: 165-166)

Em Belo Horizonte, o modelo mais acabado desta proposta é o Conjunto Residencial da Lagoinha, construído pelo IAPI, na década de 40.

Apesar de ter dominado, nas iniciativas dos IAPs, o modelo dos grandes blocos multifamiliares, alguns projetos destes institutos pretenderam seguir o modelo da Cidade Jardim. Conforme BONDUKI (1998), são exemplos, neste aspecto, o Conjunto Passo de Areia em Porto Alegre e a Cidade Jardim dos Comerciantes, em Olaria (RJ) Tal parece ter sido, igualmente, a proposta do bairro Dom Cabral.

O modelo das Cidades Jardins é formulado, ao final do século XIX, por Ebenezer Howard, sendo divulgado e consagrado em todo mundo com a edição de sua obra *Cidades Jardins do Amanhã* (1902). Pensando em uma solução que contemplasse, simultaneamente, o problema do crescimento descontrolado das cidades britânicas e o das precárias condições de vida dos trabalhadores ingleses, Howard idealiza a Cidade Jardim, núcleo urbano onde se combinaria o melhor da cidade e do campo, criando-se um novo complexo, a cidade-campo (HALL, 1995). A concretização adaptada desta proposta se dá a partir dos projetos de Raymond Unwin e Barry Parker, que procuram unir boa arquitetura e bom uso do espaço, reduzindo o espaço destinado às ruas e aumentando as áreas destinadas a jardins e espaços livres. Tal concepção (como cidade jardim ou como subúrbio jardim) se espalha na Europa, entre as décadas de 1910 e 1930, sendo encampada em alguns países em programas de habitação populares.

Também nos Estados Unidos, a Fundação Regional *Planning Association of New York* promove, a partir de 1909, uma série de estudos e projetos sobre moradias de baixo custo, em forte sintonia com o ideário das Cidades Jardins. Nestas iniciativas, consolida-se o princípio moderno de unidades de vizinhança, com o planejamento de núcleos urbanos dotados de equipamentos coletivos no interior das quadras e acolhedores parques que propiciam lazer e conduzem os moradores, livres do trânsito de automóveis, ao playground, ao centro comunitário, à administração e às lojas. Há, assim, nestes núcleos, nítida separação entre trânsito de veículos e trânsito de pedestres. A aplicação mais completa desta proposta encontra-se no plano de Radburn, construído em 1928, nos Estados Unidos. (CIDADES Jardins, 1997)

No Brasil, a literatura sobre o urbanismo brasileiro dá ênfase à influência do ideal das Cidades Jardins no planejamento e construção de bairros para classes de renda alta e média. De fato, em São Paulo, vários bairros de elite são planejados sob esta inspiração, mas das idéias de Howard acabam preservando apenas o nome, que se torna, inclusive, um atrativo mercadológico para esses empreendimentos imobiliários. Em Belo Horizonte, o bairro da Cidade Jardim, planejado em 1937/38, de uso exclusivamente residencial, e orientado para setores de alto poder aquisitivo, mantém das Cidades Jardins de Howard apenas a preocupação com os espaços livres e verdes, demonstrado nas residências com amplo recuo frontal, cercadas por sebes vivas ou gradis.

Assim, pouco se ressalta da inspiração das Cidades Jardins em projetos, no Brasil, destinados à habitação popular. Nos casos em que tal perspectiva urbanística esteve presente, não ocorre a repetição e aplicação integral da proposta de Howard, mas sua adaptação às condições e interesses específicos presentes no momento da edificação dos

conjuntos. Assim, boa parte da utopia subjacente à proposta das Cidades Jardins desaparece, pois como ocorre com a maior parte das projeções urbanísticas

“sua implementação freqüentemente ocorreu em lugares, em circunstâncias e através de mecanismos muito diversos daqueles considerados pelos seus inventores de origem. Transplantadas no tempo e no espaço, bem como no meio sociopolítico, não é de admirar que produzissem resultados amiúde bizarros e, vez por outra, catastróficos.” (HALL, 1995: 4)

Desta forma, na aplicação da proposta das Cidades Jardins para conjuntos habitacionais populares, de toda a projeção utópica de uma nova forma de morar, integrando homem-natureza, campo-cidade, resta apenas uma pequena inspiração. Nos conjuntos projetados e edificados pelos IAPs, nesta perspectiva, fez-se a opção pelas residências horizontais. Apresentam, ainda, a destinação de amplas áreas livres para constituição de parques públicos. Observa-se também uma hierarquia no sistema viário, com o acesso às moradias dando-se por ruas de pedestres, com traçado orgânico.

Este padrão pode, igualmente, ser observado no Dom Cabral, com pequenas variações. Nesse bairro, ressalta-se, em primeiro lugar, o mesmo traçado orgânico das vias, adequando-se as curvas de nível do terreno. Em sintonia com os projetos de Cidades Jardins, no Dom Cabral observa-se nítida separação entre as vias para veículos (avenidas e ruas) e as de pedestre (alamedas). Estas, apenas destinadas ao trânsito local dos moradores, terminam em *cul-de-sac* na área central, deixando, assim, o acesso dos moradores aos equipamentos coletivos ali previstos completamente livre e isolado do trânsito de veículos. Também no Dom Cabral, o modelo de unidade de vizinhança está presente, pois no centro comunitário prevê-se a instalação de escola, comércio, cinema, igrejas, etc. Neste centro, pretendia-se romper com o isolamento familiar, com a sociabilidade privada, reforçando-se, simultaneamente, o lazer e sociabilidade “sadios” e a vida em comunidade. Neste aspecto, o bairro coteja a idéia do subúrbio-jardim, pois seus moradores somente se deslocariam para a cidade por motivos de trabalho.

Por fim, quanto às unidades residenciais, como já foi ressaltado, o padrão previsto é de moradias unifamiliares, construídas em terrenos demarcados e privativos. As casas seriam construídas com simplificação das formas arquitetônicas, visando o barateamento dos custos de sua edificação. Por ocuparem, no máximo 1/3 (um terço) do terreno, havia a possibilidade da expansão da residência à medida do crescimento familiar. Esta concepção da moradia popular, certamente atendia às expectativas da Igreja. Como já foi abordado no capítulo anterior, na visão desta instituição católica, a crise habitacional coloca em sério

risco a família, pois os casebres e cômodos geram promiscuidade e redução da natalidade. Para a Igreja, há uma associação indissolúvel entre moradia e família, já que essa só poderia concretizar-se em condições físicas adequadas, ou seja, em uma casa. (BONDUKI, 1998). No Dom Cabral, a família de baixa renda teria condições adequadas para estruturar um lar, estando também garantido o seu crescimento numérico, bem ao gosto dos padrões católicos.

Desta forma, observa-se que os planejadores do Dom Cabral pretendiam mais do que a edificação de um bairro popular. Buscavam um conceito de morar, conceito recheado de referências ao moderno, mas igualmente cioso de elementos de permanência e tradição. Do moderno, a crença de que o espaço molda os comportamentos, fabrica um novo homem, adequado ao “novo” Brasil. Também a preocupação com os espaços livres, a sociabilidade coletiva. Entretanto, um novo homem que não abandona sua mais fiel tradição: a família. No Dom Cabral pretende-se confirmar a “vocação” atribuída à Belo Horizonte, desde a fundação da cidade: a de conciliar modernidade e tradição. (PIMENTEL, 1993) Conciliação que, como se viu no capítulo 2, também era defendida por Magalhães Pinto.

A Favela de Magalhães Pinto

Com a definição do projeto, ainda no primeiro semestre de 1964, a Caixa Econômica Estadual abre as inscrições dos interessados em adquirir sua casa no bairro Dom Cabral. Esta notícia divulga-se, principalmente, por meios informais, como é característico dos planos habitacionais do período: *“Os editais de divulgação tinham alcance restrito, com a maioria dos candidatos tomando conhecimento através de parentes, amigos, vizinhos e outras fontes informais”*. (AZEVEDO e ANDRADE, 1982:28)

Tal padrão confirma-se nos depoimentos dos primeiros moradores do Dom Cabral. Situações como a narrada abaixo são recorrentes, sempre atribuindo a um sujeito indeterminado a fonte originária da notícia do bairro:

“O meu cunhado tinha um lote num bairro aí, então contaram para ele que a Caixa Econômica ia construir um bairro popular e quem já tivesse lote a Caixa construiria no lote da pessoa. Ele foi até a Caixa pegar informações e soube que iriam construir o bairro. Como eu morava de aluguel e o meu

cunhado também, eles informaram que podíamos candidatar ao bairro Dom Cabral. Fomos à Caixa e fizemos a inscrição, isso em 1964, um ano antes do bairro.” (Depoimento de Marcos de Castro Borges, em 28/04/1999)

Em virtude da enorme carência habitacional na cidade, aliada ao sonho compartilhado por muitos de possuir casa própria, uma longa fila se forma no dia da abertura das inscrições. *“Tinha gente que não podia contar. Era gente demais para fazer inscrição para essas 900 casas. Eu fui a 25ª ou 26ª, eu acho, que fez a inscrição.”* (Depoimento de Neli Soares Souto, em 10/04/1999)

Devido à enorme demanda, em um único dia já se encerram as inscrições: *“Dormíamos na fila, pois era muita gente e tinham apenas mil casas. O meu marido ficou a noite inteira na fila e nós fomos os últimos a serem atendidos, às 17 horas.”* (Depoimento de Ida dos Santos C. Oliveira, em 20/04/1999)

No ato de inscrição, é exigido dos postulantes à casa própria em depósito inicial no valor de Cr\$ 1.200,00 na Conta Habitacional da Caixa. Exigia-se, ainda, comprovação de renda e informações sócio-econômicas: *“A Caixa Econômica tem disso: você tem isso, você trabalha, você faz aquilo.”* (Depoimento de Neli S. Souto) Nada foi apresentado aos candidatos, nem mesmo o projeto do bairro e das casas, ou os critérios de seleção dos candidatos. A Caixa reserva para si a prerrogativa de fazer todas estas definições, incluindo aí, caso fosse selecionado o candidato, o tipo e a localização de sua residência. Os postulantes à casa própria parecem não se importar com esta situação, dado o seu enorme desejo de “sair do aluguel”. Revelador é, neste sentido, a posição de Dona Ida: *“Era só a inscrição. E o que viesse a gente nem ligava. (...) Era só porque queríamos a casa própria.”* (Depoimento de Ida Oliveira)

Percebe-se, com esta situação, que a casa própria é a grande aspiração do trabalhador, não se medindo condições e sacrifícios para alcançá-la. Antes de um “valor pequeno burguês” imposto pela ideologia dominante (como quis crer certa literatura de fortes contornos marxistas), é a garantia, mesmo que ilusória, de um futuro tranquilo, *“refúgio seguro contra as incertezas que o mercado de trabalho e as condições da vida urbana reservam ao trabalhador que envelhece.”* (BONDUKI, 1998: 310). A propriedade da própria moradia é buscada arduamente, uma vez que *“como é da gente, então, a gente vai até o extremo. Sendo da gente, a gente vai até o extremo.”* (Depoimento de Jacques Fernandes dos Santos, em 10/11/1995)

Além dos critérios oficialmente definidos no programa habitacional do governo estadual (descritos no capítulo 2), a seleção dos candidatos parece ter levando em

consideração o vínculo funcional com o poder público estadual. Assim, boa parte dos selecionados, e posteriormente moradores do Dom Cabral, compõe-se de funcionários públicos estaduais, civis e militares, em funções hierarquicamente inferiores no serviço público. A todos os selecionados, passados aproximadamente três meses da inscrição, a Caixa envia uma carta, avisando de sua escolha, das novas exigências requeridas (uma poupança de um ano, com valores mensais pré-fixados, na Conta Imobiliária daquela instituição bancária) e convidando a todos à solenidade de lançamento da pedra fundamental do bairro.

Para muitos que compareceram a esta cerimônia solene, que contou com a presença do governador Magalhães Pinto e do presidente da Caixa Estadual Nylton Moreira Veloso, é a primeira vez que se dirigiam à região onde seria erguido o bairro. É então que conheceram o local onde passariam a morar.

Durante a construção do bairro, alguns fatos novos impedem a concretização integral de seu projeto. Em primeiro lugar, nos terrenos vizinhos ao Seminário, há uma invasão de terras, ao final do ano de 1964, em área de propriedade da empresa Faial. Após sentença judicial que garantia à empresa a reintegração de posse, foi feito um acordo com os invasores pelo qual é cedida uma área até então pertencente ao Seminário e outra prevista para o bairro Dom Cabral, para que se instalassem definitivamente. Destas circunstâncias, surge a Vila 31 de Março, que acaba por limitar o número de casas planejadas para o Dom Cabral: das 1.000 previstas, foram construídas 926 residências. A rua Imbiaçá não tem todo seu trajeto concluído, fazendo com que as alamedas à esquerda da praça não tenham saída por esta via.

Mais importante é, não obstante, a inauguração, logo após do golpe de 1964, de um novo projeto de política habitacional, tendo como base o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, o Banco Nacional de Habitação e o Plano Nacional de Habitação, todos de 1964. No topo do sistema está o BNH⁶, que passa a centralizar toda a política habitacional do país.

“Ao contrário das soluções anteriores, onde a ação do Estado era atomizada, a cargo de numerosas instituições – caixas econômicas, institutos e Fundação da Casa Popular – o Plano Nacional de Habitação institui um centro decisório unificado, com normas e políticas padronizadas.”
(AZEVEDO e ANDRADE, 1982: p.64)

⁶ A criação do Banco Nacional de Habitação dá-se pela Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964.

A partir de então, há a centralização e monopolização de recursos e decisões de política habitacional, com a imposição do desenho dos projetos, modalidades de financiamento e formas de distribuição das unidades. Apesar de ter dado prioridade nos primeiros meses de sua existência à questão da captação de recursos necessários ao funcionamento do novo sistema proposto (SILVA, 1989), a nova política habitacional abortava, em seu nascimento, o programa do governo Magalhães Pinto, projetado para ser executado a curto e médio prazo. A experiência-piloto do Dom Cabral torna-se, assim, única. Talvez o último exemplo, no estado, de um bairro popular que os conjuntos habitacionais monótonos e padronizados do BNH vieram sepultar.

Desta forma, o governo Magalhães Pinto, estando em término de mandato, sendo novo o quadro político nacional, e vendo frustradas suas expectativas de uma política habitacional mais duradoura e que marcasse seu período de governo, abandona o projeto do Dom Cabral. O bairro é dado como concluído ao final do ano de 1965, sendo as primeiras chaves das casas entregues aos moradores em dezembro deste ano. Pouco do que havia sido planejado é, de fato, construído.

Ávidos para saírem do aluguel, lentamente, os mutuários da Caixa Econômica iniciam sua transferência para o bairro. Os primeiros moradores instalam-se em suas residências em condições precárias: a luz demora a ser ligada, a rede de abastecimento de água não estava ainda concluída. O abastecimento de água é, então, garantido por alguns poços artesianos, insuficientes para garantir a satisfação da demanda. É construída uma grande caixa d'água para servir as casas, mas mesmo assim, a falta de água era uma constante. A captação de água fluvial é quase inexistente, tornando as vias, em época de chuva, um verdadeiro lamaçal. As ruas e alamedas não estavam pavimentadas, os lotes não têm cercas ou muros que os delimitem. No centro social do bairro nada havia sido construído. A avenida Delta não havia sido aberta; lá permanece um córrego que se torna um esgoto a céu aberto. Não é criada, nos primeiros anos, uma linha de ônibus para servir ao bairro, obrigando os moradores a grandes deslocamentos a pé para, em outro bairro, terem acesso ao transporte coletivo. Toda esta situação é ressaltada em todos os depoimentos colhidos entre os moradores. Lembram-se que encontram o bairro *“sem luz, água escassa, muito buraco na rua, sem muro, muito esquisito. Parecia um curral e que soltou todo mundo lá dentro. Horrível”* (Depoimento de Ida Oliveira)

As condições do bairro são tão precárias que muitos passaram a se referir a ele como a *“favela do Magalhães Pinto”*. Um dos maiores problemas são as constantes faltas de água. *“Buscávamos água na Católica quando chovia e o poço sujava. Eles deram para a gente muita água. Lavávamos a roupa na água de chuva.”* (Depoimento de Neli Soares)

Souto) Deste período de privações, os moradores conservam um “monumento”: a antiga caixa d’água. Posteriormente, quando foi instalada a rede de abastecimento de água da Copasa, a Prefeitura cogitou em demolir esse reservatório, o que provoca a reação dos moradores.

“A caixa d’água já quiseram desmanchar e a gente brigou para que eles não desmanchassem, porque isso aqui é um marco para nós. (...) Além do ponto de referência, ela é um marco porque era ela o depósito de água do bairro. Qualquer problema todo mundo ficava em volta da caixa d’água.”
(Depoimento de José Ephigênio de Paula, em 29/11/1995)

Para os primeiros moradores, ela é parte de seu patrimônio:

“Eu estou batalhando pela reforma da caixa d’água, pois é um patrimônio nosso. Falei com a Prefeitura que nós, moradores, não queremos que desmanchem a caixa e sim que arrumem, pintem (...).” (Depoimento de Ida dos S. C. Oliveira)

Pode-se perceber que a caixa d’água constitui em suporte da memória dos primeiros anos do bairro, de lembrança das dificuldades vividas que os moradores querem preservar (Ver Figura 6, p. 99). Desta forma, é exemplo, no bairro, do que Pierre Nora denomina “lugares de memória”, restos do passado cuja razão de ser “*é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, bloquear a morte, materializar o imaterial para (...) prender um máximo de sentido num mínimo de sinais.*” (NORA, 1993: 22)

Mesmo neste período de condições muito precárias, não obstante, os moradores continuam a alimentar um sonho. Este não se limita mais ao acesso à casa própria, mas também se dirige a um direito maior: o de condições dignas de habitabilidade. É o que se expressa em uma marchinha de carnaval, de autoria de Marcos de Castro, um dos “pioneiros” do bairro, composta logo que se mudou para o local:

“Pioneiro em Dom Cabral”

*Ser pioneiro em Dom Cabral
É legal, é legal.
Não temos medo da poeira.
E a escuridão já foi problema.
Pois muito em breve tu serás
O melhor bairro da capital.”*

(Marco, Ano IV, nº 18, maio 1975, p. 12)

Figura 6 – A Caixa D' Água: lugar da memória

A construção do sujeito coletivo

Diante de tanta carência, os “pioneiros” do Dom Cabral iniciam a via *crucis* em direção aos órgãos públicos, em um primeiro momento para solicitar a ligação de energia e de água em suas residências. Estas primeiras iniciativas ainda se dão de forma individual, cada qual procurando garantir para si os serviços prometidos. Entretanto, com apenas quatro anos, em média, de residência no bairro, os moradores já constituem o Conselho da Comunidade do Dom Cabral, fundado em 1970, entidade que encampa e coordena suas iniciativas na luta pela melhoria das condições urbanas do bairro.

A carência, por si só, não é motivo suficiente para ensejar ações de reivindicação coletiva. Em boa parte da literatura sobre os movimentos reivindicatórios de moradores nas cidades – classificados, via de regra, como movimentos sociais urbanos – observa-se uma relação quase mecânica entre a carência, de um lado, e a mobilização e reivindicação, de outro. Tal perspectiva acabou por se constituir em um verdadeiro paradigma de análise entre os intelectuais brasileiros, ao final da década de 1970.

Neste contexto histórico, no Brasil, observa-se a emergência de inúmeros movimentos de reivindicação, especialmente no ambiente urbano, com destaque para a proliferação de associações de moradores de bairros e favelas. Dado o quadro mais geral da política brasileira, em momento de crise do Estado autoritário instalado em 1964, boa parte da intelectualidade brasileira passa a “fazer suas apostas” nos movimentos sociais urbanos enquanto novas experiências carregadas de potencial transformador do quadro político e das estruturas capitalistas no Brasil.

“(...) os movimentos urbanos passaram a ser vistos, num primeiro momento, enquanto agentes que poderiam desencadear confrontos sociais de grande envergadura, ao ponto de imprimir à engrenagem da história uma radicalidade sem precedentes. Amordaçada a classe operária e estraçalhados os seus sindicatos, sobravam os bairros populares que aglutinavam os moradores excluídos dos benefícios urbanos essenciais: cabia-lhes – nada mais, nada menos – realizar as transformações que o proletariado não havia conseguido. Reproduziu-se, assim, o velho esquema interpretativo que moldava as classes sociais em função de um porvir pré-estabelecido.”
(KOWARICK, 1984:7)

O referencial teórico buscado por estes analistas é de forte contorno marxista, especialmente as obras de Manuel Castells, Jean Lojkine, Jordi Borja e Cristian Topalov. Uma abordagem marxista, via de regra, de forte viés economicista, uma vez que se explica a emergência dos movimentos sociais urbanos às contradições do capitalismo em sua fase monopolista, e às suas características específicas em uma área periférica como o Brasil. Nesta perspectiva, a dinâmica da acumulação capitalista no Brasil gera um conjunto de exclusões que deteriora as condições de vida nas cidades, uma vez que, ao lado da exploração do trabalho na esfera da produção, o Estado (compreendido a partir de seu caráter estrutural, ou seja, Estado capitalista) realiza vultosos investimentos em infraestrutura, drenando para as necessidades do capital os recursos que deveriam ser investidos na produção de bens e serviços necessários à reprodução da força de trabalho. Tal situação de exploração do trabalho e de carência e espoliação urbana força os trabalhadores a se organizarem para exigir do Estado mais e melhores serviços e equipamentos públicos.⁷ Em decorrência dessa perspectiva, os movimentos sociais urbanos são tidos como reflexos, no urbano, das contradições do modo de produção capitalista e da luta de classes. (GOHN, 1982) Completa-se, nesta matriz teórica, uma atitude otimista dos intelectuais que vêm nos movimentos sociais a vanguarda, naquele momento no Brasil, da luta pela redemocratização do Estado e das transformações estruturais. Uma vez que se avalia que os movimentos na esfera da produção estão desarticulados, é na esfera da reprodução que há a emergência de novos sujeitos coletivos, *“com decidida autonomia e independência, para varrer a cultura política autoritária, inclusive o Estado, e para transformar as relações de produção e de espoliação urbana.”* (DOIMO, 1995: 29)

No entanto, no momento mesmo de sua produção, tal “paradigma” de análise dos movimentos sociais urbanos passa a sofrer severas críticas. No bojo do questionamento das posturas macroestruturais de interpretação, e da abordagem economicista, passa-se a por em dúvida, principalmente nos anos 80, a correspondência mecânica e imediata entre pobreza e mobilização. Afirma-se, então, que *“não há fórmulas que, a priori, permitam realizar o salto entre as exclusões sócio-econômicas e a sua politização.”* (KOWARICK, 1983: 63)

Sem perder de vista as condições de exploração e pobreza, procura-se algo mais que enseje os movimentos reivindicatórios, uma vez que

⁷ Como exemplo de tal perspectiva interpretativa, ver SOMARRIBA, VALADARES e AFONSO. 1984. Também GOHN, 1985.

“Na verdade, é sempre possível relacionar os processos sociais concretos a características ‘estruturais’, só que esse procedimento não adiciona uma vírgula à compreensão do fenômeno. Apenas dá a aparência de segurança teórica, ao situar um caso particular num esquema interpretativo consagrado.” (SADER, 1988: 38)

Mais ainda, tem-se a avaliação de que as análises macroestruturais são incapazes de situar os agentes que atuam no espaço urbano como, de fato, sujeitos, uma vez que atrelam suas iniciativas às determinações de classe e da estrutura capitalista. Perde-se o homem concreto, na cidade concreta, assim como suas experiências específicas e os significados próprios que conferem à realidade mais geral compartilhada. Portanto,

“Quando (...) se tenta voltar às cidades com asfalto e concreto, ruas, edifícios, fábricas, lojas, equipamentos, infra-estrutura e gente usando tudo isso, o que é real tem que ser visto por lentes que o tornam fantasmagórico. Estranha inversão que sempre leva a territórios indeterminados.” (SANTOS, 1984: 107)

Na indeterminação da experiência histórica, parte-se para a busca dos processos capazes de gerar o *“participante esclarecido acerca dos lugares em que vive. Alguém capaz de, pensando nesses lugares, refletir um pouco sobre si mesmo e começar a decidir o que vale a pena conservar ou mudar dos dois.”* (SANTOS, 1984: 108)

Há, ainda, que se pensar aqueles aspectos da experiência que permitem conduzir o “participante esclarecido” a se unir a outros e a iniciar uma luta coletiva, um compromisso com a ação solidária. (DOIMO, 1995) Ou seja, compreender o que forja os laços de solidariedade e cria a percepção de uma identidade entre as várias pessoas que compartilham de experiências, em parte, comuns. Claro que o habitar em um mesmo lugar da cidade, enfrentar as condições concretas de carências que este lugar impõem, são elementos fundamentais para engendrar a solidariedade e luta coletivas. Muito embora isto não seja condição suficiente, uma vez que, diante deste campo comum, múltiplas são as experiências vividas, diversas são as posições assumidas. Em outras palavras, não basta compreender uma dada estrutura ou quadro geral para dele apreender o surgimento de um sujeito coletivo. É necessário ir em busca das formas pelas quais

“um conjunto de posições de sujeito (a nível de local de residência, aspectos institucionais, várias formas de subordinação cultural, racial e

sexual) tornaram-se pontos de conflito e mobilização política.” (LACLAU, 1986: 43)

Neste caminho, importa conhecer o significado dado pelos homens às suas condições de vida, de que maneira eles a politizaram, como elaboraram suas diferentes posições de forma a perceberem-se uma unidade, um sujeito coletivo. A dimensão simbólica é, pois, fundamental para se apreender como se forja uma idéia de identidade na diferença, e como a identidade leva os grupos a se verem e se constituírem como sujeitos.

Para os moradores do Dom Cabral, este processo está intimamente relacionado à religião católica. Foi a partir da experiência religiosa, que se introduziram elementos capazes de contribuir para a constituição dos laços de identidade e solidariedade entre os habitantes daquele bairro. Foi a partir da matriz discursiva introduzida pela Igreja, em tempos de renovação após o Vaticano II, que os moradores elaboram sua carência e a transformam em uma luta pelo direito. Assim, nas diferenças existentes entre os moradores, a religiosidade católica forja uma identidade simbólica e uma experiência de vida comunitária, elementos propulsores de uma atividade reivindicativa coletiva.

Antes mesmo da presença institucional da Igreja no bairro (a paróquia do Dom Cabral só é criada em 1967), é em função da religião que surge uma experiência coletiva entre os moradores. Os primeiros encontros começam a ocorrer para garantir ao bairro a realização de serviços religiosos, particularmente a realização de missas aos domingos. Acreditando estar a igreja planejada para ser construída na parte mais elevada da colina onde se localiza o centro comunitário, os moradores passaram a realizar, ali, a céu aberto, as missas dominicais, celebradas pelos padres da Casa de Retiro São José situada na região. É por sugestão do próprio padre-diretor desta Casa que os moradores acabam se dirigindo à Caixa Econômica, a fim de se informarem o local exato onde estava prevista a construção da igreja do bairro, para poderem realizar os cultos em lugar "adequado". Somente neste momento é que os moradores passam a ter conhecimento do projeto global do bairro, e especialmente, do que fora planejado para o centro comunitário.

Dado o caráter eventual e precário da presença da Igreja no bairro, os católicos se organizam para solicitar da Arquidiocese de Belo Horizonte a criação da paróquia do Dom Cabral. Em 1967, a Igreja atende à solicitação, criando a paróquia no bairro. O primeiro vigário indicado para o lugar é Padre Pedro de Souza Pinto, jovem sacerdote ordenado dois meses antes de assumir esta sua primeira paróquia.

A chegada de Padre Pedro ao Dom Cabral coincide com um período de grandes mudanças pelas quais a Igreja Católica após o Concílio Vaticano II (1962/65). De forma

mais geral, esse Concílio teve como resultado a ênfase na missão social da Igreja, sendo esta última definida como o “povo de Deus”. Isto significa que o acento da vida cristã recai não somente no clero, mas principalmente na participação ativa dos leigos, constituindo-se em uma comunidade atuante dentro da Igreja. Em Belo Horizonte, essa nova concepção produz uma mudança na forma de se conceber a autoridade eclesiástica: “da ‘autoridade-poder’ para a ‘autoridade-serviço’, da centralização decisória para a colegialidade.” (MATA, 1996: 207)

No Seminário do Coração Eucarístico de Jesus, em Belo Horizonte, onde Padre Pedro faz sua formação sacerdotal, são realizadas, a partir de 1966, uma série de transformações, visando adequar a formação do clero às novas atitudes requeridas pela Igreja pós-Concílio. A nova atitude buscada baseia-se na idéia de “comunidade”, palavra recorrente no documento *Um Seminário que busca viver o Concílio*, elaborado pela equipe sacerdotal do Seminário para ser um balanço das atividades desenvolvidas em 1966 e 1967. De acordo com este documento, na formação dos futuros sacerdotes, o Seminário se esforça em promover um “ideal comunitário onde cada um assume suas responsabilidades e aceita, interiormente, em consciência, a ordem estabelecida em vista do bem comum.” (UM SEMINÁRIO que procura viver o Concílio, 1967, p. 8) Esta “vivência comunitária” é justificada pela necessidade de

“formar padres que estejam engajados no mundo: sinais, no meio do mundo, de uma vida que não é a do mundo, mas pela qual o mundo anseia, em seus valores mais profundos e em suas aspirações mais sérias e universais.” (UM SEMINÁRIO que procura viver o Concílio, 1967, p. 8)

Padre Pedro avalia o impacto dessas transformações em sua formação sacerdotal:

“No decorrer de toda essa nossa formação, a gente ia numa visão de mundo que também estava se transformando, mudando as perspectivas sociais. Logo depois vem todo o problema inclusive da crise institucional. A gente já tinha uma mentalidade de um cristianismo que tinha um compromisso com o social.” (Depoimento de Padre Pedro)

O compromisso social com a paróquia revela-se, desde o início de sua atuação no Dom Cabral. Diante dos inúmeros problemas vividos pelos paroquianos, Padre Pedro engaja-se na constituição de uma comunidade no bairro e, ao mesmo tempo, na luta pela melhoria do bairro. Esta atitude do pároco é avaliada pela equipe sacerdotal do Seminário

como a “*busca de uma nova fórmula que possa ser uma resposta ao problema da assistência paroquial.*” (UM SEMINÁRIO que procura viver o Concílio, 1967, p. 9)

Formado sob o discurso da comunidade, Padre Pedro encontra um bairro onde a marca da coletividade, da identidade entre os moradores ainda era quase inexistente.

“Ninguém se conhecia. Engraçado que eles falam que o bairro Dom Cabral foi construído assim: puseram um tanto de família, sem se conhecer, tudo junto em um bairro só. A maioria dos bairros geralmente é assim: faz uma casa, depois outra, e as pessoas vão mudando. Aqui não, pois puseram 800 famílias de uma vez sem se conhecer.” (Depoimento de Marcos de Castro Borges)

Ao se defrontar com este quadro, Padre Pedro procura promover uma maior integração entre seus paroquianos, na busca da formação de uma comunidade:

“A prioridade era formar uma comunidade. Porque era o ponto mais desafiante de um bairro que se forma da noite para o dia é você criar uma comunidade, porque são pessoas vindas de diversos lugares que não se conhecem, quem sabe tenham até certa desconfiança um do outro. E você criar, para fazer com que aquilo ali se sentisse um todo, um bairro, era um desafio. Daí o sentido da gente unir, de fazer um batismo numa casa, de fazer alguma coisa sempre na rua para chamar o pessoal para se unir.” (Depoimento de Padre Pedro de Souza Pinto, em 13/04/1999)

O discurso da comunidade, da identidade, entra na vida dos moradores do Dom Cabral, com a força que a autoridade religiosa lhe confere. Não só por meio de sua pregação Padre Pedro esforça-se na criação de uma comunidade. Uma de suas primeiras iniciativas é reveladora desta preocupação: a construção da igreja no bairro. Apesar de já ter sido criada a paróquia, durante dois anos continua não existindo um templo católico no Dom Cabral. Os serviços religiosos, como as missas e batizados, são realizados ao ar livre, ou nas casas dos paroquianos. A partir de 1968, Padre Pedro lança a campanha de construção da igreja, solicitando o engajamento dos moradores. Barraquinhas, coleta de donativos em dinheiro e/ou material são feitas, ao longo de vários meses. Quando tem início a construção do templo, em julho daquele ano, os moradores colaboram também com o seu próprio trabalho, em regime de mutirão. A construção demora quatro anos. Lembra-se Padre Pedro:

"O pessoal pagava suas casas (...) e assim mesmo o povo arcava com toda a despesa da construção. Demorou. (...) Mutirões; o pessoal do próprio bairro que não podia dar o dinheiro dava o trabalho. As donas levavam comida para todo mundo na hora da alimentação. Ia chegando comida de todo lado para atender o pessoal." (Depoimento de Padre Pedro de Souza Pinto)

A construção da igreja é lembrada com grande orgulho pelos moradores:

"Nós construímos a igreja. Todo mundo dava um donativo para comprar cimento, madeira. Tinha um carnê e um procurador que vinha procurar a gente. E assim foi construída a igreja." (Depoimento de Nelly Soares Souto)

Desta forma, em torno da edificação do templo católico, os laços de conhecimento e solidariedade vão se afirmando no bairro.

Portanto, é por meio da presença da Igreja Católica que vai se construindo, simbólica e efetivamente, a comunidade do Dom Cabral, uma identidade coletiva instituída pelo diálogo entre as experiências de vida urbana compartilhadas entre os moradores e a apropriação de elementos do discurso católico.

A matriz discursiva da Igreja fornece, ainda, aos moradores, a possibilidade de resignificarem suas condições de vida. Nas décadas de 60 e 70, o clero católico assume, hegemonicamente, a crítica às injustiças sociais, especialmente após a II Conferência Geral do Episcopado latino-americano, realizado em Medellín, em 1969. O documento final de Medellín denuncia as estruturas sociais que geram profundas desigualdades, e chama a Igreja latino-americana para uma atuação mais decisiva nas transformações exigidas para uma vida mais humana. Nesta perspectiva, o religioso deve se engajar em trabalhos de base promovendo uma reflexão crítica junto à comunidade *"de modo que as privações vividas deixem de ser consideradas como fatalidades."* (SADER, 1988: 159) Assim, as carências passam a ser percebidas como uma falta de um direito, motivando a mobilização pela sua exigência e sua conquista.

Este movimento mais geral vivido pela Igreja brasileira, manifesta-se igualmente no bairro Dom Cabral. Em suas pregações, o vigário local assume a perspectiva do dever cristão de lutar pela melhoria da sociedade. Nas palavras do padre

"Igreja não é casa de pedras. Igreja somos todos nós assumindo nosso papel dentro da comunidade. Igreja é serviço para a comunidade. O cristão

acomodado é uma chaga no corpo de Cristo. E o corpo de Cristo é a Igreja.”

(Marco, Ano III, nº 11, out. 1974, p. 8)

A partir da atuação de Padre Pedro, os moradores têm, no discurso por ele enunciado, os elementos que possibilitam a nomeação e politização de suas condições precárias de habitabilidade. Ressignificando este discurso, a partir de suas próprias experiências, passam a ver-se como comunidade e, simultaneamente, percebem-se portadores de direitos que lhes são negados. Ao mesmo tempo, suas demandas e insatisfações são legitimadas por um “poder superior”, maior que qualquer órgão terreno de poder, pois é o próprio discurso católico que apresenta suas reivindicações como “justas”. (OTTMANN, 1995)

Se a noção de comunidade é mais uma representação, uma construção que não elimina a heterogeneidade de seus membros, por outro lado, ela permite uma prática coletiva. (CARDOSO, 1987) Pois é ela que motiva uma unidade de ação, ao projetar-se acima das diferenças internas ao grupo, a criação de laços de solidariedade, metas e valores comuns. Simultaneamente, e em processo de engendramento mútuo, a identidade e ação coletivas vão se construindo no Dom Cabral, tendo na ação da Igreja local e no seu discurso, alguns elementos de sua possibilidade.

Manifestação concreta deste processo é, no bairro Dom Cabral, a fundação e atuação do Conselho da Comunidade. Criado em 1970, esta forma de associativismo local encabeça as reivindicações dos moradores por melhorias urbanas ao longo dos mais de dez anos de sua existência. Aqui, mais uma vez, a presença do pároco é fundamental. De um lado, é por sua própria iniciativa que o Conselho é criado. Padre Pedro reuniu alguns paroquianos, membros ativos da comunidade católica local, para fundarem e assumirem a entidade. Os escolhidos eram aqueles “mais preparados”, especialmente paroquianos com maior escolaridade. Apesar de ter se instituído por indução do vigário, o Conselho da Comunidade não se apresenta como instituição de caráter religioso. São os moradores do bairro que a dirigem, que encabeçam as iniciativas de pressão junto aos órgãos públicos. A participação do pároco local é ativa, sem, contudo, substituir a dos moradores. Sua atuação é mais como um conselheiro, indicando caminhos, orientando nas idas e vindas dos órgãos públicos, no sentido de instruir a que instância de poder recorrer diante para o atendimento de uma demanda.

De todo este processo vivido no Dom Cabral, compreende-se que, ali, o pároco representa um indutor do movimento associativista, fornecendo-lhe os suportes materiais e não-materiais aos moradores, sem, contudo substituir a sua ação. Esta situação não é

excepcional nos movimentos sociais urbanos que se manifestam, no Brasil, a partir do final da década de 1970. Ao contrário, boa parte da literatura sobre esses movimentos dedica-se ao tema, procurando a avaliar o papel destes "agentes externos" (agentes pastorais, militantes de esquerda, etc.) na configuração dos movimentos reivindicatórios. Buscava-se, antes de mais nada, avaliar o grau de autonomia destes movimentos em relação a estas agências "externas". Quanto ao papel desempenhado pela Igreja, assumia-se sua importância, mas, em algumas análises, defendia-se que somente a superação de sua influência garantiria a conquista da autonomia pelos movimentos. (GOHN, 1985.)

Em outra perspectiva, e é esta a pretendida neste trabalho, pode-se perceber que a Igreja não se coloca em uma posição de exterioridade diante dos moradores. Para estes, ela não é instituição isolada ou centro de celebração litúrgica, mas instituição viva, com múltiplas formas de atuação no bairro, das quais os moradores atuam ativamente. (VASCONCELOS e KRISCHKE, 1984) A Igreja é integrante da vida do bairro, estabelecendo com seus moradores uma atitude dialógica. Atentos ao discurso religioso, os moradores o resignificam, incorporando-o no sentido de politizar suas experiências. Compreendem-se como comunidade portadora de direitos que lhes estão sendo negados. Partem, assim, para alcançá-los e, neste movimento, reafirmam-se como sujeitos da constituição de seu espaço de morar.

Os moradores como sujeitos

Para acompanhar este processo de formação do bairro por seus moradores, optou-se por dar privilégio às iniciativas de mobilização e reivindicação promovidas pelo associativismo local. Com isto, não se pretende afirmar que os moradores se colocam como sujeitos apenas no momento que se agrupam em uma associação, pois em seu cotidiano moldam igualmente o bairro. Além disto, chegam a assumir atitudes reivindicativas paralelas à associação, sejam elas de caráter individual ou mesmo em pequenos grupos de interesse. Tais constatações não chegam a anular a importância do Conselho da Comunidade enquanto elemento de expressão e agregação dos moradores. Assim, por meio do estudo de suas iniciativas, revelam-se, em parte, as iniciativas dos próprios moradores do Dom Cabral.

Fundado em 12 de julho de 1970, o Conselho da Comunidade do Bairro Dom Cabral definia-se, em seu estatuto, como uma entidade que *"se fundamenta nos princípios*

da solidariedade, da promoção humana e da justiça social, não tendo caráter político partidário, nem confessional" (ESTATUTO do Conselho da Comunidade do Bairro Dom Cabral. *Marco*, Ano III, nº 12, nov. 1974, p. 3) Apesar de não pretender assumir um caráter confessional, encontram-se nos estatutos as marcas do discurso da Igreja, reveladas nas expressões "solidariedade", "promoção humana" e "justiça social", tão recorrentes na matriz discursiva católica do período.

Como suas tarefas, o Conselho propunha-se a

"promover o desenvolvimento da comunidade através da conscientização de suas potencialidades e necessidades; da união de esforços e mobilização de recursos; dar aos moradores uma perspectiva global dos problemas existentes, examinando-as e debatendo-as com base na experiência e anseios comuns; estudar os problemas que afetam a comunidade;. coordenar a elaboração de planos de melhoramentos e bem estar, a mobilização de recursos e a avaliação dos resultados; fortalecer, estimular e dinamizar as entidades existentes, para que melhor atinjam seus objetivos. (...)"(ESTATUTO do Conselho da Comunidade do Bairro Dom Cabral. *Marco*, Ano III, nº 12, nov. 1974, p. 3)

Em síntese, o Conselho propõe a ser, simultaneamente, uma entidade de promoção de união e solidariedade entre os moradores, bem como de coordená-los e representá-los na busca das melhorias do bairro.

Quanto ao primeiro aspecto, ou seja, a busca da união dos moradores, as iniciativas do Conselho concentram-se na realização de eventos e festividades no bairro, muitas delas em parceria com a paróquia e, posteriormente, com a Universidade Católica.⁸ Nesta perspectiva, o Conselho participa, por exemplo, da promoção da I Gincana e do I Torneio de Buraco, em parceria com o jornal *Marco*, em 1973. Neste mesmo ano, a união é com a paróquia, na promoção de uma festa junina, cuja renda se destina às obras de acabamento da igreja.

No que concerne às iniciativas de mobilização dos moradores na luta pelas melhorias do bairro, o Conselho insiste, ao longo de todos os anos de sua atuação, na necessidade de uma maior participação de todos, seja na forma do comparecimento às reuniões, seja na sua presença mais efetiva nas promoções da entidade que pretende representá-los. Vários dirigentes do Conselho apelam para o discurso da comunidade e

⁸ O *campus* da Universidade Católica de Minas Gerais instala-se nas antigas dependências do Seminário do

solidariedade. Em 1973, Walter Xavier, eleito novo presidente da entidade, reclama o maior envolvimento da comunidade do bairro, afirmando que "*é preciso que todos os moradores participem com vontade para ajudar-nos a resolver os problemas.*" (Marco, Ano II, nº 4, fev. 1973, p.3)

A lógica da identidade coletiva e da ação solidária, constitutiva da participação movimentalista (DOIMO, 1995), é expressa em discurso de outro presidente do Conselho da Comunidade, quando de sua posse. Afirma Argemiro Miranda que:

“Não há lugar para ‘eu’ neste Conselho. Nesta diretoria trabalhamos juntos, representando o Conselho. E o Conselho somos ‘nós’. Todos os moradores do Bairro Dom Cabral. (...) Não há como fugir da vida comunitária, que nos defere direitos e deveres. (...). O atuante é despreendido, é dinâmico, é evoluído e humano. E, conseqüentemente, associável. Una-se a ele. Ele quer que você se aproxime. (...) Vamos trabalhar juntos. cuidar do que é nosso. uma pá de massa que cada um jogue formará um alicerce indestrutível. desde que esta massa esteja ordenadamente colocada.” (Marco, Ano V, nº 26, fev. 1976, p. 2)

Percebe-se, com clareza, neste discurso, uma sintonia entre a linguagem utilizada pelo padre e a das lideranças comunitárias. Isto corrobora a tese de ter sido a Igreja elemento presente no movimento do Dom Cabral, fornecendo ao mesmo formas de pensar e politizar as experiências vividas pelos moradores. Ao mesmo tempo, a utilização de uma linguagem comum permite estabelecer um sentimento de pertencimento a um mesmo espaço compartilhado, sentir-se pertencente a um conjunto compartilhado de valores. (DOIMO, 1995)

Na busca da maior participação dos moradores no movimento, em algumas diretorias, são criadas comissões de trabalho orientadas para tarefas específicas, sendo seus integrantes eleitos por ruas e alamedas.

Entretanto, o "núcleo mais estável" da associação compõe-se de poucos integrantes. Os dirigentes se queixam da pequena participação da comunidade, a despeito dos esforços empregados para tentar garantir um envolvimento mais efetivo de todos. Na opinião de um dos membros mais atuantes da associação, do Conselho participava

"um grupo pequeno, e é exatamente isso que queixávamos, pois todo mundo pedia, mas na hora das reuniões iam poucas pessoas. Freqüentavam

poucos moradores, mas na hora de pedir ... Falávamos da importância da associação, que ela tinha força. Tinha uma rua aqui em cima, Carcará, que a água da chuva empossava e entrava em uma casa. Inundava a casa: a água entrava pela porta da sala e saía pela porta da cozinha. Então, os moradores dessa Alameda Carcará ficavam pedindo ajuda para a gente e eu dizia: 'Vá na Associação'. Tanto que a associação pediu que o defeito da rua foi consertado." (Depoimento de Marcos de Castro Borges)

A pequena participação ativa dos moradores no Conselho não deve ser compreendida como uma falta de legitimidade do mesmo. Ao contrário, como o depoimento acima transcrito revela, os moradores dirigem suas queixas e demandas à entidade, revelando que atribuem a ela o papel de representá-los, de agir por eles. Assim, a pequena participação da comunidade "*pode (...) ser compreendida como certo grau de legitimidade à medida que os moradores delegam aos dirigentes a responsabilidade de conduzirem o dia-a-dia da entidade.*" SOMARRIBA, VALADARES e AFONSO, 1984: 124.)

O Conselho da Comunidade do Dom Cabral, agindo em nome dos moradores, compreendendo-se como seu legítimo representante, ao longo de dez anos encaminha aos poderes públicos (estadual e municipal) demandas no sentido de dotar o bairro de serviços e equipamentos coletivos ausentes ou deficientes. No entanto, uma das primeiras lutas coletivas dos moradores é anterior à organização do Conselho da Comunidade. Logo que se mudam para suas residências, os moradores, muitos com filhos em idade escolar, exigem a construção de uma escola no bairro. No plano original elaborado pela Caixa Econômica estadual previa-se a construção de uma escola no centro comunitário. No momento em que o bairro é entregue, no entanto, não havia qualquer iniciativa neste sentido. Em 1966, após muitas reclamações dos moradores, é instalado o primeiro grupo escolar, em edifício de madeira, provisoriamente construído pela Caixa. O "grupinho de madeira" como ficou conhecido, funcionou até 1969, quando foi construído o edifício definitivo, em alvenaria, com doze salas de aula, instalado no centro comunitário e em funcionamento no bairro desde então.

As reivindicações por equipamentos e serviços, encampadas pelo Conselho da Comunidade, orientam-se para a melhoria do transporte coletivo, canalização do córrego localizado no limite inferior do bairro e onde era despejado todo o esgoto local, pavimentação das alamedas, serviço regular de coleta de lixo, instalação de um posto médico.

As transformações urbanísticas do bairro se processam de forma lenta. Em parte, isto se deve ao caráter "híbrido" do bairro, pois seu planejamento e construção haviam sido a cargo da Caixa Econômica Estadual, que não concluiu o planejado; ao mesmo tempo, era um bairro de Belo Horizonte, cabendo as obras de melhorias urbanas à Prefeitura da cidade. Conscientes desta situação, as autoridades públicas promovem um verdadeiro "jogo de empurra" diante das pressões dos moradores. Quando procurados, os ocupantes dos órgãos municipais alegavam que nada podiam fazer, uma vez que o bairro era de responsabilidade da Caixa. E, no sentido inverso, as autoridades desse banco estadual alegavam que o bairro já havia sido entregue e que, portanto, as obras deveriam ser realizadas pela Prefeitura. Há que se lembrar, ainda, que a morosidade do atendimento às reivindicações explica-se pela própria conjuntura política brasileira, uma vez que a ação reivindicativa dos moradores tem início nos primeiros anos da década de 1970, momento de forte autoritarismo e centralização decisória. O Estado, em todas as suas instâncias, torna-se praticamente impermeável aos movimentos da sociedade civil, procurando justificar suas ações pela lógica tecnocrática.

A despeito deste panorama político desfavorável, a ação do Conselho da Comunidade é ininterrupta e persistente. Avalia Padre Pedro: "*Nós éramos cobradores. Toda hora nós estávamos na diretoria da Caixa, da Prefeitura. (...) Era uma coisa puxada, mas nós não dávamos o braço a torcer.*" (Depoimento de Padre Pedro de Souza Pinto) O uso da primeira pessoa do plural na fala do vigário é revelador de sua posição no movimento. De um lado, ele não se vê um "agente externo" à comunidade; é, ao contrário, membro da mesma. Por outro lado, revela sua atitude sempre presente nas estratégias reivindicatórias. Por várias vezes, nas reuniões entre os membros do Conselho e os ocupantes do poder público, o padre se fazia presente. Em um momento político autoritário, a presença da autoridade religiosa local confere às demandas dos moradores um maior peso e credibilidade.

Outro importante instrumento de pressão é a atuação do jornal *Marco*. Este veículo de imprensa, de fato um jornal-laboratório do curso de Jornalismo da Universidade Católica de Minas Gerais, se coloca, desde sua fundação, ao lado dos moradores do Dom Cabral. Adota a proposta de um jornalismo comunitário, justificando-se diante do quadro mais geral vivido pelo país:

“Jornalismo de Comunidade surge de uma demanda concreta dos países subdesenvolvidos. Não existe desenvolvimento sem mudanças, e, com os Meios de Comunicação de Massas (...) essa mudança tenta se processar de

maneira massificadora, condicionante, informativa apenas. É a mudança através da persuasão. O Jornalismo de comunidade (...) é a própria contestação dos meios de comunicação de massa” (Marco, Ano III, nº 11, out 1974, p.2)

O *Marco* afirma que pretende, assim, atender às necessidades de comunicação da comunidade do Dom Cabral Para tanto, dedica-se a noticiar as iniciativas e queixas dos moradores, bem como acompanhar o Conselho da Comunidade. Neste acompanhamento, a presença dos alunos de jornalismo, os repórteres do *Marco*, se faz constante quando das reuniões do Conselho com os representantes dos órgãos públicos. Em um momento de censura à imprensa, esta iniciativa é um trunfo a mais nas mãos dos moradores, uma vez que *“a imprensa tem, sem sombra de dúvida, uma função crucial, porque a eficácia dos protestos populares depende muito da divulgação.”* (CARDOSO, 1983: 231) Padre Pedro confirma essa importância do *Marco* para o Dom Cabral:

“O que muito ajudou o Dom Cabral foi a Escola de Jornalismo. O Jornalismo fez um papel que a gente não sabe nem como agradecer a Deus, a Universidade, pelo papel do jornalzinho Marco dentro da comunidade.(...) No começo ele foi um órgão que a gente corria na repartição pública e levava o jornal, e mostrava o jornal.(...) Então aquilo teve uma influência muito grande. Primeiro, ajudava o povo. Todo mundo lia o Marco com muita alegria. Quando chegava o Marco todo mundo procurava o jornal. Depois o reconhecimento da importância dele como meio de comunicação, como elemento de conscientização da comunidade. Foi muito importante.”
(Depoimento de Padre Pedro de Souza Pinto)

Usando dos recursos disponíveis, o Conselho da Comunidade vai obtendo pequenas, mas importantes, conquistas. No que se refere à demanda pela melhoria do transporte coletivo, em 1975, a persistência dos moradores consegue uma melhor eficiência do serviço, com um maior número de veículos atendendo ao bairro, mais novos e mais limpos.

A criação de um posto médico que atendesse ao bairro está diretamente associada à atuação do pároco. Como parte das iniciativas da Ação Social da paróquia, em 1974, um médico prestava assistência aos moradores, nas dependências da sacristia da igreja. No ano seguinte, a Caixa Econômica doa à Ação Social em terreno de 144 metros quadrados, no centro comunitário, onde é construído, pela Prefeitura, um edifício de dois pavimentos e ali

instalado o posto médico. Somente em março de 1977 é inaugurado o novo prédio do posto, e serviço médico passa, desde então, a ser administrado pelo Conselho Comunitário.

O serviço de coleta de lixo domiciliar, no bairro, é criado em 1968. (*RELATÓRIO do Prefeito de Belo Horizonte*, 1968) No entanto, ao longo de muitos anos, limita-se a coleta em um dia da semana do lixo acumulado em uma coletora instalada no centro comunitário. Procuradas, as autoridades alegavam que, dada a ausência de pavimentação das vias, não era possível o recolhimento do lixo em todo bairro. Somente com a pavimentação, o serviço de lixo foi melhorado, com a coleta se dando três vezes por semana.

O problema de pavimentação das vias teve sua solução bastante demorada. Ao longo de quase vinte anos, a maior parte das vias permanecia sem qualquer forma de cobertura. As queixas e reivindicações dos moradores se acumulam, ao mesmo tempo em que os buracos e dificuldades de circulação crescem. A solução só veio em 1981, com um acordo entre a Prefeitura e moradores. Por ele, a Prefeitura entra com os materiais e máquinas, enquanto os moradores pagam pela mão-de-obra.

Mas, especialmente, as sucessivas diretorias do Conselho se dedicam a urbanizar o centro comunitário. A demanda dos moradores dá-se no sentido da transformação do lugar em uma área de lazer, com praça de esportes e áreas ajardinadas.

A partir de 1972, paira a ameaça de privatização do terreno do centro comunitário, quando o diretor da Carteira Habitacional da Caixa Estadual anuncia a intenção de demarcar e vender lotes para empresas interessadas em construir e explorar atividades comerciais na região. O Conselho da Comunidade realiza pressões sobre a Caixa objetivando garantir a instalação de uma praça de esportes no local, opondo-se à venda dos terrenos. A primeira conquista foi garantir que a área não fosse loteada, apesar de nenhuma benfeitoria ser feita, pela Caixa, no local. Em 1974, a Caixa anuncia que concedeu à Associação Cristã de Moços o direito de construir praça de esportes no Dom Cabral. Contudo, nada é feito, e com isso, lixo, mato e ratos acumulam-se no centro do bairro. Cansados de tanta inoperância, ao final do ano de 1976, os moradores se mobilizam para garantir sua praça. Arrecadam dinheiro de casa em casa, realizam rifas e leilões para pagar caminhões que transportam terra a fim de fazer a terraplanagem do local. Permanece, contudo, sem solução a construção da praça de esportes.

Em 15 de março de 1978, a Caixa Econômica doa à Prefeitura área de 3909,87 metros quadrados, para serem feitos *playground*, praça de esportes e jardins. Tem início, mais uma vez, a pressão para garantir as obras. Em junho deste ano, em parceria com a Universidade Católica de Minas Gerais, realiza-se no local uma rua de recreio visando

envolver mais os moradores na luta pelo atendimento da demanda pretendida. Em vão. Somente no início da década de 1980, as quadras de esportes (administração Maurício Campos), a praça e o jardim (administração Hélio Garcia) são construídos.

Neste momento, o quadro político do país já é outro. Desde o final dos anos 70, proliferam movimentos reivindicativos, forçando a mudança de atitude das autoridades em relação às pressões vindas “de baixo”. Em Minas Gerais, o governo estadual inicia, em 1979, proposta de administração ou governo participativo, articulada em torno do Programa de Desenvolvimento de Comunidades (PRODECOM), que pretende realizar melhorias urbanas em favelas e bairros periféricos. Em momento de desgaste do regime ditatorial, esta iniciativa é resposta do Estado ao crescimento das organizações reivindicatórias, buscando legitimar-se junto às camadas populares. (SOMARRIBA, 1991) Esta mudança também se observa a nível municipal, a partir da Prefeitura de Maurício Campos (a partir de 1979), passando o prefeito a visitar bairros periféricos e a abrir em sua agenda espaço para receber seus representantes. (SOMARRIBA, VALADARES e AFONSO, 1984) Recebendo os repórteres do *Marco*, o prefeito é questionado sobre a necessidade dos moradores fazerem pressão para conseguirem sua praça, respondendo:

“Não, gente! Pelo amor de Deus! Aqui não existe esse negócio de pressão. Estamos aqui, de braços abertos, para conversar com a população de Belo Horizonte. (...) É claro que o pessoal do Dom Cabral tem que mostrar interesse. Nós vamos fazer a [praça] do Dom Cabral também, por que não? (Marco, set. 1980, p. 3)

Neste momento, entretanto, ao mesmo tempo em que o associativismo comunitário se fortalece na cidade e no país, o Conselho da Comunidade do Dom Cabral atravessa séria crise. Em março de 1980, seu presidente renuncia ao cargo, e dos seis membros da diretoria, apenas três continuam atuando. Em setembro do mesmo ano, em reunião convocada pelo Conselho, apenas seis moradores comparecem. A crise de legitimidade, causada talvez por anos de luta de eficácia limitada, é evidente. Simultaneamente, um grupo de jovens moradores do bairro, a maior parte recém-chegada ao local, começa a articular a criação de uma nova associação de moradores. Um dos membros desse grupo recorda:

“Nós queríamos, na verdade, resgatar o Conselho da Comunidade que já estava inativo. Mas houve um problema com o pessoal antigo que participava desse conselho, porque eles sentiam, de certa forma,

incomodados com um grupo de pessoas novatas chegando e querendo fazer alguma coisa. E eles já tinham uma história. E a gente não passou por cima da história deles. Mas eles se sentiam incomodados. Eles queriam, de certa forma, que a gente resgatasse a entidade que eles fundaram porque para eles tinha uma importância maior. Nós até tentamos resgatar esta entidade. Só que chegou em determinado momento que não houve como acontecer.”
(Depoimento de Humberto Moreira da Costa, em 11/12/1995)

Este momento é o da eleição de uma nova diretoria para o Conselho, em 1981. Em assembléia que contou com a presença de mais de cinquenta moradores, é aprovado o estatuto da *Associação dos Moradores do Dom Cabral e Vila 31 de Março*, em substituição ao Conselho da Comunidade. Esta nova entidade, contando com uma legitimidade maior, imediatamente encampa a demanda pela pavimentação das vias do bairro, e é com ela que se celebra o acordo com a Prefeitura, referido anteriormente, que concretizou uma das mais antigas reivindicações dos moradores. É igualmente ela a responsável pela urbanização da praça e construção das quadras esportivas, levando à feição definitiva da *Praça da Comunidade*, como é chamada pelos moradores. (Ver Figuras 7 e 8, p. 118 e 119)

Síntese de tantas e tão longas lutas, a Praça da Comunidade é o local de encontro dos moradores. Lá está o templo católico e um presbiteriano. Também o posto médico, a escola, os espaços de lazer. Lá se realizam as festas por aniversário do bairro, festas de igreja, festas juninas. Por isto, ela “*é a cara do bairro*” (Depoimento de Ida dos Santos C. de Oliveira) Neste sentido, ela constitui o *pedaço* privilegiado do bairro. Tomado de empréstimo da antropologia urbana, o pedaço é aquela parte do espaço que se torna ponto de referência capaz de distinguir grupos de freqüentadores como pertencentes a uma rede de relações.

“O termo na realidade designa aquele espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que a fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade.” (MAGNAGI, 1984: 138)

Na praça os moradores se encontram, se divertem e se identificam. Nela, também identificam o seu bairro: “*Olhando para a praça e a igreja eu identifico o Dom Cabral*” (Depoimento de Marcos de Castro Borges) Nos encontros do dia a dia, no futebol do fim

de semana, nas missas aos domingos, na porta da escola de seus filhos e netos, os moradores se encontram na Praça da Comunidade, e reafirmam sua história e sua identidade. Ela é o ponto de referência do bairro. É “*ao mesmo tempo o resultado de práticas coletivas (...) e condição para seu exercício e fruição.*” (MAGNANI, 1996: 32)

Padre Pedro reafirma a praça como o pedaço do bairro:

“O lugar chave do bairro, realmente, é aquilo que dentro do projeto foi feito como elemento de congregar, de unir o pessoal: é a praça. Ali se desenvolvia a igreja, os fatos religiosos. Ali é que tinha a distração do povo. (...) Faziam quadrilhas, essas coisas de festas populares, mas tudo ali em torno da praça. É ali que vinham os parquinhos e se colocavam ali. Era ali que às vezes vinha o circo e se colocava ali. Era ali que a turma jogava pelada, o futebolzinho deles. Então ali centralizava tudo isso.(...) é muito interessante que o projeto tivesse aquele centro como ponto polarizador da vida da comunidade. E ele sempre teve essa função. É o ponto de referência do bairro.” (Depoimento de Padre Pedro de Souza Pinto)

Na Praça da Comunidade, nas alamedas e ruas do Dom Cabral, na sua caixa d'água, estão escritas as lutas e conquistas dos moradores. Daqueles que construíram o bairro como o seu espaço de morar. Daqueles que se assumiram como construtores da cidade, como cidadãos.

Figura 7 – Praça da Comunidade

Figura 8 – Praça da Comunidade

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Uma cidade é construída por diferentes tipos de homens;
pessoas iguais não podem fazê-la existir.”
(Aristóteles, Política.)*

Toda cidade é marcada pelo signo da diferença. Diferença entre as experiências do viver de homens e mulheres que a habitam. Experiências diversas que constroem espaços distintos, que significam e moldam o meio atribuindo-lhe uma multiplicidade de qualidades, de destinações, de usos e de símbolos.

Dessa percepção das diferenças advém a crítica das noções totalizadoras sobre o espaço e o urbano. A cidade, a metrópole, a Belo Horizonte sobrevivem apenas como generalizações, abstrações. Abstrações úteis, até mesmo porque possibilitam a percepção de movimentos e processos mais gerais, mas que não podem, como um rolo compressor, apagar a complexidade do real, do vários, do múltiplo.

O desafio de todo intérprete do espaço, e especificamente do espaço urbano, está em rasgar o véu que encobre a diversidade. Em fazer que o espaço homogêneo se revele em múltiplos espaços. Uma nova atitude é esperada: a de abandonar o espaço abstrato, onde se localizam homens abstratos. A de ir ao encontro do espaço concreto, produto da ação de homens concretos.

O espaço concreto, a cidade concreta é aquela do vivido, da experiência. Neste espaço vivido inscrevem-se as ações humanas que moldam, significam e constroem o seu lugar. Nele também se encontram as representações sociais, projeções mentais do desejo, das utopias, dos projetos destes homens e mulheres que produzem seu hábitat. Como resultado de ações e projetos emerge o espaço concreto, materialidade da história dos homens, carregado de símbolos e marcas desta história.

Esta dissertação perseguiu este desafio de ir ao encontro do espaço e da cidade concretos. Fazer emergir da Belo Horizonte abstrata a Belo Horizonte concreta. Neste caminho, não se tomou a concretude tal como se revela no presente, mas se quis ir em busca de sua instituição, de sua produção histórica.

Como esta cidade é vária, dela se pinçou um de seus múltiplos espaços: aquele que

esteve quase sempre relegado a uma posição periférica dentre os vários lugares da urbe: o lugar da habitação popular. Este lugar também não é sempre o mesmo, a repetição de um modelo. Ao longo da história da cidade, diferentes foram as experiências de habitação vividas pelos setores populares, distintos foram os agentes que se dedicaram à sua edificação na cidade, diferentes foram os projetos que se lançaram para esta questão. Mais uma vez aqui, a busca do concreto força outra escolha: dos vários lugares da habitação popular, elegeu-se um, ou seja, o bairro Dom Cabral. Esse lugar de moradia é pensado, neste trabalho, como resposta historicamente construída, entre as décadas de 1960 e 1970, onde se revela o problema da habitação popular, em Belo Horizonte, tal como foi pensado e vivido por diferentes agentes históricos.

Na construção do bairro Dom Cabral, as ações de três sujeitos emergem com clareza: o poder público estadual, a Igreja Católica, e os moradores do bairro. Na revelação da ação de cada um no processo de instituição do bairro, suas iniciativas e projeções sobre a cidade e sobre o viver nela dos setores populares tornam-se relevantes. Ou seja, cada um desses sujeitos, ao agir no sentido da constituição de um bairro popular, possui uma representação sobre qual deva ser a feição deste lugar. Assim, há uma projeção vinda dos planejadores do espaço, elementos ligados ao poder público estadual; há a representação de elementos do clero de Belo Horizonte, envolvidos com a questão dos marginalizados das cidades; há o desejo dos moradores do bairro, que se negam a aceitar o bairro que lhes foi entregue. Estas projeções e as ações concretas desses três sujeitos são postas em diálogo no bairro Dom Cabral, fazendo emergir, desta forma, o bairro concreto.

O poder público estadual, no governo Magalhães Pinto, projeta e planeja o bairro como experiência pioneira de um amplo programa destinado a ser a “solução” ao problema das favelas. Esta solução é tida como urgente, como a iniciativa fundamental para se impedir sublevações populares. Para o governo estadual, a garantia da casa própria, da propriedade privada, é condição para manutenção da ordem. Dentro destes princípios, a habitação individual, em casas unifamiliares edificadas em terrenos de propriedade de seus moradores é a melhor forma escolhida de se garantir “casas para o povo”. Mas a habitação não é limitada à propriedade da casa e do terreno. Ela se insere em um bairro que é pensado como uma unidade de vizinhança e, por isto, planejado para ser dotado de serviços e equipamentos coletivos, cercados por amplos jardins. O bairro Dom Cabral é, assim, idealizado como um local de conciliação da privacidade do lar com uma sociabilidade comunitária e “sadia”.

Este projeto não se encontra afastado das projeções feitas pela Igreja Católica para a habitação dos pobres. Preocupada com a “degeneração” da moral, da família e da ordem

que as condições inadequadas de habitação, especialmente nas favelas, representam, a Igreja debruça-se sobre o problema da habitação popular. Tomando as favelas como uma verdadeira tragédia, pelas ameaças que representa, a instituição católica reclama ações concretas, condenando tanto o imobilismo como iniciativas meramente caritativas. Assim, tanto atua como grupo de pressão sobre o poder público, como também se vê diante de um dilema interno: o de ser proprietária de terrenos ociosos na cidade. Em 1964, a Igreja vê no programa habitacional de Magalhães Pinto a oportunidade de se colocar como colaboradora de uma iniciativa concreta que se pretende solução para a “tragédia” das favelas, e desta forma, garantir-se a ordem que ela igualmente almeja. Ao mesmo tempo, responde à sua crise interna, pois ao vender o terreno ao Estado para que nele se edifique um bairro popular, a Igreja se vê rompendo seu próprio imobilismo. Além do mais, o modelo de casas unifamiliares atende ao seu anseio de um lar cristão, pois permite a expansão numérica das famílias. Em suma, para a edificação do Dom Cabral, Igreja e Estado se aliam, reforçando seus laços de aproximação. O nome dado ao bairro – Dom Cabral – perpetuando a memória do primeiro arcebispo da cidade, e o nome da principal avenida do bairro – 31 de março – são indicativos de uma aproximação e/ou conciliação de interesses por parte da Igreja e do Estado, no pensar sobre a habitação popular na cidade.

Aos projetos e iniciativas destes dois atores, soma-se outro: o dos próprios moradores. Os “pioneiros” do Dom Cabral não são moradores de favelas. São trabalhadores de baixa renda que vêm no bairro a oportunidade imediata de alcançar o seu grande desejo da casa própria. Mas, a propriedade de sua residência não é condição suficiente da satisfação de suas necessidades de habitar na cidade. Também pensam no seu bairro como um lugar dotado de serviços urbanos (abastecimento de água, coleta de lixo, transporte coletivo, etc.) e de equipamentos coletivos (escola, creche, posto de saúde, área de lazer). Quando receberam as chaves de suas casas, não é este o bairro que passam a habitar. A partir daí, compartilhando de experiências semelhantes, comungando de determinados valores, e tendo na presença da autoridade religiosa local um ponto de apoio e de catalisação de suas demandas, os moradores acabam se constituindo em um outro sujeito que luta por um bairro diferente. Em um período de forte autoritarismo, organizam-se em uma associação comunitária que encabeça a luta pelo direito dos moradores de atuarem em sua própria cidade, e assim, de serem plenamente cidadãos. Das lutas dos moradores edifica-se outro bairro. Esta experiência dos moradores tem como seu símbolo maior o centro comunitário do bairro, conhecido por todos como *Praça da Comunidade*. Portanto, ao nome do bairro (revelador da presença da Igreja em sua constituição) e ao de sua avenida principal (homenagem do governo estadual ao golpe militar que ele apoiou),

soma-se a Praça da Comunidade, espaço central do bairro, marco simbólico das experiências e lutas empreendidas pelos moradores.

O bairro Dom Cabral é, assim, um lugar singular de habitação popular em Belo Horizonte. Sua singularidade é fruto da trajetória específica de sua construção. Mas, ao mesmo tempo, o Dom Cabral é um microcosmo que permite descortinar questões relativas à ocupação do espaço em Belo Horizonte. Em sua história revela-se um projeto habitacional elaborado pelo governo de Minas Gerais, nos primeiros anos da década de 1960. Por sua história, é permitido compreender as atitudes da Igreja Católica em relação à cidade e a seus habitantes. De sua história ressalta-se a ação dos moradores como sujeitos construtores de seu espaço de morar.

Por fim, por meio do estudo do Dom Cabral reafirma-se a tese de que o espaço e a cidade são produtos dos homens e de sua história.

FONTES

1- Periódicos

1.1- Editoriais de *O Diário*: Coluna “Nossa Opinião”

- A CRISE de moradias. *O Diário*, Belo Horizonte, 02 jul. 1959, p. 4.
- A CRISE habitacional. *O Diário*, Belo Horizonte, 18 fev. 1961, p. 4.
- A QUESTÃO habitacional. . *O Diário*, Belo Horizonte, 16 jan. 1962, p. 4.
- APELO a favor dos sem teto. *O Diário*, Belo Horizonte, 10 fev. 1962, p. 4.
- AS NOSSAS favelas. *O Diário*, Belo Horizonte, 09 jun. 1959, p. 4.
- CASA própria para o povo. *O Diário*, Belo Horizonte, 28 mar. 1962, p. 4.
- CAUSAS da crise da família. *O Diário*, Belo Horizonte, 18 jul. 1959, p. 4.
- DESFAVELAMENTO. *O Diário*, Belo Horizonte, 17 jun. 1959, p. 4
- DUAS medidas úteis ao povo. *O Diário*, Belo Horizonte, 15 fev. 1962, p. 4.
- REFORMAS para evitar a revolução. *O Diário*, Belo Horizonte, 04 fev. 1962, p. 4.
- SOLUÇÕES para a crise habitacional. *O Diário*, Belo Horizonte, 05 nov. 1960, p.4.
- UMA POLÍTICA habitacional. . *O Diário*, Belo Horizonte, 03 abr. 1964, p. 4.

1.2- Artigos e noticiário

- ARCEBISPO Coadjutor denuncia as injustiças sociais e aponta soluções: mudança de estruturas e mentalidade diante da doutrina do Evangelho. *O Diário*, Belo Horizonte, 12 maio 1962, p. 6, ‘Documentação Católica’.
- DIAS, Fernando Correia. Estudos sobre favelas. *O Diário*, Belo Horizonte, 27 nov. 1959, p. 2, ‘Suplemento Literário’.
- Estado de Minas*, Belo Horizonte. 13 maio 1962, p. 3. 25 maio 1963, p. 7. 28 maio 1963, p. 3. 15 mar. 1964, p. 12. 21 mar. 1964, p. 18. 22 mar. 1964, p. 5. 01 maio 1964, p. 3. 02 maio 1964, p. 3.
- ESTATUTO do Conselho da Comunidade do Bairro Dom Cabral. *Marco*, Ano III, nº 12,

nov. 1974, p. 3

Marco, Belo Horizonte. nº 2, dez. 1972. nº 3, jan. 1973. nº 4, fev. 1973. nº 5, mar. 1973. nº 6, maio 1973. nº 7, jun. 1973. nº 8, dez. 1973. nº 11, out. 1974. nº 12, nov. 1974. nº 13, dez. 1974. nº 18, maio 1975. nº 21, set. 1975. nº 22, out. 1975. nº 23, nov. 1975. nº 24, dez. 1975. nº 26, fev. 1976. nº 27, abr. 1976. nº 29, set. 1976. nº 30, nov. . 1976. nº 31, abr. 1977. nº 32, maio 1977. nº 33, jun. 1977. nº 34, set. 1977. nº 35, out. 1977. nº 36, nov./dez. 1977. nº 37, abr. 1978. nº 38, jun./jul. 1978. nº 39, ago. 1978. nº 40, set. 1978.. nº 44, maio 1980. nº 46, set. 1980. nº 49, dez. 1980. nº 52, mar./abr. 1981. nº 53, jul. 1981.

MENSAGEM do governador Magalhães Pinto no 3º aniversário de seu governo. *O Diário*, Belo Horizonte, 01 fev. 1964, p. 3

O Diário, Belo Horizonte. 27 jan. 1959, p. 3. 17 jun. 1959, p. 3. 09 jun, 1959, p. 2. 10 jun. 1959, p. 3. 17 jun. 1959, p. 3. 19 jun. 1959, p. 2. 16 ago. 1959, p. 3. 11 ago. 1960, p.11. 13 ago. 1960, p. 9. 17 ago. 1960, p. 3. 01 fev. 1962, p. 2. 08 fev. 1962, p. 2. 13 fev. 1962, p. 2. 14 fev. 1962, p. 2. 14 mar. 1962, p. 3. 17 mar. 1962, p. 2. 08 abr. 1962, p. 3. 01 fev. 1964, p. 3. 12 jan. 1964, p. 3. 03 maio 1964, p.10. 22 mar. 1964, p. 2.

O PROBLEMA das favelas à luz da Doutrina Social da Igreja. *O Diário*, Belo Horizonte, 07 jun. 1959, p. 6. Coluna 'Documentação Católica'.

RAMOS, Dalila Flausina. A habitação no mundo. Semana da JOC Internacional. *O Diário*, Belo Horizonte, 04 set. 1959, p. 6

TAFURI, Nelson. Usucapião e os imóveis eclesiásticos. *O Diário*, Belo Horizonte, 01 maio 1960, 'Suplemento O Diário em Revista', p. 7. 15 maio, 1960, 'Suplemento O Diário em Revista', p. 7. 22 maio 1960, 'Suplemento O Diário em Revista', p. 8. 05 jun. 1960, 'Suplemento O Diário em Revista, p. 3. 03 jul. 1960, 'Suplemento O Diário em Revista', p. 3.

2- Legislação

MINAS GERAIS. Decreto nº 6.451, de 27 de dezembro de 1961. *Lex. Coletânea da Legislação do Estado de Minas Gerais*. São Paulo: Lex Editora, s/d, p. 306-307.

MINAS GERAIS. Decreto nº 6.497, de 31 de janeiro de 1962. *Lex. Coletânea da Legislação do Estado de Minas Gerais*. São Paulo: Lex Editora, 1962, p. 65.

MINAS GERAIS. Decreto nº 6.522, de 23 de março de 1962. *Lex. Coletânea da Legislação do Estado de Minas Gerais*. São Paulo: Lex Editora, 1962, p. 73-80.

MINAS GERAIS. Decreto nº 6.586, de 26 de maio de 1962. *Lex. Coletânea da Legislação do Estado de Minas Gerais*. São Paulo: Lex Editora, 1962, p. 98-103.

MINAS GERAIS. Decreto nº 7.225, de 21 de outubro de 1963. *Lex. Coletânea da Legislação do Estado de Minas Gerais*. São Paulo: Lex Editora, 1963, p. 175.

MINAS GERAIS. Decreto nº 7.320, de 19 de dezembro de 1963. *Lex. Coletânea da Legislação do Estado de Minas Gerais*. São Paulo: Lex Editora, 1963, p. 237-245.

MINAS GERAIS. Decreto nº 7.358, de 02 de janeiro de 1964. *Lex. Coletânea da Legislação do Estado de Minas Gerais*. São Paulo: Lex Editora, 1964, p. 176-184.

MINAS GERAIS. Decreto nº 7.856, de 10 de setembro de 1964. *Lex. Coletânea da Legislação do Estado de Minas Gerais*. São Paulo: Lex Editora, 1964, p. 314-324.

3- Relatórios e Atas

ATAS da Associação dos Moradores do Dom Cabral e Vila 31 de Março 1982

RELATÓRIOS dos Prefeitos de Belo Horizonte. 1958-1968.

UM SEMINÁRIO que busca viver o Concílio. Documento da equipe sacerdotal do Seminário do Coração Eucarístico de Jesus. Belo Horizonte, 1967. (mimeo)

4- Depoimentos concedidos à pesquisadora.

Ida dos Anjos César Oliveira, moradora do Dom Cabral, em 20 abr. 1999

Jacques Fernandes dos Santos, morador do Dom Cabral, em 10 nov. 1995.

José Ephigênio de Paula, morador do Dom Cabral, em 29 nov. 1995.

Marcos de Castro Borges, morador do Dom Cabral, em 28 abr. 1999.

Neli Soares Souto, moradora do Dom Cabral, em 10 abr. 1999.

Padre Pedro de Souza Pinto, primeiro vigário do Dom Cabral, em 13 abr. 1999.

BIBLIOGRAFIA

- AFONSO, Mariza R. e AZEVEDO, Sérgio de (1987). Cidade, poder público e movimento de favelados. In.: POMPEMAYER, Malory (org.) *Movimentos sociais em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, p. 111-139.
- ALCÀZAR E GARRIDO, Joan. (1993) As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição para o debate. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.13, nº 25/26, p. 33-54.
- ALMEIDA, Marcelina das Graças de.(1993) *Fé na modernidade e tradição na fé. A Catedral da Boa Viagem e a capital*. Belo Horizonte. Dissertação de Mestrado em História, FAFICH/UFMG, mimeo.
- ALVES. Márcio Moreira. (1979) *A Igreja e a política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- AUGÉ, Marc. (1994) Não lugares. *Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. São Paulo: Papirus.
- AZEVEDO, Sérgio de e ANDRADE, Luís Aureliano Gama de. (1982) *Habitação e poder. Da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional de Habitação*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- AZEVEDO, Sérgio de.(1982) Política de habitação popular e subdesenvolvimento: dilemas, desafios e perspectivas. In.: DINIZ, Eli (org.) *Políticas públicas para áreas urbanas. Dilemas e alternativas*. Rio de Janeiro: Zahar, p. 67-114.
- BEOZZO, José Oscar. (1984) A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização. In.: FAUSTO, Boris (dir.) *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, Tomo III, Vol. 4, p. 271-341.
- BONDUKI, Nabil (1998). *Origens da habitação social no Brasil. Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP.
- BOSCHI, Renato R, e VALLADARES, Lícia do Prado. (1984) Problemas teóricos na análise de movimentos sociais: comunidade, ação coletiva e o papel do Estado. *Espaço & Debates*, nº 8, p. 64-77.
- BRAUDEL, Fernand. (1982) A longa duração. In.: *História e ciências sociais*. Lisboa: Editorial Presença, p. 7-39.
- BRESCIANI, Maria Stella. (1991) As sete portas da cidade *Espaço e Debates*, São Paulo, Ano XI. nº 34 (Cidade e História), p. 6-11.

- BRUNEAU, Thomas. *O catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo:
- BURKE, Peter. (1991) *A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales, 1929-1989*. São Paulo, Editora da UNESP.
- CARDOSO, Ruth C. L.(1983) Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In.: SORJ, Bernardo e ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (orgs.) *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, p. 215-239.
- CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. (1987) Movimentos sociais na América Latina. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 3, vol. 1, p. 27-37.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri.(1994) *A (re)produção do espaço urbano*. São Paulo: EDUSP.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri.(1994) *A (re)produção do espaço urbano*. São Paulo: EDUSP.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri.(1996) *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Editora Hucitec.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri.(1996) *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Editora Hucitec
- CASTRIOTA, Leonardo Barci e PASSOS, Luiz Mauro. (1998) O “estilo moderno”: arquitetura em Belo Horizonte nos anos 30 e 40. In.: CASTRIOTA, Leonardo Barci (org.) *Arquitetura da modernidade*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, p. 127-182.
- CIDADES Jardins. A busca do equilíbrio social e ambiental (1898-1998)*. 3ª Bienal Internacional de Arquitetura. Fundação Bienal de São Paulo, 1997.
- COMBLIN, José. (1991) *Teologia da cidade*. São Paulo: Paulinas.
- COSTA, Heloísa Soares de Moura e BAPTISTA, Maria Elisa (1998) Arquitetura silenciosa. In.: CASTRIOTA, Leonardo Barci (org.) *Arquitetura da modernidade*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, p. 263-295.
- COUTROT, Aline. (1996) Religião e política. In.: REMOND, René (org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, p. 331-363.
- CUNHA, Flávio Saliba (1993). Movimentos sociais urbanos e redemocratização. A experiência do movimento favelado em Belo Horizonte. *Novos Estudos CEBRAP*, nº 35, p. 133-143.
- DINIZ FILHO, Luiz Lopes e BESSA, Vagner de Carvalho (1991). Vocação e nacionalismo: as visões do urbano no pensamento do Estado brasileiro (1930-1961). *Espaço & Debates*, São Paulo, nº 34, p. 104-112.
- DOIMO, Ana Maria. (1984) *Movimento social urbano, Igreja e participação popular*. Petrópolis: Vozes.
- DOIMO, Ana Maria. (1995) *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS.

- DRAIBE, Sônia M. (1994) As políticas sociais do regime militar brasileiro: 1964-1984. In.: SOARES, Gláucio e D'ARAÚJO, M^a Celina (org.) *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, p. 271-309.
- DULCI, Otávio Soares. (1986) *A UDN e o anti-populismo no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG.
- EVERS, Tilman (1984) Identidade: a face oculta dos movimentos sociais. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, vol. 2, nº 2, p. 11-23.
- EVERS, Tilman, MULLER-PLANTEMBERG, Clarita e SPESSART, Stefanie. (1985) Movimentos de bairro e Estado: lutas na esfera da reprodução na América Latina. In.: MOISÉS, José Álvaro e outros. *Cidade, povo e poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 110-164.
- FARIA, Maria Auxiliadora. (1985) Belo Horizonte: espaço urbano e dominação política. *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte, nº 1, p. 26-43.
- FREI BETTO.(1983) Igreja e movimentos populares urbanos. In.: LESBAUPIN, Ivo (org.) *Igreja - movimentos populares - política no Brasil*. São Paulo: Loyola, p. 27-34.
- FUNDAÇÃO de Economia e Estatística. (1983) *A política social brasileira - 1930/64: a evolução institucional no Brasil e no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: s/ed.
- GOHN, Maria da Glória Marcondes. (1982) *Reivindicações populares urbanas: um estudo sobre as associações de moradores em São Paulo*. São Paulo: Cortez.
- GOHN, Maria da Glória Marcondes. (1985) *A força da periferia. A luta por creches em São Paulo*. Petrópolis: Vozes.
- GOTTDIENER, Mark.(1993) *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: EDUSP.
- GUARINELLO, Norberto Luiz.(1994) Memória coletiva e história científica. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 14, nº 28, p. 180-193.
- GUIMARÃES, Berenice Martins, AZEVEDO, Sérgio de e ROCHA, Vicente E. (1995) *A lógica de atuação dos promotores imobiliários na formação do espaço urbano de Belo Horizonte*. PBH/CEURB-FAFICH-UFMG, mimeo.
- GUIMARÃES, Berenice Martins.(1991) *Cafuas, barracos e barracões: Belo Horizonte, cidade planejada*. Rio de Janeiro, Tese apresentada ao Instituto de Pesquisa do Rio de Janeiro, mimeo.
- GUTIERREZ, Exequiel R. (1995) *De Leão XIII a João Paulo II: cem anos de doutrina social da Igreja*. São Paulo: Paulinas.
- HALL, Peter. (1995) *Cidades do amanhã. Uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XIX*. São Paulo: Perspectiva.

- JACOBI, Pedro (1993) *Movimentos sociais e políticas públicas: demandas por saneamento básico e saúde. São Paulo, 1974-1984*. São Paulo: Cortez.
- JULIÃO, Letícia (1996) Belo Horizonte: itinerários de uma cidade moderna. In.: DUTRA, Eliana de Freitas (org.) *BH: horizontes históricos*. Belo Horizonte: C/Arte, p. 49-118.
- KOWARICK, Lúcio (1983) Lutas urbanas e movimentos populares: alguns pontos de reflexão. *Espaço & Debates*, nº 8, p.55-63.
- KOWARICK, Lúcio. (1984) Prefácio. In.: KRISCHKE, Paulo J. (org.) *Terra de habitação versus terra de espoliação*. São Paulo: Cortez, p. 7-9.
- KOWARICK, Lúcio. (1987) Movimentos urbanos no Brasil contemporâneo: uma análise da literatura. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 3, vol. 1, p. 38-50.
- KOWARICK, Lúcio. (1997) Espoliação urbana, lutas sociais e cidadania: fatias de uma história recente. *Espaço & Debates*, São Paulo, nº 40, p.105-113.
- KRISCHKE, Paulo José. (1984) O loteamentos clandestinos e os dilemas e alternativas democráticas dos movimentos de bairro. In.: KRISCHKE, Paulo J.(org.) *Terra de habitação versus terra de espoliação*. São Paulo: Cortez, p. 70-88.
- KRISCKE, Paulo José.(1979) *A Igreja e as crises políticas no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- LACLAU, Ernesto (1986) Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 2, vol. 1, p. 41-47.
- LEFEBVRE, Henri.(1991) *O direito à cidade*. São Paulo: Editora Moraes.
- LEMOS, Celina Borges. (1988) *Determinações do espaço urbano: a evolução econômica, urbanística e simbólica do centro de Belo Horizonte*. Belo Horizonte. Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Sociologia, FAFICH/UFMG, mimeo.
- LEVANTAMENTO da população favelada de Belo Horizonte*. (1966) Belo Horizonte: Secretaria do Estado do Trabalho e Cultura Popular/ Departamento de Habitação Popular.
- LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. (1979) *Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- MACHADO, Heloísa Guaracy. (1990) *A Lagoinha no contexto urbano da cidade*. Belo Horizonte. Pesquisa desenvolvida pela PUC/MG, mimeo.
- MAGNANI, José Guilherme C.(1984) *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Brasiliense.
- MAGNANI, José Guilherme C.(1996) Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. I.; MAGNANI, José Guilherme e TORRES, Lilian de Lucca (orgs.) *Na metrópole. Textos de antropologia urbana*. São Paulo: EDUSP; FAPESP, p. 12-53.

- MAINWARING, Scott. (1989) *Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense.
- MARQUES, Maria Elizabeth. (1986) *Formação e crise da Juventude Operária Católica: o movimento em Minas Gerais. 1935-1968*. Belo Horizonte, Dissertação de Mestrado em Ciência Política, FAFICH/UFMG, mimeo.
- MARTINS, José de Souza (org.) (1996) *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec.
- MATA, Sérgio Ricardo da. (1996) *A fortaleza do catolicismo. Identidades católicas e política na Belo Horizonte dos anos 60*. Belo Horizonte. Dissertação de Mestrado em História. FAFICH/UFMG.
- MATOS, Henrique Cristiano José, frater. (1990) *Um estudo histórico sobre o catolicismo militante em Minas, entre 1922 e 1936.*. Belo Horizonte: Editora O Lutador.
- MATOS, Henrique Cristiano José, frater. (1997) *Introdução à história da Igreja*. Belo Horizonte: Editora O Lutador.
- MAYOL, Pierre. (1996) Morar. In: CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: morar, cozinhar*. Petrópolis: Vozes, p. 37-185.
- MENEZES, Furtado de.(1936) *Clero mineiro*. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica Renato Americano, vol. II (Período Republicano, 1989-1934).
- MOISÉS, José Álvaro. (1985) O Estado, as contradições urbanas e os movimentos sociais. In.: MOISÉS, J. A. e outros. *Cidade, povo e poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 14-29.
- MONTE-MÓR, Roberto L. de Melo (org.) (1994) *Belo Horizonte: espaços e tempos em construção*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/PBH.
- MONTENEGRO, Antônio Torres.(1992/93) História oral, caminhos e descaminhos. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 13, nº 25/26, p. 55-65.
- MOURA, Heloísa Soares de.(1994) Habitação e produção do espaço em Belo Horizonte. In.: MONTE-MÓR, Roberto L. M. (coord.) *Belo Horizonte: espaços e tempos em construção*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/PBH, p. 51-77.
- MUNAKATA, Kazumi. (1984) Compromisso do Estado. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, nº 7, p. 58-71.
- NEVES, Lucília de Almeida. (1993) História oral: memória e política. *Varia História*, Belo Horizonte, nº 12, p. 95-103.
- NIETHAMMER, Lutz. (1997) Conjunturas de identidade coletiva. *Projeto História*, São Paulo, nº 15, p. 119-134.

- NORA, Pierre. (1993) Entre memória e história. A problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, nº 10, p. 7-28.
- NUNES, Edison e JACOBI, Pedro. (1985) Movimentos populares urbanos, poder local e conquista da democracia. In.: MOISÉS, José Álvaro e outros. *Cidade, povo e poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 165-199
- OTTMANN, Gotz.(1995) Movimentos sociais urbanos e democracia no Brasil. Uma abordagem cognitiva. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, nº 41, p. 186-207.
- PAIVA, José Maria. (1987) Comunidades Eclesiais de Base. In.: POMPERMAYER, Malori José. *Os movimentos sociais em Minas: emergência e perspectivas*. Belo Horizonte: UFMG, p. 141-168.
- PALÁCIO, Carlos. (1983) Igreja e sociedade no Brasil: 1960-1982. In.: LESBAUPIN, Ivo (org.) *Igreja - movimentos populares - política no Brasil*. São Paulo: Loyola, p. 9-25.
- PARDINI, F., PETRUCCI, V. e DALE, Frei Romeu O.P. (orgs.) (1986) *As relações Igreja-Estado no Brasil*. São Pulo: Loyola, vol. 1 (“Durante o governo do Marechal Castelo Branco - 1964-1967).
- PECHMAN, Robert M. (1994) Os excluídos da rua: ordem urbana e cultura popular. In.: BRESCIANI, Stella (org.) *Imagens da cidade: séculos XIX e XX*. São Paulo: Marco Zero, p. 29-34.
- PENNA, Alícia Duarte (1997). *O espaço infiel. Quando o giro da economia capitalista impõe-se à cidade*. Belo Horizonte, Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Instituto de Geo-Ciências da UFMG, mimeo.
- PERPÉTUO, Fernando Antônio Oliva e CORRÊA, Luiz Eduardo Monteiro (coord.) (1987) *Memória econômica da cidade de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: BMG.
- PIERUCCI, Antônio F. de O, SOUZA, Beatriz M. e CAMARGO, Cândido P. F. (1984) Igreja Católica: 1945-1970. In.: FAUSTO, Boris (dir.) *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, Tomo III, Vol. 4, p. 343-380.
- PIMENTEL, Taís Velloso Cougo.(1993) *A Torre Kubitschek. Trajetória de um projeto em 30 anos de Brasil*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura.
- POMPERMAYER, Malori José. (1987) *Os movimentos sociais em Minas: emergência e perspectivas*. Belo Horizonte: UFMG.
- RAISON, Jean-Pierre. Habitação. *Enciclopédia Einaudi*. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986, v. 8 (Região), p. 341-375.
- RAMINELLI, Ronald. (1997) História urbana. In.: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, p. 185-202.

- REIS FILHO, Nestor Goulart.(1992) Espaço e memória: conceitos e critérios de intervenção. . In.: *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, p.167-168.
- REIS, José Carlos (1996). *A História, entre a filosofia e a ciência*. São Paulo: Ática.
- RIBEIRO, Luiz César de Q. e AZEVEDO, Sérgio de. (orgs.) (1996) *A crise da moradia nas grandes cidades: da questão da habitação à reforma urbana*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- RIBEIRO, Luiz César de Queiróz. (1997) *Dos cortiços aos condomínios fechados. As formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/IPUR/UFRJ/FASE.
- SADER, Eder. (1988) *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SAMUEL, Raphael. (1989/90) História local e história oral. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, nº 19, p. 219-243.
- SANTOS, Carlos Nelson F. dos.(1984) Metrôpoles e outras cidades brasileiras. Bem antes de 60, muito depois de 80. *Espaço & Debates*, Ano IV, nº 13, p. 103-116.
- SCHUHLY, P. Gunther e outros (orgs.) (1994) *Consciência social. A história de um processo através da Doutrina Social da Igreja*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS.
- SERVUS MARIAE (1994). *Para entender a Igreja no Brasil: a caminhada que culminou no Vaticano II (1030-1968)*. Petrópolis: Vozes.
- SILVA e SILVA, Maria Ozanira da.(1989) *Política habitacional brasileira: verso e reverso*. São Paulo: Cortez.
- SILVA, Regina H. A.(1995) Belo Horizonte: cidade e memória. *VII Seminário sobre economia mineira*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, p.17-32.
- SILVA, Regina H. Alves da.(1991) *A cidade de Minas*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, Dissertação de Mestrado em Ciência Política, mimeo.
- SILVA, Regina Helena Alves da (coord.) (1998) *O Legislativo e a cidade: domínios de construção do espaço público*. Belo Horizonte: Câmara de Vereadores de Belo Horizonte.
- SILVA, Regina Helena Alves da. (1993) Cidade e memória. *Varia História*, Belo Horizonte, nº 12, p. 47-57.
- SILVEIRA, Anny Jackeline Torres (1996). Acerca da leitura das cidades. *Vária História*, Belo Horizonte, nº 16, p. 78-89.

- SOJA, Edward W (1993). *Geografias pós-modernas. A reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed..
- SOMARRIBA, Maria das Mercês Gomes.(1991) *Reivindicações urbanas em Belo Horizonte e a política*. Texto apresentado ao concurso para Professor Titular, Departamento de Sociologia, FAFICH/UFMG.(mimeo)
- SOMARRIBA, Maria das Mercês, VALADARES, Maria Gezica e AFONSO, Mariza R. (1984) *Lutas urbanas em Belo Horizonte*. Petrópolis: Vozes.
- STARLING, Heloísa Maria Murgel. (1986) *Os senhores das Gerais. Os Novos Inconfidentes e o golpe militar de 1964*. Petrópolis: Vozes.
- THOMPSON, Alistair. (1997) Reconpondo a memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. *Projeto História*, São Paulo, nº 15, p. 51-71.
- THOMPSON, E. P. (1981) *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- THOMPSON, Paul.(1992) *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- TOPALOV, Christian.(1988) Fazer a história da pesquisa urbana: a experiência francesa desde 1965. *Espaço & Debates*, nº 23, p. 5-29.
- TORRES, João Camilo de Oliveira. (1972) *A Igreja de Deus em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: s/ed.
- VASCONCELOS, Eliane e KRISCHKE, Paulo J. (1984) Igreja, motivações e organização dos moradores em loteamentos clandestinos. In.: KRISCHKE, Paulo J.(org.) *Terra de habitação versus terra de espoliação*. São Paulo: Cortez, p. 57-69.
- WANDERLEY, Luís Eduardo (1987) Igreja e movimentos populares. *Projeto História*, São Paulo, nº 7, p. 7-34.